

volume 20 • número 2

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

O PAPEL SOCIAL DO PROJETO PARTE II

Volume 20 • Número 2

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Rafael Schmidt, Editor Executivo

Bianca Jo Silva, Assistente Editorial

Mariana Alves da Silva Nascimento, Assistente Editorial

Redson Pagnan, Assistente Editorial

Ricardo Del Valle, Assistente Editorial

Rita Miréle Patron Chaves, Assistente Editorial

Samuel Bertrand Melo Nazareth, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC

Ana Carolina R. Mascarenhas | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Ana Paula Koury | Universidade São Judas Tadeu

Andrea Agda Carvalho de Sousa | Universidade de Fortaleza

Andrezza Pimental dos Santos | Unicesumar

Anna Paula Moura Canez | Centro Universitário Ritter dos Reis

Barbara Thomas | Centro Universitário Redentor

Carlos Almeida Marques | Universidade de Lisboa

Cibele Haddad Taralli | FAU Universidade de São Paulo

Claudia Virginia Stinco | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Edite Galote Carranza | Universidade São Judas Tadeu

Elisabetta Romano | Universidade Federal da Paraíba

Eneida de Almeida | Universidade São Judas Tadeu

Ethel Pinheiro | Universidade Federal do Rio de Janeiro

Flávia Ribeiro Botechia | Universidade Federal do Espírito Santo

Fernanda Macedo Haddad | Universidade Paulista

Gisele Pinna Braga | Universidade Estácio de Sá

Guilherme Augusto Soares da Motta | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Isolda de Araújo Günther | Universidade de Brasília



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Janaina Almeida Stedile | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Jodival Costa | Universidade Federal do Amapá
Juliana Casadei | Universidade Católica Dom Bosco
Juliana Ramme | Universidade Federal da Integração Latino Americana
Larissa Patron Chaves | Universidade Federal de Pelotas
Luis Arturo Vázquez Honorato | Universidad Veracruzana
Marcia Ferreira Prestes | Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Márcia Mura | Universidade de São Paulo
Marcia Sandoval Gregori | Faculdade Oswaldo Cruz
Maria da Graça Rodrigues Santos | Universidade Federal do Paraná
Maria Luisa Trindade Bestetti | Universidade de São Paulo
Ricardo Luiz Silva | Serviço Social do Comércio - São Paulo
Roberto Heiden | Universidade Federal de Pelotas
Sergio Moacir Marques | Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Simone Aparecida Polli | Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Viviane Rubio | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Volia Regina Costa Kato | Universidade Presbiteriana Mackenzie
Yumi Yamawaki | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Daniel Leão

REVISÃO

Daisy Pereira Daniel

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Samuel Bertrand Melo Nazareth

Redson Pagnan

EDITORIAL

UM CONVITE

MARIA ISABEL VILLAC

ARTIGOS

- 07** **A ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA NO PROJETO SOCIAL E NA PRODUÇÃO COLETIVA DE HABITAÇÃO**
LUANA PAULICHEN
SILVIA MIKAMI PINA
- 24** **DECADÊNCIA COM ELEGÂNCIA: ESTÉTICA E CONSUMO DA HABITAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE**
ANA ELÍSIA DA COSTA
- 41** **A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PELA NEGRITUDE E BRANQUITUDE EM FLORIANÓPOLIS: OS CASOS DA AVENIDA HERCÍLIO LUZ E PRAÇA DO MONTE SERRAT**
RAFAEL ALVES DE CAMPOS
ALICIA NORMA GONZALEZ DE CASTELLS
ANA PAULA MAGALHÃES JEFFE
MARCIA DO VALLE PEREIRA LOCH
- 58** **ARQUITETURA PARA MORADIA E TRABALHO: ESTUDO DE CASOS NOS SUBURBIOS CARIOCAS**
ANA SLADE
- 90** **COMPLEXO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS: EXPERIÊNCIA E CONCEITO EM UMA COOPERATIVA HABITACIONAL**
CAROLINA RITTER
CÉLIA CASTRO GONSALES
- 108** **NEGÓCIO SOCIAL “MORADIGNA”: ESTUDO SOBRE O USO DE COMPONENTES PRÉ-FABRICADOS E MÃO DE OBRA FEMININA NA HABITAÇÃO SOCIAL**
ANA GABRIELA GODINHO LIMA
SILVIA MAYUMI TAKEY



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

121 ESPAÇOS EMOCIONAIS: ATMOSFERA E PERCEPÇÃO ESPACIAL NA ARQUITETURA

ISABELA FIORI

ALOISIO LEONI SCHMID

133 CONSTRUIR, TECER, CELEBRAR: A IGREJA DO ESPÍRITO SANTO DO CERRADO, DE LINA BO BARDI

LAÍDE INÊS SONDA

MARIA ISABEL VILLAC

PROJETOS

155 A CASA DE JAJJA

MARIANA MONTAG

LUCAS FEHR

162 ESTRATÉGIAS DE CONCEPÇÃO DA ESTAÇÃO ANTÁRTICA BRASILEIRA COMANDANTE FERRAZ

EMERSON JOSÉ VIDIGAL

FABIO FARIA

DARIO DURCE

ERON COSTIN

JOÃO GABRIEL ROSA

MARTIN GOIC

MOACIR ZANCOPÉ JR.

Editorial

Um convite

O papel social do projeto é ainda a temática do volume 2 do ano de 2020, orientando o olhar, primordialmente, para questões da habitação e para o valor dos atores sociais, cuja categoria “política” cumpre uma ética que convida o(a) arquiteto(a) a assumi-la.

Na confluência de interesses e intenções entre o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo e atores sociais, o projeto, além de suas virtudes técnicas e estéticas, ganha singularidade no campo social, se faz transdisciplinar e remete a uma ação projetual modificada pela experiência social e por sua participação.

A alternativa de passar a ver de outro modo o exercício disciplinar exige postura crítica. E um deslocamento no discurso e na forma que, assim, podem amparar o cotidiano que envolve recintos de moradia, trabalho e qualidade de espaço público, mas, também, corpo, apropriação, pertencimento.

A natureza do desafio é da ordem da “desgeneralização”¹ dos pressupostos. E do desconstruir do positivismo no processo de trabalho do arquiteto: o enfrentamento de uma atuação ensimesmada, para lograr uma práxis distinta daquela exclusiva da técnica e das conotações metodológicas recorrentes.

Fica, portanto, o convite à inclusão do “outro” e ao compartilhamento da experiência, cuja lógica, singular, produz heterogeneidade, pluralidade, diferença.

Maria Isabel Villac

1 Me aproprio da expressão proposta por Helena Angotti Salgueiro em “Introdução à edição brasileira” do livro **Padrões de Intenção**: a explicação histórica dos quadros, de Michael Baxandall (1985), São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 9-23.

A atuação do arquiteto e urbanista no projeto social e na produção coletiva de habitação

The architect and urban planner's role in the social and collective housing design and production

El papel del arquitecto y urbanista en el proyecto social y en la producción colectiva de viviendas

Luana Paulichen, Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura, Tecnologia e Cidades, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

E-mail: l.paulichen@gmail.com

Silvia Mikami Pina, Arquiteta e Urbanista, Professora livre docente na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

E-mail: smikami@unicamp.br

Resumo

A produção de habitação na América Latina se apresenta, majoritariamente, dentro do campo de produção por meio do mercado e da autoconstrução. O incentivo econômico e jurídico dos governos ao modelo de compra das unidades e a baixa remuneração dos trabalhadores levou ao aumento da autoconstrução periférica a partir dos anos 1980. Nesse contexto, a organização social passou a ser instrumento de incorporação de melhorias na produção habitacional. O objetivo deste artigo é analisar o papel dos profissionais de Arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio do estudo de duas unidades-caso, uma no Brasil e outra no Uruguai. A abordagem busca explicitar a atuação e ação dos profissionais, as relações interpessoais, as funções diversas e o resultado efetivo do processo a partir de quatro eixos analíticos: contextos, relações, processos e resultados. Os resultados indicam diferenças políticas e sociais que levam às diferenças significativas na qualidade final do

produto em cada caso, bem como aos indicadores de aspectos positivos nas descrições, como a interdisciplinaridade e os diversos métodos de linguagem.

Palavras-chave: Produção coletiva; Processo participativo; Habitação social; Metodologia de projeto; Formas associativas.

Abstract

Housing production in Latin America is mostly within the field of production in the market and self-construction. The government's economic and legal incentive to purchase units and the low remuneration of workers led to an increase in peripheral self-construction from the 1980s onwards. In this context, social organization has become an instrument for incorporating improvements in housing production. The objective of this work is to analyze the role of architecture professionals within the participative processes of housing production through the study of two case units, one in Brazil and the other in Uruguay. The approach seeks to make explicit the performance and action of professionals, interpersonal relationships, diverse functions and the effective result of the process, based on four analytical axes: contexts, relationships, processes and results. The results indicate political and social differences that lead to significant differences in the final quality of the product in each case, as well as indicators of positive aspects in the descriptions, such as interdisciplinarity and the various language methods.

Keywords: Collective production; Participatory process; Social housing; Design methodology; Associative forms.

Resumen

La producción de viviendas en América Latina se realiza principalmente en el campo de la producción a través del mercado y la autoconstrucción. El incentivo económico y legal del gobierno para comprar unidades y la baja remuneración de los trabajadores llevaron a un aumento de la autoconstrucción periférica a partir de la década de 1980. En este contexto, la organización social se ha convertido en un instrumento para incorporar mejoras en la producción de viviendas. El objetivo de este trabajo es analizar el papel de los profesionales de la arquitectura dentro de los procesos participativos de producción de viviendas a través del estudio de dos unidades de caso, una en Brasil y la otra en Uruguay. El enfoque busca hacer explícito el desempeño y la acción de los profesionales, las relaciones interpersonales, las diversas funciones y el resultado efectivo del proceso, basado en cuatro ejes analíticos: contextos, relaciones, procesos y resultados. Los resultados indican diferencias políticas y sociales que conducen a diferencias significativas en la calidad final del producto en cada caso, así como indicadores de aspectos positivos en las descripciones, como la interdisciplinariedad y los diferentes métodos de lenguaje.

Palabras clave: Producción colectiva; Processo participativo; Vivienda social; Metodología de proyecto; Formas asociativas.

INTRODUÇÃO

A produção de moradias, em boa parte da América Latina, se desenvolveu em processos semelhantes, sobretudo pelas situações políticas às quais estavam submetidas. No início do século XX, as cidades estavam repletas de imóveis particulares para locação. Contudo, já em meados do século XX, iniciaram-se os movimentos de mudança de investimentos incentivados pelos governos federais de diversos países, que levaram à retirada dos ativos em imóveis para o investimento em outros campos, como a indústria. O aumento dos aluguéis e a diminuição da oferta de unidades habitacionais para locação levou os cortiços e casas coletivas a ficarem mais atrativos (BARENBOIM; AGUDELO, 2010; BONDUKI, 1998). A coesão social surgida a partir desses espaços de moradia e a ascensão dos ideais higienistas nesse período, levaram os governos a intervir diretamente naqueles espaços, inclusive chegando à demolição de alguns edifícios (BONDUKI, 1998; VAZ, 2002). Naquele contexto, poucas alternativas restaram à classe trabalhadora no acesso à moradia, a não ser a modalidade da autoconstrução em loteamento distante dos centros e sem infraestrutura urbana. Os loteamentos periféricos se multiplicaram, somados à autoconstrução a partir da força de trabalho do núcleo familiar e dos amigos (CHINELLI, 1980; MARICATO, 1982). Esse modelo de autoprodução está presente, também, em boa parte dos países latino-americanos (FLORES, 2011).

No final do século XX, organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o BID, incentivaram os países em desenvolvimento a promover a produção habitacional de mercado a partir da propriedade individual, hipoteca e urbanização voltada para a infraestrutura (GONZÁLEZ, 2011; MIOTO, 2015). A ampliação do crédito e os subsídios à demanda incentivaram a aquisição da casa própria e a poupança (BOLAFFI, 1979; MARICATO, 1982). Mais famílias morando nas periferias, crise econômica e índice de desemprego subindo levaram à busca pela organização social como instrumento para melhor condição da moradia. Em 1987, foi fundada no Brasil, a União dos Movimentos por Moradia, que passou a articular e mobilizar os movimentos de moradia. Na cidade de São Paulo, a aproximação de alguns profissionais aos grupos organizados resultou na formalização de propostas e no início de pleito junto ao poder público, que culminaram em políticas municipais, estaduais, até chegar à instância federal, a partir da inserção da modalidade Entidades no Programa Minha Casa Minha Vida, na década de 2000 (MINEIRO; RODRIGUES, 2012; RIZEK; BARROS; BERGAMIN, 2003; RONCONI, 1995).

Outros países tiveram experiências similares, guardadas as devidas características socioculturais e políticas. No Uruguai, na década de 1960, durante uma forte crise econômica e social que aumentou as taxas de desemprego, foram realizados três empreendimentos habitacionais pilotos a partir de recursos internacionais, nos modelos cooperativistas (CECILIO, 2015). O resultado positivo gerado foi de agrado, tanto por parte do governo quanto dos movimentos sociais que, inicialmente, foram contra a nova abordagem (GONZÁLEZ, 2013). A Lei n. 13.728, de 1968, conhecida como *Ley Nacional de Viviendas*, instituiu as três principais formas de acesso à moradia do país: os fundos sociais, a produção privada e a forma cooperativa (URUGUAY, 1968). Com isso, os diversos estratos sociais passaram a ser atendidos no escopo da produção de habitação e as organizações cooperativas se fortaleceram (BARENBOIM; AGUDELO, 2010; URUGUAY, 1968).

No final dos anos 1980 e no início dos 1990, com o surgimento dos grupos organizados voltados para a produção de habitação no Brasil e um esforço das cooperativas uruguaias pela disseminação do modelo cooperativista para os demais países latino-americanos, ocorreu uma série de eventos que influenciaram ambos os contextos (BARAVELLI, 2006; GONZÁLEZ, 2013). Essas experiências são relevantes e ricas, pois quebraram alguns paradigmas com relação ao papel dos profissionais e deram voz ativa aos usuários. Alguns estudos buscaram registrar e sistematizar parte dessas experiências: o registro dos primeiros anos de trabalhos em São Paulo (BONDUKI, 1986); o registro histórico de início, a construção da política pública, suas bases jurídicas e alguns estudos de caso no Uruguai (NAHOUM *et al.*, 2008); uma narrativa do surgimento da FUCVAM (GONZÁLEZ, 2013); um histórico das políticas públicas associadas à produção coletiva no Brasil (MINEIRO; RODRIGUES, 2012); uma análise de terminologias associadas às práticas profissionais junto às demandas coletivas no Brasil (SANTO AMORE, 2016); e o inventário da produção brasileira (MARTINS, 2019) e uruguaia (VALLÉS; CASTILLO, 2015).

Tendo em vista a discussão já realizada, identificou-se uma lacuna de pesquisa no âmbito do papel dos profissionais dentro dos processos participativos em relação à atuação e à influência dessa atuação durante todo o processo. O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar o papel dos profissionais de arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio do estudo de duas unidades-caso, uma no Brasil e a outra no Uruguai. A abordagem busca explicitar a atuação e ação dos profissionais, as relações interpessoais, as funções diversas e o resultado efetivo do processo, a partir de quatro eixos analíticos: contextos, relações, processos e resultados.

O PAPEL DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA NA PRODUÇÃO SOCIAL E COLETIVA DE HABIT

Para subsidiar a análise da atuação e ação social do profissional arquiteto e urbanista no projeto, foram selecionados dois casos, um no Brasil e outro no Uruguai. Para essa seleção, utilizou-se dos seguintes critérios: prática de assessoria ou assistência técnica na produção de unidades habitacionais; local de atuação (RMSP, Brasil; Montevidéu, Uruguai); período de atuação¹. Os casos selecionados foram: Comviva arquitetura e urbanismo, em São Paulo, e Hacer Desur, em Montevidéu.

Após o contato prévio, foram agendados encontros presenciais para a coleta de depoimentos com base em roteiro previamente encaminhado.² Os depoimentos foram gravados em áudio e transcritos, posteriormente. O roteiro de temáticas foi desenvolvido voltando-se às questões de método de atuação e função dos profissionais: o início de projetos com a utilização de processos participativos e envolvimento da comunidade; nivelamento de linguagens verbais e visuais; descoberta de problemas; seleção, implementação e avaliação de metodologia;

¹ Para maior detalhamento da metodologia de seleção dos casos, ver dissertação de mestrado

² Os procedimentos de consulta foram aprovados conforme parecer nº 3.231.839/2019 do Comitê de Ética em Pesquisa.

tomada de decisão coletiva ou técnica; tratamento de questões restritivas; processos continuamente abertos; relação entre técnicos e usuários e a influência das práticas participativas no aprimoramento da atuação profissional (ARANTES, 2002; ARAVENA; IACOBELLI, 2016; BLUNDELL-JONES; PETRESCU; TILL, 2005; FERRO, 2006; HABRAKEN, 1986; LAWRENCE, 1987; SANOFF, 1978, 1990, 2000). Cada unidade-caso será descrita em formato narrativo a partir dos quatro eixos analíticos propostos: contexto, relações, processos e resultados, sendo, posteriormente, discutidos os temas individualmente.

UNIDADE-CASO 1: COMVIVA ARQUITETURA E URBANISMO, BRASIL

Com sede na cidade de São Paulo, o escritório Comviva Arquitetura e Urbanismo foi fundado no ano de 2018, pela arquiteta Fabrícia Zulin, e atua numa variedade de frentes para diversas faixas de renda. Embora seja de fundação recente na figura da sua proprietária, tem experiência de mais de dez anos no contexto de habitação social. No ano de realização da pesquisa (2019), o escritório contava com duas arquitetas e duas estagiárias, estudantes de Arquitetura. A Comviva desenvolveu e continua atuando em projetos junto às associações de moradores da região de Diadema e outras localidades. Essas associações são grupos de famílias de baixa renda que optaram pelo modelo de associação para obter melhores condições, como a compra de terrenos e assistência técnica.

Um dos casos destacados pela profissional foi o empreendimento desenvolvido no loteamento Canhema II, em Diadema, SP, descrito a seguir. A contratação do Comviva ocorreu após a compra da gleba e divisão em lotes, feita por outros profissionais. A partilha para 98 famílias propiciou lotes entre 42 m² e 75 m². Num primeiro contato, foram realizadas reuniões para explicar as possibilidades, demonstrar restrições e ouvir as dúvidas e sugestões dos moradores. Para facilitar a compreensão das questões técnicas, foram desenvolvidos materiais como cartilhas, diagramas e plantas com *layout*. Para os projetos foi utilizada uma abordagem de casas evolutivas, considerando as restrições orçamentárias e os usos das famílias, muitos casos com núcleos multifamiliares ou usos mistos (Figuras 1, 2 e 3). Durante o processo, porém, as profissionais perceberam que, após as reuniões, filas se formavam para consulta pelos moradores em busca de intervenções individuais nos projetos de suas moradias. Por esse motivo, optou-se pela nova abordagem com plantões de atendimento individual.

Projeto Moradia Evolutiva - Unifamiliar

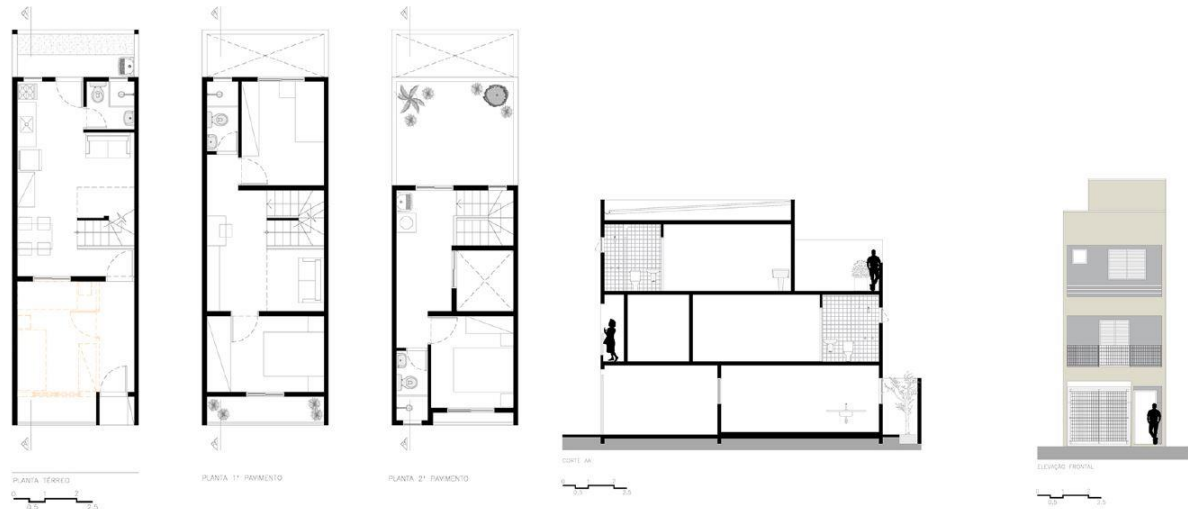


Figura 1: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva unifamiliar. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitetura.com.br

Projeto Moradia Evolutiva - Uso misto

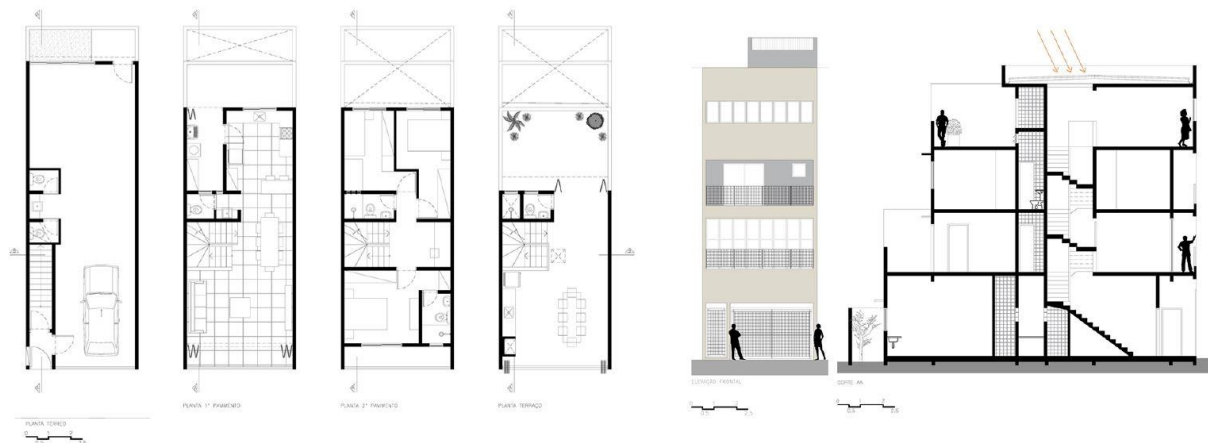


Figura 2: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva de uso misto. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitetura.com.br

Projeto Moradia Evolutiva - Multifamiliar

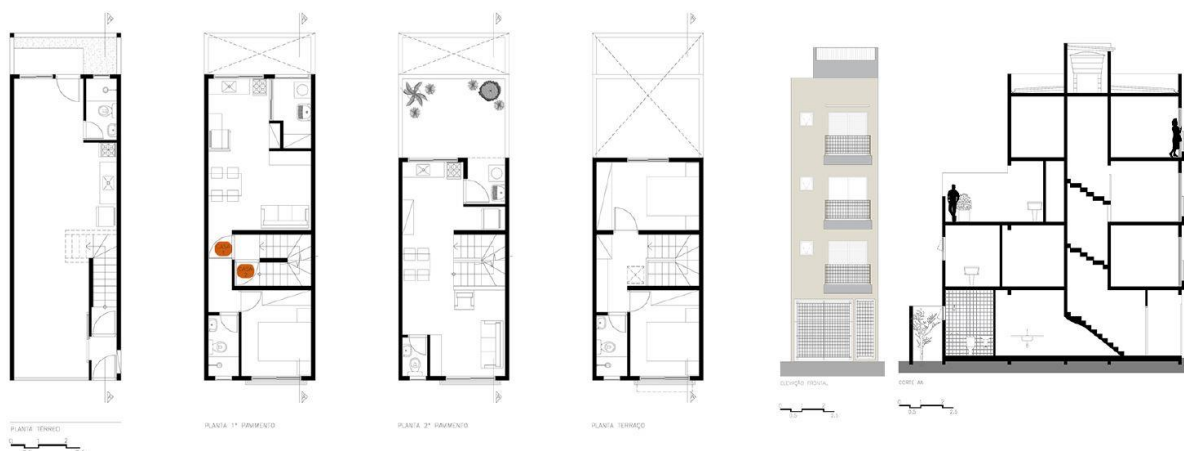


Figura 3: Imagem montagem de plantas e cortes da moradia evolutiva multifamiliar. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponível em www.comvivaarquitetura.com.br

As relações de contato foram, inicialmente, distantes e houve certa visão tecnicista dos moradores por parte dos profissionais. Houve, também, certo despreço pela intervenção no planejamento quando ele contrariou os interesses estabelecidos pelo senso comum: a construção de 100% da área de terreno e o desrespeito às normas de uso e ocupação. Esse tipo de abordagem caracteriza-se, no ideário popular, como sinônimo de qualidade, relacionado à quantidade de metros quadrados construído. Ao confrontar esse ideal e propor qualidade associada a outros elementos, como a ventilação e iluminação natural e o planejamento de ampliações, as profissionais precisaram, também, gerar empatia e promover convencimento a partir de exemplos bem-sucedidos. Alguns moradores receberam bem as intervenções, outros não.

As discussões foram realizadas perante elementos gráficos. Algumas famílias compreenderam bem a linguagem das plantas, cortes e perspectivas e facilmente conseguiam discutir as ideias, ao passo em que outras demandaram alternativas didáticas, como o desenho dos ambientes no piso para compreensão da escala real. Foi na obra, porém, que as discussões foram mais efetivas e os moradores aparentaram estar mais seguros da compreensão. O diálogo é o fator de maior peso nas discussões, acima dos elementos gráficos.

Durante o desenvolvimento do projeto, as profissionais estiveram em constante diálogo com a Prefeitura, devido à peculiaridade desse loteamento e a dificuldade em adequá-lo aos padrões de emissão de documentação para a obra. As restrições econômicas quase não geraram pontos de conflito no planejamento, pois para essas famílias a obra está em constante desenvolvimento e não precisa ter um fim previsto, nem um orçamento fechado. Para a arquiteta, essa visão gera contextos de baixa salubridade, pois movidos pela necessidade de diminuição de custos de aluguel, optam por mudar-se para as casas ainda em construção, vivendo nesse ambiente sem previsão de término das obras. A solução proposta foi a construção e finalização de ambientes completos antes de iniciar outros, na lógica das moradias

evolutivas. O contexto multifamiliar de muitos casos também requereu um olhar atento para organizações de acesso e privacidade, promovendo possibilidades de coabitação e a possibilidade de outros usos, como serviço e comércio.

Pela similaridade dos projetos arquitetônicos e a quantidade foi possível a realização de projetos estruturais com preço acessível. A organização das famílias aptas a iniciar a execução logo após a finalização do projeto também permitiu a contratação de acompanhamento das obras pela divisão dos custos. Após alguns meses, porém, a inadimplência de alguns moradores resultou na paralização do acompanhamento, que só foi restabelecido mediante apoio financeiro a partir da Primeira Chamada Pública de Apoio Institucional do CAU/BR, de 2015. O acompanhamento priorizou as questões estruturais e de salubridade, deixando por conta dos moradores as alterações estéticas. A técnica construtiva utilizada foi estrutura de concreto armado com tijolo cerâmico. Pequenas adições tecnológicas foram implantadas, como as vigas para laje pré-moldadas.

Os resultados obtidos no processo do loteamento Canhema II representam a soma de inúmeras iniciativas num longo trabalho interdisciplinar iniciado em 2013 e ainda em execução. A organização das famílias, o atendimento coletivo e individual, a busca pela qualidade nas discussões e entendimento de ambas as partes, as questões sanitárias, de conforto e legais, a regularidade das obras junto ao poder público, qualidade de projeto arquitetônico e estrutural, bem como o acompanhamento da execução propiciaram a essa experiência os resultados esperados do ponto de vista de qualidade das unidades, atendimento das necessidades dos usuários e relação de afeto junto ao objeto final – a casa. O processo de produção coletivo foi a estratégia que possibilitou tais resultados.

UNIDADE-CASO 2: HACER DESUR, URUGUAI

Situado na cidade de Montevidéu, Uruguai, a cooperativa de trabalho Hacer Desur foi fundada no ano de 1991 por profissionais de áreas diversas. Sua atuação é voltada, prioritariamente, para programas de habitação numa perspectiva de direitos. No ano de realização da pesquisa (2019) o escritório contava com três arquitetos, quatro técnicos da área social, um contador e uma escritã. O contexto no qual se encontra o grupo define a constituição dos institutos de assistência técnica (IAT) com relação a sua composição e funções, como a obrigatoriedade de exercer atividade com, pelo menos, um profissional de cada área essencial. O ingresso do arquiteto Jorge Casaravilla (cedente do depoimento) no IAT deu-se a partir de convite de outro arquiteto integrante.

As famílias atendidas pelo IAT são grupos organizados socialmente, que buscam sua formalização como cooperativa e o acesso às verbas federais. O IAT atua desde a organização formal, passando pela seleção de terrenos, compra, desenvolvimento de projeto, gestão de obras, até a entrega das unidades. A primeira parte do processo é realizada, majoritariamente, pelos técnicos sociais, que desenvolvem atividades de integração buscando criar laços e, posteriormente, atuam os arquitetos para o desenvolvimento dos projetos arquitetônicos.

O trabalho é coletivo do começo ao fim, com momentos de atividades em grupos maiores e menores. Conversas são intermediadas por materiais gráficos, como

plantas e diagramas, e são discutidas as abordagens do ponto de vista da materialização, evitando os conflitos entre indivíduos. As imagens abaixo (Figura 4) demonstram um dos momentos de projeto em que, a partir do terreno, pequenos grupos desenvolvem propostas de implantação que serão, posteriormente, discutidas pelo grupo maior e desenvolvidas pelos arquitetos. O imaginário das famílias uruguiaias estabeleceu como material ideal o tijolo aparente, que vem das primeiras cooperativas habitacionais como símbolo dessa modalidade de produção, estando, também, associado à ideia de solidez, estabilidade da construção. A introdução de novos materiais é, hoje, um paradigma tanto técnico quanto social.

Elaboração da implantação

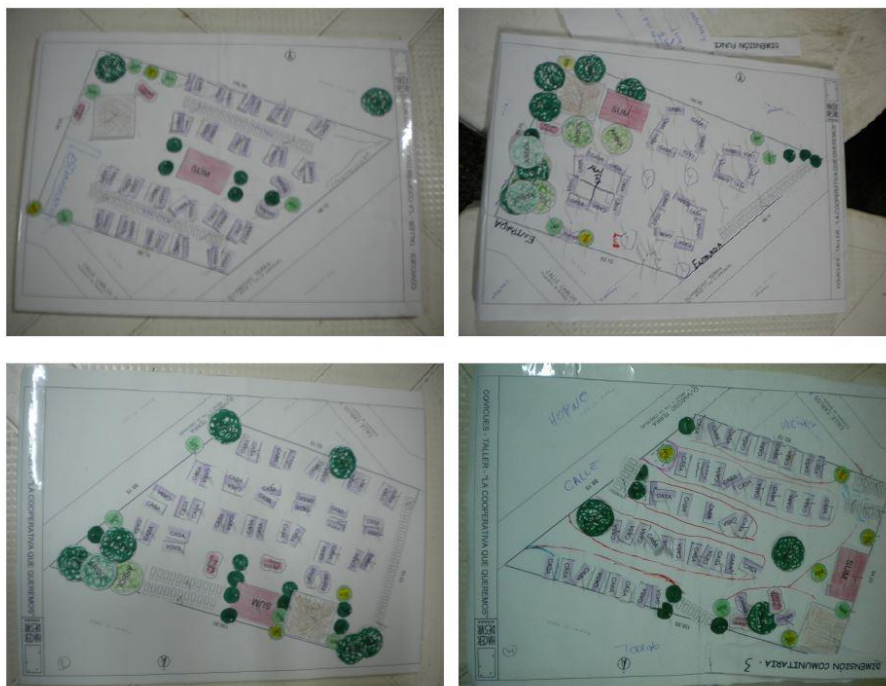


Figura 4: Imagem montagem de implantações elaboradas por grupos pequenas em dinâmica participativa. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de material disponibilizado pelo Instituto de Assessoria Técnica Hacer Desur.

O exemplo de inovação levantado durante o depoimento foi a cooperativa COOVIJUNTOS, localizada em Montevideu, que selecionou a técnica construtiva de composição mista de concreto, tijolo e *steel frame*. A tecnologia foi proposta por um dos cooperativistas e a execução foi facilmente desenvolvida pelas mulheres. O trabalho cooperativista feminino é um fator crucial, pois é proporcionalmente maior que o masculino.

As visitas à obra são realizadas periodicamente pelos arquitetos e, quando surgem conflitos, os técnicos sociais também atuam. A organização durante a obra é similar a uma empresa, com responsabilidades e prazos e a Figura 5, a seguir, ilustra essa organização. As famílias são distribuídas em grupos de trabalho e os líderes de cada grupo realizam reuniões semanais para discussões e definições do que será trabalhado durante a semana. O mestre de obra é

incubido da tarefa de repassar conhecimentos de construção para os cooperados, fato que permite a qualificação da mão de obra e resulta numa construção de melhor qualidade. Desde o contexto de projeto, passando pela etapa de obra, o posicionamento do IAT é sempre de proposição, deixando a tomada de decisões para os cooperativistas. As restrições econômicas são elementos definidores dos projetos e as normas federais também restringem bastante as unidades. Cabe aos IATs buscar alternativas de inovação dentro das poucas possibilidades.

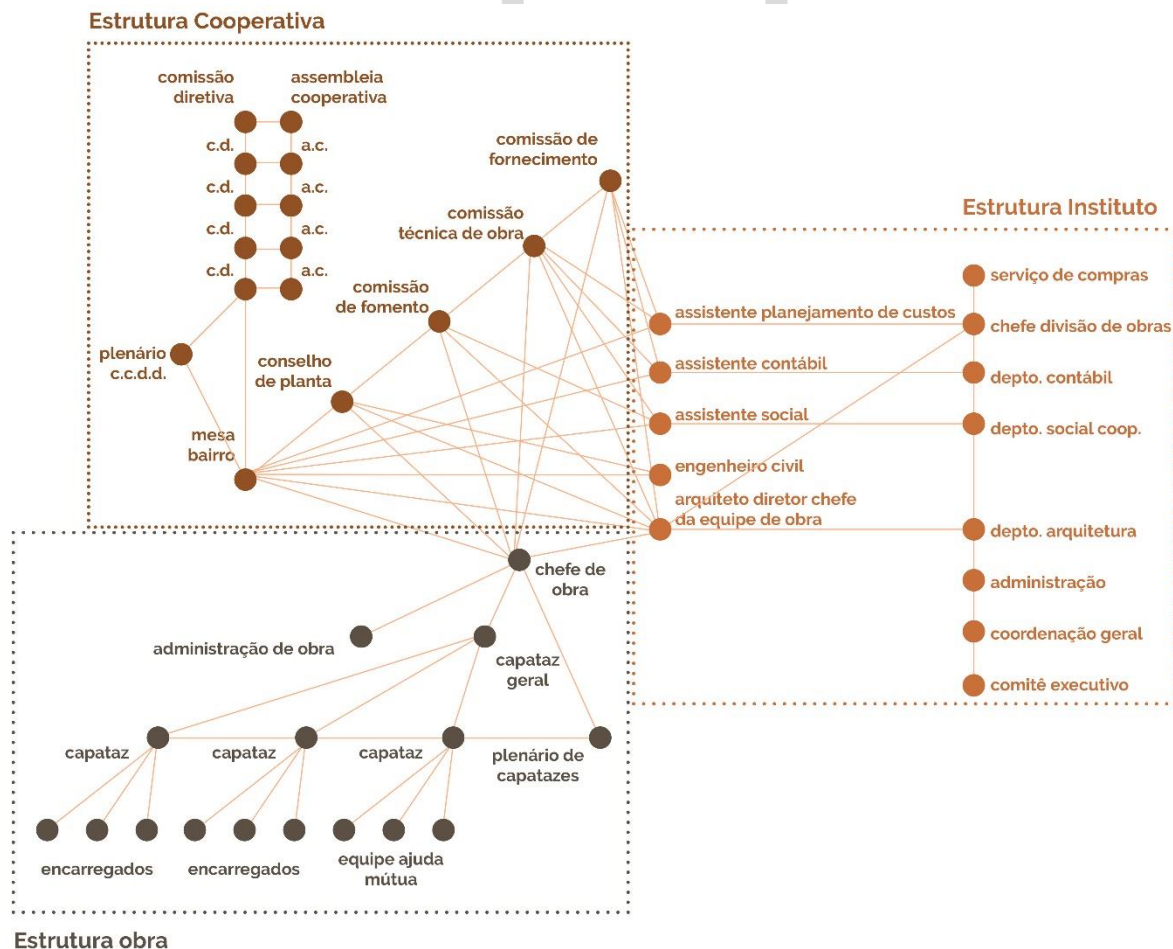


Figura 5: Releitura de organograma da relação entre Cooperativa, IAT e Obra em um programa assessorado pelo IAT CEDAS, no Uruguai. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Kruk (2008).

Os resultados no desenvolvimento do empreendimento COOVIJUNTOS apontam para vários elementos relevantes. A organização formal realizada pela equipe jurídica, a organização social desenvolvida pela equipe de técnicos sociais e, por fim, o desenvolvimento do projeto formal e a administração da obra culminaram em processos com baixos índices de conflito, mesmo com o emprego de novas tecnologias e mão de obra cooperativista.

RESULTADOS

O contexto variado relacionado a cada unidade-caso nos dois países incorpora aspectos específicos nas perspectivas e abordagens. Na experiência brasileira, o modelo associativo das famílias ainda não é algo corriqueiro e não há leis específicas que direcionem a organização de ONGs ou cooperativas de moradia. Em contrapartida, no caso uruguaio, o aparato da lei condiciona e conduz o modelo organizativo de cooperativas de habitação num contexto muito mais regrado e fixo, além de maior amplitude no formato de apoio, importante para o sucesso do processo. O histórico de práticas cooperativistas também incentiva a credibilidade no trabalho associativo. No Brasil, o incentivo pelas iniciativas individuais marca a produção de moradias há mais de 60 anos, motivo pelo qual essa abordagem tem mais apreço e apelo.

A experiência de cada unidade-caso analisado apresenta-se de maneira muito distinta. A introdução das práticas coletivas no contexto de atuação da Comviva Arquitetura deu-se, inicialmente, de modo informal, sendo, hoje, parte do escopo de práticas do escritório. Os métodos utilizados foram descobertos e desenvolvidos ao longo de cada trabalho, numa sucessão de tentativas, erros e acertos, desvendando um novo caminho, pouco estudado e praticado na formação na universidade, embora a convergência e importância de canteiro e desenho (FERRO, 2006), no ensino de Arquitetura e Urbanismo, já tenha sido mais estruturante em décadas anteriores. Já na Hacer Desur, o arquiteto Jorge, todavia, teve seu contato com as cooperativas de habitação de berço – nasceu e cresceu em uma casa construída e gerida por uma cooperativa. Assim que terminou os estudos acadêmicos, recebeu convite para integrar o IAT, passando a trabalhar com outros arquitetos e demais profissionais, que transmitiram suas experiências. A estrutura da política federal uruguaia incentiva e estrutura a formação de IATs, abrindo essa possibilidade de atuação aos profissionais de arquitetura de maneira formal.

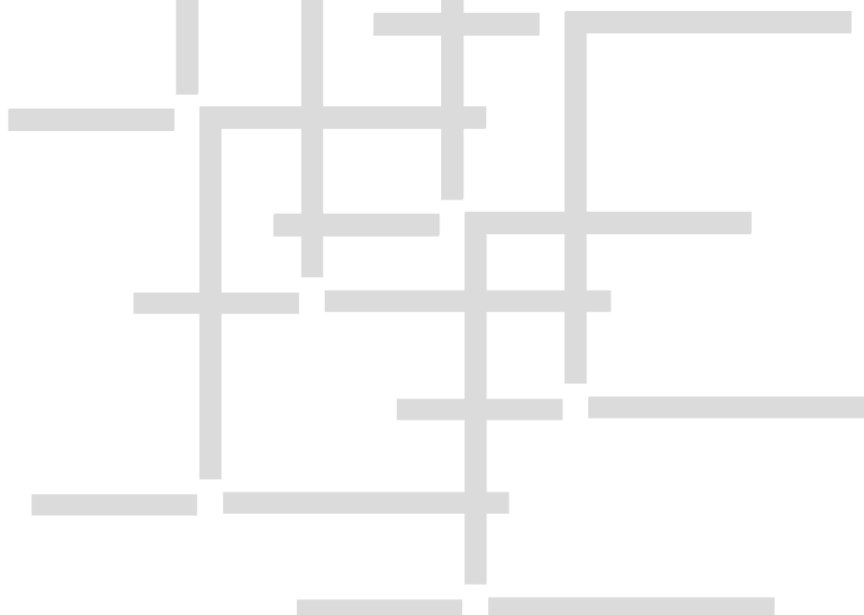
A interdisciplinaridade surge, no caso Brasil, quando as demandas específicas direcionam a contratação de engenheiro e mestre de obra. Essa contratação tem caráter utilitário, traz economia e segurança para as famílias e precisa ser defendida nesses para sua contratação. No caso uruguaio, a estrutura do IAT já conduz o trabalho interdisciplinar em todo o processo, não cabendo a escolha via utilidade prática, mas à obrigatoriedade estipulada em lei.

A relação entre os usuários e os técnicos é variada. No exemplo brasileiro, o início da atuação partiu de um trabalho em andamento. Com isso, muitas discussões que seriam de âmbito coletivo já estavam cristalizadas e alguns conflitos já haviam sido instaurados. A busca individualizada de interesses, somada à resistência da profissional na insistência pelo cumprimento da legislação edilícia, trouxeram algumas dificuldades ao processo. O diálogo e o trabalho individual foi crucial para chegar num consenso entre as partes, expressando o grande trabalho de conscientização a ser feito junto aos moradores sobre a salubridade e o conforto das moradias. No caso uruguaio, a experiência prática do IAT em trabalhos no mesmo contexto, a atuação multidisciplinar com profissionais das ciências sociais e a cultura cooperativista da sociedade facilitaram algumas questões, não eximindo os processos de conflitos, porém dando mais ferramentas para as resoluções.

As relações interpessoais durante a obra também apresentam variações. No caso brasileiro, cada obra foi gerida pela própria família, por autoconstrução ou contratação de pequena empreitada, cabendo aos profissionais a fiscalização e orientação. As famílias que atuam via autoconstrução geralmente são pouco qualificadas, o que acaba refletindo na qualidade da habitação e no maior tempo de execução. A construção individualizada permite a customização das unidades, porém traz consigo grandes diferenças na qualidade da execução. No caso uruguaio, as relações de obra respeitam certa hierarquia de atividades, com equipes destinadas a realizar tarefas específicas. O trabalho em conjunto e a especialização dos grupos propicia a padronização, aumento da qualidade e a entrega simultânea dos apartamentos completos.

Os processos podem ser divididos entre organização social, projeto e aprovação. No caso brasileiro, a organização social foi realizada pelos próprios profissionais de arquitetura. O projeto de aprovação ocorreu em embates com o poder público, buscando resolver a burocracia e no processo de obra, e a parceria com engenheiro trouxe segurança ao resultado final. No caso uruguaio, a organização social foi facilitada pela atuação dos técnicos sociais. Durante a aprovação, os diálogos aconteceram entre técnicos da Prefeitura e arquitetos.

O resultado final de cada experiência é bastante diverso, seja pela organização das unidades, pela composição estética, escolha de materiais e execução, é possível observar as diferenças entre um trabalho coletivo que segue para uma finalização individual de um trabalho que é coletivo do início ao fim. Ambos os projetos apresentam qualidades técnicas, organizativas, salubridade e soluções construtivas para os desafios ao que se propuseram. A Figura 6 representa essas diferenças e também o resultado final de cada processo.



Reuniões de trabalho de COMVIVA em CANHEMA



Maquete eletrônica de CANHEMA



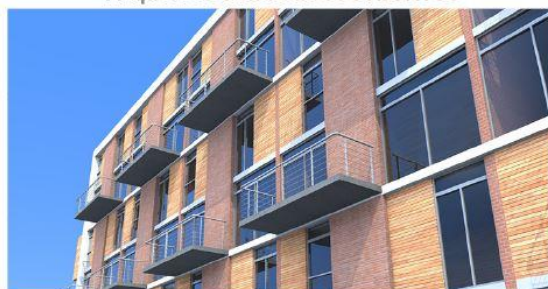
Projetos construídos em CANHEMA



Reuniões de trabalho de HACER DESUR em COOVIJUNTOS



Maquete eletrônica de COOVIJUNTOS



Obra executada de COOVIJUNTOS



Figura 6: Reuniões, desenvolvimento e projetos executados dos casos descritos. À esquerda, processo e resultado do escritório Comviva Arquitetura e Urbanismo. Do lado direito, processo e resultado do IAT Hacer Desur. Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de comvivaarquitetura.com.br e imagens cedidas pelo IAT HacerDesur.

DISCUSSÃO

A base de cada decisão e organização é político-social. O incentivo pela organização vem de algo muito maior do que os indivíduos, presente na sociedade: o entorno imediato ao qual estão expostas. O contexto econômico das famílias é condicionante para a opção que tomam, em associar-se para obter melhores condições dentro da cidade e na produção da moradia. A presença de incentivos do governo, principalmente econômicos, para essa associação tem grande influência.

A experiência comparada dos profissionais revela as dificuldades em se atuar no âmbito da arquitetura no contexto brasileiro de moradias de baixa renda, devido à inexistência de políticas públicas de fomento ou mais associações civis que possam organizar demandas de grupos, como as famílias atendidas no bairro Canhema II. Não são ignoradas as dificuldades presentes no contexto uruguaio, porém a presença de uma política forte de manutenção dessa modalidade

fortalece o crescimento do número de profissionais interessados e, com isso, aumenta as possibilidades para as famílias.

Para o caso brasileiro, destaca-se um ganho significativo de qualidade de projeto com processo de assessoria técnica desde o início, apropriado pela associação coletiva dos moradores. Ficam evidentes benefícios do agenciamento espacial dos ambientes, ventilação, insolação e iluminação, acessos e escadas. Sobretudo, o benefício mais importante é a estratégia projetual de moradia evolutiva (BARROS; PINA, 2012) que possibilita uma construção em etapas onde o morador-construtor, além de ter o horizonte do projeto final completo, pode morar de forma apropriada enquanto realiza as etapas subsequentes da obra. Nesse universo, pode haver um ganho ainda maior com a adição de estratégias do conceito ampliado de flexibilidade das possibilidades formais, técnicas e de uso (SCHNEIDER; TILL, 2005; PAULICHEN; LEITE; PINA, 2019).

A interdisciplinaridade é elemento chave na melhoria dos processos, bem como o desenvolvimento de linguagens comuns entre os atores. Essas relações, ora conflituosas, ora pacíficas, podem ser a externalização de dificuldades de compreensão propiciadas pelo desconhecimento da linguagem. A busca pelo consenso entre as partes frutifica num acordo e cristaliza-se no interesse comum pelo resultado final planejado, o que diminui necessidades de mudança durante a obra e garante um objeto final de qualidade.

Ficou explícito, pelo estudo de caso realizado, que o papel dos profissionais de Arquitetura nos processos coletivos de produção de habitação vai além do escopo de projeto, mas relaciona-se com as diversas etapas que caracterizam a construção de um empreendimento coletivo de moradia: a organização social, o projeto arquitetônico, o planejamento com base nos recursos e legislação, o atendimento das questões de salubridade e técnicas construtivas, os processos de aprovações legais nos órgãos competentes, a gestão de obra, a orientação de técnicos e gestão de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs analisar o papel dos profissionais de arquitetura dentro dos processos participativos de produção de habitação por meio de um estudo de caso com duas unidades-caso, uma no Brasil e outra no Uruguai. Os resultados indicaram diferenças políticas e sociais que levam às diferenças significativas nos objetos finais produzidos em cada caso, bem como aos indicadores de aspectos positivos nas descrições, como a interdisciplinaridade e os métodos de linguagem.

A existência de uma política que incentiva e subsidia a prática profissional de assessoria técnica, somada à disponibilidade de verba para a execução de empreendimentos associados aos processos participativos é elemento fundamental no contexto de produção de moradias elaboradas participativamente, pois dá fundamento e fortalece a criação e manutenção de muitos agentes no contexto de produção de habitação. Os resultados obtidos em cada processo destacam as diferenças entre os métodos, tanto do ponto de vista do projeto quanto da execução, valorizando a figura do arquiteto como profissional-chave na articulação entre agentes, linguagens e processos. Esse

aspecto reflete, sobretudo, na formação dos arquitetos e urbanistas, ressaltando a importância do posicionamento da Arquitetura e Urbanismo brasileiros, consciente das questões e especificidades locais, ressaltado por Ferro (2006) ao criticar a formação eurocentrada das escolas (SANTOS, 2006). Nesse sentido, esse posicionamento precisa convergir o canteiro e o desenho como estruturante nos cursos de Arquitetura (e não complementar, como ocorre), acompanhado da reflexão crítica sobre o saber-fazer e a materialização do traço e a consequente seleção da opção tecnológica construtiva.

Por fim, o tempo destinado para a coleta de depoimentos limitou a quantidade de unidades-caso estudadas, bem como a localização dessas unidades em cidades previamente selecionadas. Recomenda-se, para estudos futuros, a utilização da perspectivas de outros atores, como os agentes interdisciplinares e os usuários, para que sejam obtidos outros pontos de vista e seja enriquecida a descrição e análise.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARAVENA, A.; IACOBELLI, A. **Elemental**: incremental housing and participatory design manual. Alemanha: Hatje Cantz Verlag, 2016.
- BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Habitat)— Universidade de São Paulo, 2006.
- BARENBOIM, C. A.; AGUDELO, M. F. C. Evolución de las políticas habitacionales en Uruguay (período 1870-2000). **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 3, n. 6, p. 168-181, 2010.
- BARROS, R.R.; PINA, S.A.M.G. Sinfonia inacabada da habitação coletiva: lições a partir do PREVI para uma arquitetura de possibilidades. **Ambiente Construído**, v. 12, n. 3, p. 7-26, 2012.
- BLUNDELL-JONES, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Eds.). **Architecture and participation**. New York: Spon Press, 2005.
- BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. *In*: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. [s.l.] Alfa Ômega, 1979.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, N. G. **Construindo territórios de utopia**: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, 1986.

- BURGUIÈRE, E. *et al.* **Produção social da moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- CAMARGO, C. M. D. **Minha Casa Minha Vida Entidades: entre os direitos, as urgências e os negócios.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2016.
- CECILIO, M. El cooperativismo de viviendas, proceso de gestación. *In:* VALLÉS, R.; CASTILLO, A. D. (Eds.). **Cooperativas de Vivienda en Uruguay: medio siglo de experiencias.** 2 ed. Montevideo, Uruguay: Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015, (p. 23–36.).
- CHINELLI, F. Os loteamentos de periferia. *In:* VALLADARES, L. P. (Ed.). **Habitação em questão** Rio de Janeiro: Zahar, 1980, (p. 49–68).
- FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: FUPAM; LABHAB, 2012.
- FERRO, S. O canteiro e o desenho. *In:* FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- GONZÁLEZ, G. El problema de la vivienda y la Producción Social del Hábitat, del Sur al Norte de América Latina. *In:* **El Camino Posible: Producción Social del Habitat en América Latina.** Montevideo: Trilce, 2011. p. 239–250.
- GONZÁLEZ, G. **Una historia de FUCVAM.** Montevideo, Uruguay: Trilce, 2013.
- HABRAKEN, N. J. Towards a new professional role. **Design Studies**, v. 7, n. 3, p. 139–152, 1986.
- LAWRENCE J., R. Basic principles for public participation in house planning. **Design Studies**, v. 8, n. 2, p. 102–108, abr. 1987.
- MARICATO, E. Autoconstrução: a arquitetura possível. *In:* **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982. p. 71–93.
- MARTINS, L. M. **Direito à arquitetura: inventário da produção das assessorias técnicas paulistas.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade Estadual de São Paulo, 2019.
- MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do crédito solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. *In:* LAGO, L. C. (Ed.). **Autogestão habitacional no Brasil: Utopias e contradições.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 19–48.
- MIOTO, B. T. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013).** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.

- NAHOUM, B. *et al.* **Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: Una historia con quince mil protagonistas.** [s.l.] Intendencia Municipal de Montevideo, 2008.
- FLORES, E. O. (ed.). **El camino posible:** Producción Social del Hábitat en América Latina. Montevideo: Trilce, 2011.
- PAULICHEN, L.; LEITE, R. M.; PINA, S. A.M. G. Resilience in Architecture: Housing as a Process. **Strategic Design Research Journal**, v. 12, p. 383 -401, 2019.
- RIZEK, C. S.; BARROS, J.; BERGAMIN, M. D. A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, p. 31, 2003.
- RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão.** (O programa FUNAPS comunitário). Dissertação (Mestrado em Arquitetura)— Universidade de São Paulo, 1995.
- RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: SANTO AMORE, C.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Eds.). **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 51–70.
- SANOFF, H. **Designing with community participation.** Stroudsburg: Dowden, Hutchinsonson and Ross, 1978.
- SANOFF, H. (Ed.). **Participatory Design:** Theory and techniques. [s.l: s.n.].
- SANOFF, H. **Community participation methods in design and planning.** New York: John Wiley and Sons, 2000.
- SANTO AMORE, C. Assessoria e Assistência Técnica: Arquitetura e Comunidade na Política Pública de Habitação de Interesse Social. Seminário URBFAVELAS 2016. Anais... In: **II Seminário Nacional Sobre Urbanização De Favelas.** Rio de Janeiro, 2016.
- SANTOS, B. S. **A Gramática do Tempo.** São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHNEIDER, T.; TILL, J. Flexible housing: opportunities and limits. **Architectural Research Quarterly**, v. 9, n. 2, p.157–166, 2005.
- URUGUAY. 13.728. **Ley Nacional de Vivienda.** 17 dez. 1968.
- VALLÉS, R.; CASTILLO, A. D. **Cooperativas de vivienda en Uruguay:** Medio Siglo de Experiencias. 2.ed. Montevideo, Uruguay: Facultad de Arquitectura de la Universidad de la República, 2015.
- VAZ, L. F. **Modernidade e moradia:** habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

Decadência com elegância: estética e consumo da habitação em tempos de crise

Decadence with elegance: aesthetics and housing consumption in times of crisis

Decadencia con elegancia: estética y consumo de vivienda en tiempos de crisis

*Ana Elísia da Costa, Doutora em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: ana_elisia_costa@hotmail.com*

Resumo

Frente a uma crise global e disciplinar, parte da cultura arquitetônica e urbanística contemporânea persegue um “senso de economia”. Esse mesmo senso poderia se relacionar com a precariedade ou com a “atmosfera decadente” observada em refuncionalizações de edifícios abandonados em áreas degradadas? Como a precariedade, o provisório, a decadência e a obsolescência “atravessam” as disciplinas arquitetônicas e urbanísticas, suas regras e seus *modi operandi*? Como esses conceitos operam sobre a realidade e são moldados por ela? Guiado por essas questões, o estudo ensaia uma reflexão sobre a “decadência” como fenômeno estético e de consumo e avalia como ele impacta a oferta habitacional em requalificações de áreas pós-industriais. São discutidas a origem do fenômeno, sua incidência sobre as disciplinas e sua cooptação pelo sistema de consumo que, ao criar o desejo de viver “o e no precário”, condiciona a oferta de habitação e processos de gentrificação urbana. Espera-se que a reflexão amplie discussões sobre a condição contemporânea da Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Decadência; Estética; Consumo; Habitação; Áreas pós-industriais.

Abstract

Faced with a global and disciplinary crisis, part of contemporary architectural and urban culture follows a “sense of economics”. Can this same sense be related to a precariousness or to a “decadent atmosphere” observed in the refunctionalisations of abandoned buildings in degraded areas? How precariousness, provisional, decadence, obsolescence “cross” architectural and urbanistic disciplines, their rules

and their operation modes? How do these concepts operate on reality and are shaped by it? Guided by these questions, the study rehearses a reflection on the "decadent" as an aesthetic and consumption phenomenon, and evaluates how this impact the housing supply in post-industrial areas requalifications. The origin of the phenomenon, its impact on the disciplines and its co-option by the consumption system are discussed, when creating a desire to live "the and in precarious", conditions the housing supply and urban gentrification processes. It is expected that the reflection will expand discussions on contemporary conditions of Architecture and Urbanism.

Keywords: Decadence; Aesthetics; Consumption; Housing; Post-industrial areas.

Resumen

Frente a una crisis global y disciplinaria, parte de la cultura arquitectónica y urbana contemporánea persigue un "sentido de la economía". ¿Podría este mismo sentido estar relacionado con la precariedad o la "atmósfera decadente" observada en las refuncionalizaciones de edificios abandonados en áreas degradadas? ¿Cómo la precariedad, la provisionalidad, la decadencia, la obsolescencia "cruzan" las disciplinas arquitectónicas y urbanas, sus reglas y su *modi operandi*? ¿Cómo estos conceptos operan en la realidad y son moldeados por ella? Guiado por estas cuestiones, el estudio ensaya una reflexión sobre lo "decadente" como un fenómeno estético y de consumo y evalúa cómo impacta la oferta de viviendas en las recalificaciones de áreas posindustriales. Se discute el origen del fenómeno, su impacto en las disciplinas y su cooptación por el sistema de consumo, lo que, al crear el deseo de vivir "lo y en lo precario", condiciona los procesos de oferta de vivienda y gentrificación urbana. Se espera que la reflexión amplíe las discusiones sobre la condición contemporánea de la arquitectura y el urbanismo.

Palabras clave: Precario; Estética; Consumo; Alojamiento; Áreas posindustriales.

INTRODUÇÃO

Pobreza, guerras, êxodos, catástrofes, pandemias. É tempo de crise! Com ela e a partir dela, a Arquitetura e o Urbanismo retomam o tema da “crise disciplinar”. Apesar de já apontada em outros momentos da história, a crise atual ganha contornos mais dramáticos pelo reconhecimento de parte da responsabilidade dessas disciplinas pelo cenário caótico em que nos encontramos.

Em um recente estudo sobre a pandemia, Boaventura de Sousa Santos (2020) aponta que crise deveria ser entendida como uma condição de anormalidade a ser superada, mas que a sociedade atual vive uma “crise permanente”, instalada pelo neoliberalismo desde os anos 1990. De fato, desde então, a cidade vem sendo eleita como lugar privilegiado para a circulação do capital e a habitação transformada em mercadoria (HARVEY, 2006) e tem se aprofundado uma crise disciplinar, entendendo-a como um processo em que, dialeticamente, confrontam-se forças que sugerem o apego ao passado e a necessidade de construir um novo começo (MARQUES, 2019).

Esse confronto na atualidade da Arquitetura e Urbanismo, segundo Pierre Chabrad (2019), pode ser representado por dois “campos” que, apesar de aparentemente antagônicos, buscam explorar um mesmo “*ethos* da austeridade”, por ele entendido como um senso de economia adotado como parte das respostas aos problemas contemporâneos. Um campo atua “dentro” das próprias disciplinas. Num plano mais teórico, pesquisa soluções “econômicas” - desprovidas de estilo, silenciosas e anônimas - que emergem das próprias regras disciplinares consolidadas ao longo do tempo, sacralizando-as. O outro campo atua “fora dos muros”, em projetos socioculturais, construções ecológicas e *low tech*, agricultura urbana, economia solidária e cooperativas. Valorizam ações multidisciplinares, colaborativas e participativas, sugerindo a construção de novas práticas profissionais. Negam a sacralização do objeto e sua fantasia formal e buscam soluções socialmente “justas” o que, por vezes, autoriza a adoção de soluções baratas e precárias que relativizam o *firmitas* vitruviano. O senso de economia de Chabrad (2019), portanto, possui dimensões não só estéticas, mas, também, éticas.

Sem hierarquizar esses dois “campos”, Chabrad (2019) observa que ambos atribuem um “papel social” à atuação profissional. Ambos partem das incertezas do real e buscam transformá-lo, seja a partir da reflexão, seja a partir da ação. Pensar esses dois campos de modo transversal, para o autor, é um modo de melhor compreender a arquitetura e o urbanismo contemporâneos que constroem vias múltiplas, simultâneas e, por vezes, contraditórias.

Nessa perspectiva, como pensar a habitação contemporânea em tempos de crise disciplinar? Mais especificamente, como pensá-la quando emerge de reabilitações de pré-existências arquitetônicas e urbanísticas que, com certo modismo, tem assumido um senso de economia expresso em uma atmosfera *decadente*? Nesses casos, parte-se do pressuposto de que haja uma dimensão “dentro-fora” ou um “entre”, em que podem estar sobrepostas forças da disciplina, derivadas da concepção técnica e compositiva das pré-existências, e forças fora dela, que ignoram normativas de intervenção consolidadas e desenvolvem propostas que podem tanto recuperar imagens passadas, reinterpretando o objeto, como tensioná-las ou até descaracterizá-las. São exemplos de vias múltiplas e

contraditórias da arquitetura contemporânea e, portanto, privilegiados e instigantes objetos de análise.

A partir de tais projetos, especialmente em áreas pós-industriais, o artigo pretende ensaiar reflexões de natureza estéticas-éticas. O *decadente* é abordado não só como fenômeno estético, mas também como um fenômeno de consumo que, como tal, tem implicações éticas. São levantadas reflexões sobre a origem do fenômeno estético “fora” da disciplina, junto a movimentos culturais, e seus impactos sobre regras e *modi operandi* do patrimônio, planejamento urbano e projeto. A sua cooptação como fenômeno de consumo, por outro lado, leva à reflexão sobre o desejo criado de viver “o e no decadente” e como este vem impactando a oferta de habitação e promovendo processos de gentrificação urbana.

A reflexão é ilustrada pela área pós-industrial da freguesia de Marvila, em Lisboa, objeto de estudo de uma pesquisa em andamento¹. Após longo abandono, a área vem se popularizando como pólo cultural “alternativo”, reproduzindo um fenômeno que também pode ser ilustrado por inúmeros outros casos no mundo globalizado atual.

Ao pensar o tema *decadente* de modo transversal, entre a estética e o consumo, entre sua emergência e seu oportunismo, espera-se problematizar algumas questões inerentes ao “dentro” e “fora” dos campos disciplinares. Sem perseguir respostas, espera-se que a formulação de novas perguntas possam ajudar a refletir sobre a cultura urbana e arquitetônica contemporânea e sua “crise”.

O DECADENTE: SER E CONSUMIR

A palavra *decadente* possui, aqui, alguma imprecisão, por isso é apresentada em itálico ao longo do texto. Procura-se escapar do seu enquadramento nos modismos do *design* de interiores que usam termos também pouco precisos, como “estilo industrial”, “industrial-chic” ou “vintage industrial” (POTESTAD; PASCAL, 2014). Considera-se que esses termos nem sempre possuem relação com o reuso de espaços pré-existent e são apenas uma das manifestações superficiais de um fenômeno de consumo mais amplo e complexo. Aqui, o *decadente* não se prende ao estado de conservação das pré-existent (Figura 1), mas às expressões estéticas que decorrem das intervenções sobre elas. Se prende a um senso de economia que, de modo transgressor, autoriza o uso de materiais provisórios e a permanência de elementos em estados de conservação precário, como será melhor discutido. Esse senso de economia refuta, portanto, o minimalismo do “*less is more*” modernista, quanto do “*enough is enough*” contemporâneo,² explorados normalmente pelos que atuam “dentro” do campo disciplinar. Assim, o *decadente* aqui tratado tem como sinônimos o provisório, a obsolescência, ou seja, o que é instável e frágil.

1 Pesquisa de pós-doutoramento, iniciada em 2019, junto ao ISCTE-IUL, em Lisboa, sob orientação de Paulo Tormenta.

2 Termo cunhado por Pier Vittorio Aureli que critica tantos os modismos minimalistas, quanto as econômicas intervenções daqueles que atuam “fora” do campo disciplinar (CHABRAD, 2019).

Tais adjetivos também são atribuíveis à condição contemporânea de instabilidade, o que permite posicionar o fenômeno estético como uma das expressões dessa condição. Com valores e símbolos em constante mutação e amplo acesso à informação, essa condição impõe uma sensação de “permanente crise” (SANTOS, 2020; MARQUES, 2019).



Figura 1: Pavilhões abandonados. Marvila – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.

Também ilustram essa condição as recentes transformações da noção pragmática e simbólica de casa, seja como abrigo, seja como lar. Recomposição de núcleos familiares tradicionais, emergência de grupos sociais, imposição de novos modos de morar e trabalhar impulsionados pela tecnologia da informação ou, ainda, a crescente reivindicação de acesso à habitação por diferentes extratos sociais podem ser elencados como fatores que têm imposto novos modos de morar e a consequente necessidade de reinvenção ou flexibilização do espaço de habitar.

Entre permanentes e efêmeras, acolhedoras e inabitáveis (AGAMBEM, 2019), as casas que surgem do reuso ou refuncionalização de lugares-outros ou de velhos edifícios também podem ser outra ilustração da condição de instabilidade contemporânea, o que o artigo procura dar ênfase. O reuso em si relativiza a importância da “função” e, consequentemente, de um dos princípios mais caros à concepção arquitetônica moderna, ou seja, aquele em que a “forma segue a função” (MARQUES, 2019).

Por outro lado, essas intervenções, ao explorarem a *decadência*, os gestos mínimos, os materiais baratos e a aceitação da obsolescência dos estados de conservação, relativizam também o papel de outra grande sustentação disciplinar — o *firmitas* vitruviano! (Figura 2). Esse gesto, por sua vez, permite questionar se também não possui motivações enlaçadas à noção de instabilidade. Estaria explícito, aí, o desejo de colocar o projeto e as intervenções em suspensão, como dados “provisórios”, abertos no tempo e espaço e sucetíveis à uma contínua revisão e aprimoramento, como sugere a utopia experimental de Lefebvre

(2011)?³ Estaria sendo buscada uma outra estética como uma promessa de um futuro alternativo que foi perdido na contemporaneidade (HUYSSSEN, 2006)?



Figura 2: Antiga fábrica Abel Pereira da Fonseca. Hoje, Lisbon WorkHub. Serralvarez Arquitectos, 2016. *Marvila – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.*

Independente das suas motivações culturais, parece importante observar que o reúso e as intervenções *decadentes* passaram a ser rapidamente assimiladas e adaptadas pelo mercado. Se o reúso representa alguma permanência do edificado e dos valores a ele associados, a precariedade das intervenções, ao relativizar a ideia do duradouro, veio ao encontro da cultura de descarte que sustenta o consumo contínuo capitalista (MARQUES, 2019).

A adoção da estética *decadente*, portanto, pode trazer em si contradições. É um tema que se legitima por emergir da própria condição da cultura contemporânea e que, de modo mais explícito, seduz aos que militam “fora dos muros”. Por outro lado, também é um tema que pode ter uma conotação oportunista derivada do sistema dominante de consumo, o que levaria a alguns que militam “dentro” da disciplina a proclamarem que a sua adoção é uma derrota ao capitalismo predatório, como sugere o crítico Pier Vittorio Aureli (CHABRAD, 2019).

Transpondo essas posições extremadas, outras disciplinas, como a Geografia e a Filosofia, apontam para cautelas necessárias. David Harvey (2006), por exemplo, surge a vigília constante de nossas práticas e reflexões, pois o poder dominante é hábil em cooptar movimentos emergentes “cheios de boas intenções” para que, na sequência, sejam substituídos por outros a serem consumidos como “novos”. Da

3 Sabendo que a “realidade imaginada” nunca será manejável, controlada, o autor propõe que os projetos sejam experimentados na práxis, estudando de modo incessante os seus contextos conceituais, suas implicações e consequências. Não se tem, portanto, sínteses efetivas, mas reconstruções nunca acabadas, um objeto virtual aproximado a partir de dados experimentais. (LEFEBVRE, 2011)

necessidade dessa vigília, deriva a análise do reuso habitacional e das intervenções *decadentes*, buscando refletir sobre suas origens, implicações e consequências.

A ESTETIZAÇÃO DA RUÍNA

O gosto pela estética *decadente* pode ter suas origens nos movimentos artísticos das décadas de 1960 e 1970. A contracultura, ao pregar a dessacralização e democratização do espaço cultural e contestar a subordinação das cidades aos interesses econômicos, incentivava a ocupação (legal e ilegal) de edifícios abandonados ou subutilizados para fins habitacionais ou socioculturais. A contracultura assumia, portanto, um caráter contestador e transgressor que veio a negar convencionalismos de diversas ordens, inclusive os acadêmicos.

Sem recursos, essas ocupações sofriam adaptações leves que suportassem transformações constantes ao longo do tempo, ou seja, que pudessem ser desmontadas ou descartadas (PAULINO, 2015; LA VARRA, 2009). O caráter provisório justificava o emprego de materiais reciclados, baratos, precários, por vezes, inapropriados. Eram montados *in loco*, compondo uma bricolagem quase artesanal de materiais industrializados. A eles, somavam-se o emaranhado de instalações – dutos, cabos, luminárias, neon, isolamentos térmicos e acústicos – que, expostos sem ornamentos ou acabamentos, aliviava orçamentos. O desnudamento, tal como a “verdade dos materiais” do pragmatismo modernista, ganhava nova expressão formal (DIEZ; DI PECO, 2013).

Por outro lado, o desgaste de cores e texturas, o quebrado, o inacabado eram acatados, explicitando uma desejável “pátina do tempo”, reveladora do passado. Expressavam o que Huyssen (2006) chama de “nostalgia pelas ruínas”. Numa promessa de futuro alternativo, perdido na contemporaneidade, os elementos que sucumbiam ao tempo passaram a ser valorizados, por uma presumível capacidade rememorativa, uma competência de comunicar o passado. O abandonado, o obsoleto, o decadente, foram então estetizados, para simbolicamente revelarem o que nem sempre era visto ou procurado (SANTIAGO, 2015; PAULINO, 2015; LA VARRA, 2009; CRISMAN, 2007).

Tais intervenções – bricoladas e impregnadas pela pátina do tempo – eram, recorrentemente, desenvolvidas pela atuação colaborativa e participativa dos artistas e comunidades envolvidas, relativizando, portanto, a importância do papel autoral que a disciplina sempre defendeu.

PATRIMÔNIO, PLANEJAMENTO E PROJETO

Apesar de não envolverem necessariamente intervenções em bens patrimoniais, essas estratégias respondiam, em parte, a princípios da Teoria da Restauração, como a legibilidade e a reversibilidade (BRANDI, 2004). Ao contrastarem com as características formais e construtivas das pré-existências, não estabeleciam falsos históricos e, ao se pretenderem leves, garantiam a autenticidade da obra e facilitavam eventuais intervenções futuras. Faziam isso, contudo, de modo transgressor, por motivações econômicas e pela busca de uma estética-outra,

pois não tinham o compromisso com a integridade física da obra, nem muito menos com a busca de uma harmonia entre partes ou de uma unidade potencial.

Assim, o fenômeno da estética *decadente*, claramente, se contrapunha aos conceitos tradicionais do campo disciplinar – a estabilidade, o firme, o perene, ou ainda, o limpo, o asséptico, o ordenado. O fenômeno questionava os rigorosos receituários das cartas patrimoniais e, segundo Marques (2019), a utopia modernista da industrialização e da standardização, do uso racional do ferro, concreto e vidro.

Por outro lado, a propagação desse gosto pela ruína, engendrado “fora” da disciplina, induziu a uma vontade excessiva de manter bens que nem sempre possuíam valores patrimoniais, relativizando a própria definição de disciplinar de patrimônio. O fenômeno da *patrimonialização* (CHOAY, 2008) *das cidades, observado a partir disso, pode se expressar nos debates sobre o que preservar-remodelar-demolir promovidos pelos planos de requalificação urbana.*

Com o “patrimônio ampliado”, tais planos deslocaram o interesse de conservação de monumentos isolados para conservação de tecidos históricos urbanos e paisagens. A *conservação crítica*,⁴ com suas cartas e recomendações universais e, por vezes, pouco sensíveis às especificidades locais, cedeu lugar à *conservação integrada*. O planejamento passou a contemplar, além do aspecto físico, aspectos ambientais e sociais. Para tanto, foi proposto que os critérios passassem a ser definidos caso a caso, discutidos em equipes multidisciplinares e em processos participativos (NEVADO, 2018). Dessa forma, as próprias regras foram gradativamente desestabilizadas, para serem continuamente revisadas.

A ausência de ideais ou modelos a seguir, no interior das disciplinas, pode ter levado à processual assimilação do que Díez e Di Peco (2013) chamam de novo “informalismo”. As decisões passaram a ser guiadas pela subjetividade e sensibilidade artística do profissional ou comunidades envolvidas, abrindo-se à experimentação projetual e aos erros. Nesse processo experimental, além do desejo pessoal e comunitário, as limitações impostas pelos condicionantes passam a ser exploradas como potencialidades, como expressão de uma autenticidade, afastando assim as ideias de modelos, de ideal e de perfeição:

A informalidade evita seguir normas, principalmente evita as regras conhecidas, as convenções, as “formalidades”. Prefere, portanto, o diferente. Não sendo normativas, suas manifestações são extremamente variadas, e podemos advertir que sensibilidades artísticas muito distintas podem conviver sobre o mesmo signo da informalidade. [...]. O informalismo manifesta-se em uma valorização do aleatório, do espontâneo, das condições do próprio material e dos condicionamentos de sua aplicação. Isto é, um novo interesse por tudo aquilo que é circunstanciado, onde a forma é a expressão tanto de um desejo primitivo, [...] quanto das limitações que as circunstâncias oferecem. Estas já não são vistas como uma dificuldade, mas como uma oportunidade. [...] Esses condicionantes, longe de serem percebidos como

4 Se relaciona com a Teoria del Restauro de Brandi e a Carta de Veneza, da década de 1960. Desde então, é tratada como doutrinas universais, suportadas por organizações internacionais (UNESCO; ICOMOS). Sobre a relação dessas doutrinas e identidades locais, consultar Nevado (2018).

demérito, são percebidos como uma marca de autenticidade [...]. Por isso a noção de perfeição é totalmente alheia a essa sensibilidade, não há um ideal ao que se aproximar. Há, em troca, uma sinceridade que deve se manifestar livremente, sem restrições. Por essa razão, a noção de erro também lhe é alheia, pois, não havendo modelo, não pode haver desvio (DIEZ; DI PECO; 2013, p. 90).

Decorrem desse informalismo dois aspectos que impactam diretamente as estruturas disciplinares. O primeiro diz respeito à relativização da importância do projeto ou do planejamento prévio em favor da montagem acidental *in loco*, do “testemunho da própria ação da realização da obra” (DIEZ E DI PECO, 2013, p. 90) (Figura 3). O segundo se refere à dessacralização do objeto estetizado em favor de um “aspecto socialmente justo”, o que justifica, muitas vezes, a sua aparência rudimentar.

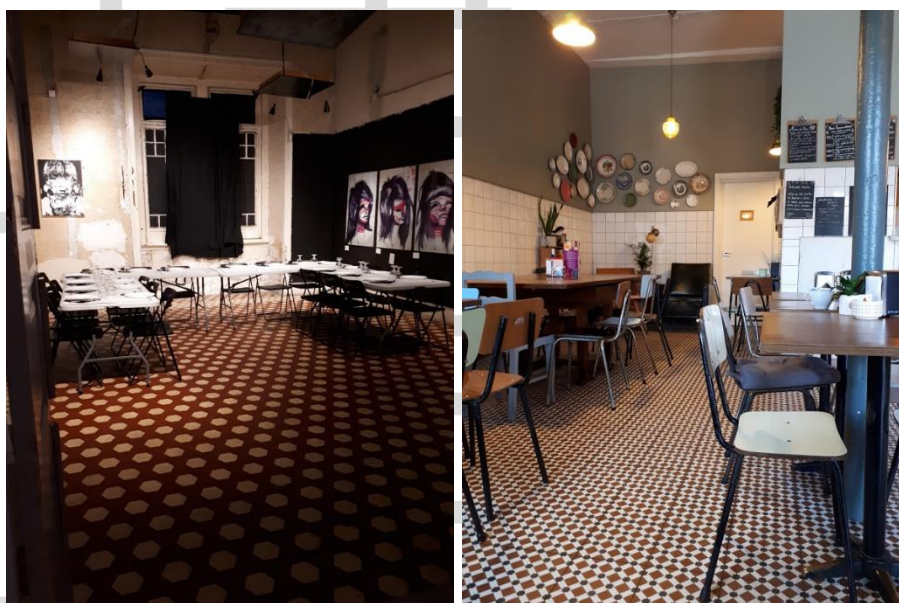


Figura 3: Interiores – Centro Cultural Fábrica Braço de Prata e Café com Calma. Marvila – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.

QUANDO O DECADENTE VIRA TREND...

No início do século XXI, o discurso estético da *decadência* passou a ser defendido por outra comunidade cultural, aquela intitulada como *cool* ou *hipster*. Vinculada ao fenômeno do *hipsterismo*, segundo o antropólogo Iñaki Domínguez (2018), essa comunidade é global e tem sido impulsionada pelos meios de comunicação. Retrata uma geração que não tem a que evocar e que busca se distinguir por meio do consumo não luxuoso de “constelações identitárias” – indumentárias, imagens, alimentos, turismo, lugares. Viver ou frequentar um bairro *hipster*, por exemplo, pode tornar as pessoas mais especiais, mais distintas.

Para atender aos desejos de distinção, o fenômeno saiu do pavilhão da contracultura e ganhou o bairro. Assumiu escala urbana! Áreas *hipsters* em cidades de todo mundo passaram a ser mapeadas em *websites*, como o *Hoodmaps* (ZORN, 2018),

e *blogs*, como o *Uniplaces* (SHARMA). Ali, como “novidades” para investidores e consumidores, estão apresentados territórios ocultos ou abandonados nas cidades com atmosferas saudosistas, ou seja, áreas que estimulam a “nostalgia da ruína”.

Recorrentemente, o mapeamento recai em áreas pós-industriais, com galpões, infraestruturas e vilas operárias que, após as décadas de 1970-1980, caíram em desuso ou subutilização em várias partes do mundo.⁵ Subestimadas por um longo tempo, apesar de suas centralidades e infraestruturas, tais áreas passaram a despertar interesses recentes de diversos setores.

Inicialmente, os *hipsters* encontraram imóveis baratos que permitiam investimentos baixos e rápido retorno. Artistas e ativistas culturais viram nas ruínas e escombros dessas áreas condições ideais para intervenções que dessem visibilidade à deteriorização da vida urbana. Sem o papel do profissional e até mesmo do projeto, ou seja, atuando “fora” da disciplina, a *decadência* foi estetizada e sua turistificação foi moldando o desejo de viver “o e no precário” (Figura 4). Esse desejo, cooptado como consumo, levou a investimentos imobiliários e públicos, travestidos por gestos nobres de “requalificação urbana” (KENDZIOR, 2014).

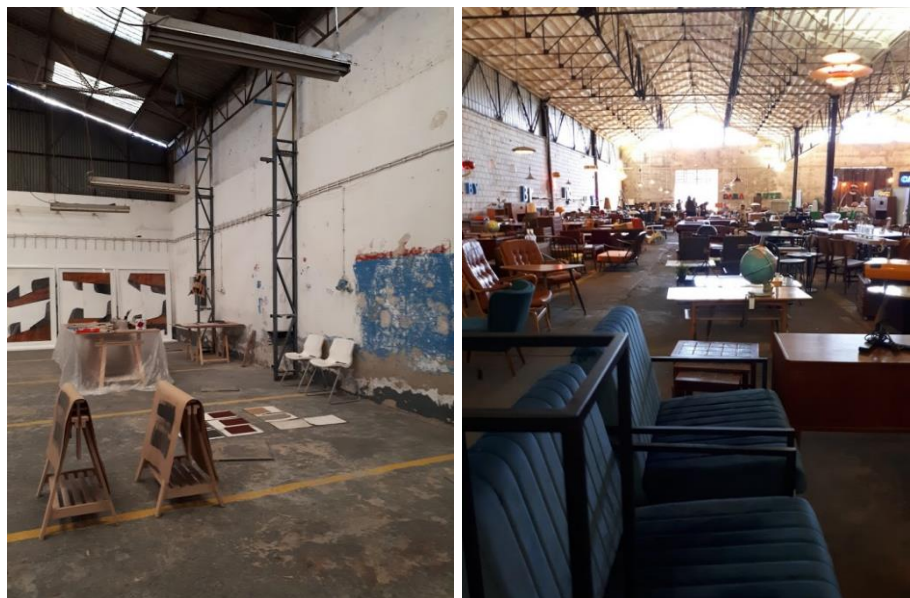


Figura 4: Interiores – Studio Tomaz Hipólito e Loja Cantinho do Vintage. Marvila – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.

Guiadas por um marketing sensorial, o conjunto dessas ações transforma o valor de culto do patrimônio em valor de exibição e as cidades, em parques de diversão teatralizados, tematizados. Setores ou distritos culturais viram *trends*, agregando antigos edifícios transformados, em sua maioria, em centros culturais e/ou programas “alternativos” ligados à indústria criativa e ao empreendedorismo colaborativo. Casas noturnas, galerias, ateliês, *coworkings*, cafés, bares, restaurantes, parques de lazer multiplicam-se. Neles, desfilam os *hipsters*, os *cool*

⁵ O fenômeno é global. A busca por terrenos mais amplos e baratos, a obsolescência de antigas instalações diante de inovações operacionais e a descentralização e terceirização de atividades fabris levaram ao reposicionamento de grandes complexos industriais e portuários (OCHOA, 2015).

ou os “burgueses boêmios” — jovens, diplomados, endinheirados (LIPOVETSKI; SERROY, 2015; KENDZIOR, 2014).

A porção pós-industrial da freguesia de Marvila em Lisboa, ou Marvila Velha, ilustra o argumento. Mapeada como *hipster* pelo referido *blog* Uniplaces, a área é também assim adjetivada em diversas outras manchetes – “Marvila: o novo bairro *cool* de Lisboa” (AXPE, 2017); “E com vocês, Marvila: o bairro mais *hipster* de Lisboa” (VERANO, 2017); “Que Marvila: explorando o bairro mais *cool* de Lisboa!” (DANTAS, 2018). Cafés, restaurantes, cervejarias, lojas e espaços culturais concentrados, principalmente, ao longo da Rua do Açúcar, exibem uma atmosfera decadente, pronta para o consumo de lisboetas e de turistas afoitos por novidades (Figura 5). São espaços que, muitas vezes, emergem sem projeto arquitetônico formal ou legal e que sustentam alguma clandestinidade, como ilustra o restaurante “Aquele Lugar que não Existe” que, além do sugestivo nome, não obedece a qualquer normativa contra incêndios. Por outro lado, são intervenções que mobilizam a atuação participativa e colaborativa de vários agentes na sua execução, inclusive mão de obra local (LÖNNERVALL; SUNDELL, 2018).



Figura 5: Antiga Fábrica Abel Pereira da Fonseca. Hoje, café e coworking. Marvila – Lisboa.
Fonte: Acervo da autora.

O mesmo marketing sensorial também é explorado no reúso de velhos edifícios para habitação. Vende-se o diferencial de “viver num *loft*”, com seus pés-direitos altos, plantas livres e materiais rústicos. São, contudo, experiências tímidas do ponto de vista quantitativo. As necessidades de compartimentação do programa habitacional, com demandas de ventilação, iluminação e instalações, e de acabamentos internos sofisticados, para as necessidades prolongadas de limpeza e higiene, são mais complexas e onerosas se comparadas a simples adaptação das plantas-livre industriais e à estética rústica ou “industrial-chic”, assimilada

pelos programas culturais (GUIDOLIN, 2016). Na habitação, a decadência é, muitas vezes, só “casca”.

O Hub Criativo do Beato, uma antiga Fábrica da Manutenção Militar, ilustra uma das poucas propostas de reuso habitacional na freguesia do Beato, vizinha à *hipster* Marvila (Figura 6). Com uma vasta área, o programa enfatiza espaços dedicados à indústria criativa e tecnológica e apenas um de seus edifícios se volta ao programa habitacional. Nele, são propostas residências partilhadas (*colivings*) que usufruem de amplas áreas de uso comum, dedicadas exclusivamente aos condôminos do Hub, ou seja, um público temporário e não enraizado no local (STARTUP, n.d.). A prescrição para intervenção neste edifício, assim como nos demais, obedece a normativas de cartas patrimoniais e exige a atuação de profissional responsável, ou seja, valores cultivados “dentro” da disciplina e que se contrapõem às reabilitações “alternativas” observadas no entorno. Com dificuldades para captar investimentos, o cronograma de implementação do complexo está atrasado, restando se questionar qual “atmosfera” os *colivings* irão assumir, frente ao desafio de compatibilizar investimentos e rendimentos.



Figura 6: Hub Criativo do Beato – vistas interna e externa. Beato – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.

De qualquer modo, assim como neste projeto, os reusos habitacionais em projetos de requalificação espalhados pelo mundo são quantitativamente tímidos e pouco dedicados às demandas das comunidades locais. Normalmente, negam os potenciais das funções habitacionais como animadoras da vida urbana e resignificadoras de valores patrimoniais. Isolados, são apenas pequenas “iscas”

que despertam no estrangeiro, no habitante temporário ou no turista do *Airbnb*, o desejo de consumir sensorialmente a “exótica rotina doméstica de um *loft*” para, na sequência, abandoná-lo.

Em paralelo a esse cenário, a habitação em larga escala é promovida em novos e rentáveis empreendimentos privados que se beneficiam da infraestrutura existente. São apresentados como “projetos-âncoras” de requalificação do território, estimulados por diversos instrumentos legais e sofisticadas estratégias de marketing que se apoiam na figura de arquitetos *pop-star* que, bem remunerados, recusam desenvolver práticas participativas e colaborativas apregoadas por aqueles que atuam “fora” do campo disciplinar. Essas mesmas estratégias de marketing ainda exploram a imagem do patrimônio local, ironicamente, descaracterizado ou explorado a baixo custo por estes mesmos empreendimentos.

O Complexo Jardins Braço de Prata (1999-2011), do arquiteto Renzo Piano, é um dos projetos-âncora de Marvila. Com comércio, serviços e 500 habitações de luxo distribuídas em nove hectares, o projeto descaracteriza o tecido físico do bairro, com suas tipologias industriais e seu tecido social, com sua população de origem operária que não terá aporte financeiro para morar no complexo. O mesmo pode ser especulado com relação ao complexo da Fábrica de Gás da Matinha, em que estão previstos edifícios em altura, parque urbano e o reuso de gasômetros, únicos remanescentes industriais, como escritórios e hotéis (Figura 7).



Figura 7: Complexo Jardins Braço de Prata - em execução. Renzo Piano e CPU, 1999-2011. Marvila – Lisboa. Fonte: Acervo da autora.

A falta de interesse no reuso habitacional em larga escala e os novos megaprojetos, por sua vez, se juntam ao processo de transformação do uso do solo, promovido pela especulação imobiliária que explora os atrativos das reabilitações em curso. Os preços de aluguel e de venda são inflacionados, alguns imóveis permanecem fechados para aguardar uma maior valorização e outros são

propositalmente deteriorados para justificar uma posterior demolição e construção de empreendimentos mais rentáveis. O abandono observado é acompanhado por mecanismos de suspensão de garantias contratuais de antigos inquilinos que, sem condições de pagar os novos aluguéis, são forçados a sair e viver em outros lugares.

Esse cenário pode ser retratado pela referida Rua do Açúcar de Marvila. Nela, janelas vedadas por tijolos explicitam o abandono da exuberante Casa José Domingos Barreiro. Mais adiante, o Prédio Santos Lima, uma antiga vila operária negociada numa operação imobiliária obscura, testemunha o despejo de dezessete famílias. Nele, reformas não regularizadas apontam para a intenção de impor um novo padrão espacial, bem ao gosto do consumo *hipster* ou de endinheirados adeptos ao “industrial chic” — o apartamento-duplex (STOP, 2019).

Os investimentos em curso, portanto, exploram o imaginário estético industrial e sua *charmosa* decadência pós-industrial para oferecer habitação ao consumo de um público seletivo. As ofertas das reabilitações de uso, como nas ocupações *hipsters* ou no Hub Criativo Beato, e dos novos empreendimentos, como no Complexo Jardins Braço de Prata, somados à especulação imobiliária, alargam o problema da carência habitacional de baixo custo em Lisboa e alimentam, direta ou indiretamente, os severos processos de gentrificação da sua população⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração da *decadência* na cultura arquitetônica e urbanística atual não pode ser entendida apenas como um simples fenômeno estético. Ela nasce fora da disciplina, mas reverbera profundamente sobre ela. Tece importantes relações dialéticas entre prática e teoria, ação e reflexão, desestabilizando valores que se mantinham estáticos e totalizantes por muito tempo.

Essa nova condição, contudo, tão pouco se estabiliza. Pelas sobreposições constantes de valores na contemporaneidade, a *decadência* é rapidamente cooptada pelo poder dominante e transformada em desejos de consumo que têm impactado, de modo perverso, a vida social urbana. Insta-se uma instabilidade que sugere ser uma nova crise ou não seria uma permanente crise?

Um dos principais impactos dessa crise se faz presente nos projetos de requalificação de áreas pós-industriais, em que o tema da *decadência* é potente pelo abandono delas após os anos 1970-1980. Um marketing sensorial tem definido as intervenções de reuso mais rentáveis, centrando-as nos espaços de cultura e lazer, o que intimida o potencial da habitação para resignificar patrimônio e para animar a vida urbana. Por outro lado, a habitação em larga escala, contemplada em empreendimentos novos, é habilmente mercantilizada a partir da exploração da atmosfera *decadente* do seu entorno. No saldo das duas ações, imóveis existentes são abandonados ou precarizados, com vistas à valorização do edificado ou do terreno, ou são hipervalorizados, impondo à

6 Kendzior (2014), ao tratar a gentrificação em áreas *hipsterizadas*, alerta que, depois que essas áreas caem no modismo e são valorizadas, os *hipsters* as abandonam novamente, sedentos por “inovações vanguardistas”, o que abre novo espaço para investidores do mercado imobiliário.

população empobrecida local o abandono de suas casas, ou seja, instalando processos de gentrificação.

A comercialização desse imaginário estético, portanto, possui efeitos colaterais éticos e se transforma em mais uma engrenagem do motor que faz das cidades um palco de contradições em que, ao mesmo tempo, a habitação é promovida e suprimida e a ruína física impulsiona a ruína social. A crise deflagrada, mais uma vez, impactará as disciplinas e exigirá revisões das suas regras e *modi operandi*? Recairá em qual campo disciplinar? Junto aos que atuam “dentro” ou “fora” dessa disciplina ou a ambos? Como isso se dará? Assumirá uma posição aberta, derivante, continuamente vigiada e questionada, como sugere Harvey (2016)?

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. Habitar e construir. **Punkto**, Porto, ed. 25, out. 2019. Disponível em: <https://www.revistapunkto.com/2019/11/habitar-e-construir-giorgio-agamben.html>. Acesso em: 19 out. 2019.
- AXPE. **Marvila**: o novo bairro cool de Lisboa. Lisboa, dez. 2017. Disponível em: <http://axpe.com.br/casaportuguesa/marvila-o-novo-bairro-cool-de-lisboa/>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CHABRAD, P. Utilitas, Firmitas, Austeritas. **Punkto**, Porto, ed. 24, verão 2019. Disponível em: <https://www.revistapunkto.com/2017/03/utilitas-firmitas-austeritas-pierre.html>. Acesso em: 10 out. 2019.
- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- COELHO, A. B. Entre casa e cidade: a humanização do habitar. **Opúsculos**, Porto, Dafne Editora, set. 2009. Disponível em: http://dafne.pt/conteudos/livros/entre-casa-e-cidade/opusculo_18.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.
- CRISMAN, P. From industry to culture: leftovers, time and material transformation in four contemporary museums. **The Journal of Architecture**, v. 12, n. 4, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13602360701614698>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- DANTAS, P. I. **Que Marvila**: explorando o bairro mais cool de Lisboa! Lisboa, fev. 2018. Disponível em: <https://chickenorpasta.com.br/2018/marvila-o-bairro-mais-cool-de-lisboa>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- DIEZ, F.; DI PECO; M. A forma do informalismo. **Summa +**, Buenos Aires, p. 90-97, ago. 2013.
- DOMINGUEZ, A. **La Sociología del Moderno**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2017.

- GUIDOLIN, F. Improving Strategies for Functional Upgrade for An “Integrated Rehabilitation”. In: **3o International Academic Conference: Places and Technologies**. Belgrado, 2016. Disponível em: <http://www.placesandtechnologies.eu/wp-content/uploads/2016/04/Book-of-Proceedings-Digital-687-750.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.
- HUYSEN, A. Nostalgia for Ruins. **Grey Room**, n. 23, p. 6-21, 2006, .
- KENDZIOR, S. Gentrificação: os perigos da economia urbana hipster. **ArchDaily Brasil**. 30 nov. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/758003/gentrificacao-os-perigos-da-economia-urbana-hipster>. Acesso em: 24 set. 2018.
- LA VARRA, G. Post-it City. El último espacio público de la ciudad contemporánea (pp. 46-47). In: PERAN, Martí. (Dir.). **Post-it City: Cidades Ocasioneis**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008.
- LEFEBVRE, H. **O Direto à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIPOVETSKI, G.; SERROY, J. **Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo**. Artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LÖNNERVALL, S.; SUNDELL, M. **Hub Criativo do Beato: For whom by whom? A narrative study of global entrepreneurial and creative urban practices in the eastern riverside of Lisbon**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Design Urbano Sustentável) - Royal Institute of Technology (KTH), Estocolmo, 2018.
- MARQUES S. C. Vida útil? Temporalidade e espacialidade contemporâneas na arquitetura. **Revista Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 8, out. 2019. Disponível em: http://www.escoladacidade.org/wp/wpcontent/uploads/191011_RC_n8-2.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.
- NEVADO, A. C. S. **Da expansão à recentralização - do território ao património: a regeneração urbana da zona ribeirinha oriental de Lisboa (1964-1994)**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia)-Instituto Universitário de Lisboa, 2018.
- OCHOA, A. R. Dinâmicas de crescimento em metrópoles portuárias: tensões a oriente da cidade de Lisboa. **On the Whaterfront**, n. 7, set. 2005.
- PAULINO, D. M. M. **Adaptação de património industrial a espaços expositivos informais: o caso da LX Factory**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)—Universidade Técnica de Lisboa, 2015.
- POTESTAD, M. de; PASCAL, P. **Vintage Industrial: Living with Machine Age Design**. New York: Rizzoli, 2014.
- SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.
- SHARMA, S. **The 12 Hippest Neighbourhoods in Europe for Trendy Students**. Disponível em: <https://blog.uniplaces.com/recent-articles/hippest-neighbourhoods-europe-trendy-students/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

STARTUP LISBOA. **Hub Criativo do Beato**. Disponível em: <https://www.startuplisboa.com/hcb>. Acesso em: 23 jan. 2020.

STOP Despejos. **A Luta das Famílias do Prédio Santos Lima**. Direção Left Hand Rotation. Lisboa, jul. 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/281132027>. Acesso em: 23 jan. 2020.

VALENCIA, N. Iñaki Domínguez sobre gentrificación, brunch y hipsters: "Creo que tendemos hacia una homogeneidad global". **Plataforma Arquitectura**, set. 2018. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/899936/inaki-dominguez-sobre-gentrificacion-brunch-y-hipsters-creo-que-tendemos-hacia-una-homogeneidad-global>. Acesso em: 10 abr. 2019.

VERANO, R. **E com vocês, Marvila**: o bairro mais hipster de Lisboa. Lisboa, maio 2017. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/blog/portugal-lisboa/marvila-onde-lisboa-e-mais-hipster/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ZORN, A. Onde estão os hipsters em sua cidade? Descubra com estes mapas colaborativos. **ArchDaily Brasil**, 20 jul. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/876027/onde-estao-os-hipsters-em-sua-cidade-descubra-com-estes-mapas-colaborativos>. Acesso em: 24 set. 2018.

A constituição de espaços públicos pela negritude e branquitude em Florianópolis: os casos da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat

The constitution of public spaces by blackness and whiteness in Florianópolis: the cases of Avenida Hercílio Luz and Praça Monte Serrat

La constitución de los espacios públicos por la negrura y la blancura en Florianópolis: los casos de la Avenida Hercílio Luz y la Praça Monte Serrat

*Rafael Alves de Campos, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: arqrafaelcampos@gmail.com*

*Alicia Norma González de Castells, Doutora em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: alicianormacastells@gmail.com*

*Ana Paula Magalhães Jeffe, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: anajeffe@univali.br*

*Marcia do Valle Pereira Loch. Doutora em Engenharia de Produção. Universidade do Vale do Itajaí.
E-mail: marcia.loch@hotmail.com*

Resumo

A construção da Avenida Hercílio Luz e do primeiro reservatório de água de Florianópolis-SC deixaram marcas na paisagem que suscitam memórias higienistas. Recentemente, o reservatório foi transformado em praça pública por meio de táticas de mobilização da comunidade do Morro da Caixa. A produção desses dois espaços públicos reflete as dinâmicas de poder e como as espacialidades da branquitude e da negritude se expressam na urbe. Demonstra como a retificação e o tamponamento de um rio tem relação com o deslocamento e a invisibilização da população afrodescendente no território. A construção da praça reflete um movimento de resistência e conquista do direito à cidade por essa população, que tem no território a valorização da sua identidade. Por meio de revisão de literatura, entrevistas e observação assistemática, apresenta-se uma análise do contexto urbano e seus processos de constituição, destacando nesse ínterim os atravessamentos da problemática étnico-racial. Por meio do aporte teórico da antropologia urbana, evidencia-se como a convergência entre espaço e ações deram sentido àquele lugar, e como representam formas táticas especializadas e simbólicas, fazendo do espaço público contemporâneo um legítimo espaço político da diferença.

Palavras-chave: Espaço público; Táticas urbanas; Negritude; Branquitude; Rio da Bulha.

Abstract

The construction of Avenida Hercílio Luz and the first water reservoir (R-0) in Florianópolis-SC left marks on the landscape that evoke hygienist memories. Recently, the reservoir was transformed into a public square through mobilization tactics of the Morro da Caixa community. The production of these two public spaces reflects the dynamics of power and how the spatialities of whiteness and blackness are expressed in the city. It demonstrates how the rectification and buffering of a river is related to the displacement and invisibility of the Afro-descendant population in the territory. The construction of the square reflects a movement of resistance and the conquest of the right to the city by this population, which has in the territory the valorization of its identity. Through literature review, interviews and unsystematic observation, an analysis of the urban context and its constitution processes is presented, highlighting in the meantime the crossings of the ethnic-racial issue. Through the theoretical contribution of urban anthropology, it is evident how the convergence between space and actions gave meaning to that place, and that they represent specialized and symbolic tactical forms, making contemporary public space a legitimate political space of difference.

Keywords: Public space; Urban tactics; Blackness; Whiteness, Bulha river.

Resumen

La construcción de la Avenida Hercílio Luz y la del primer depósito de agua (R-0) en Florianópolis-SC dejaron huellas en el paisaje que evocan recuerdos higienistas. Recientemente, el embalse se transformó en una plaza pública por medio de tácticas de movilización de la comunidad de Morro da Caixa. La producción de estos dos espacios públicos refleja la dinámica del poder y cómo las espacialidades de blancura y negrura se expresan en la ciudad. Demuestra cómo la rectificación y amortiguamiento de un río se relaciona con el desplazamiento e invisibilidad de la población afrodescendiente en el territorio. La construcción de la plaza refleja un movimiento de resistencia y la conquista del derecho a la ciudad por parte de esta población, que tiene en el territorio la valorización de su identidad. Mediante revisión de literatura, entrevistas y observación no sistemática, se presenta un análisis del contexto urbano y sus procesos de constitución, destacando entre tanto los cruces de la cuestión étnico-racial. A través del aporte teórico de la antropología urbana, se evidencia cómo la convergencia entre espacio y acciones dio sentido a ese lugar, y que representan formas tácticas especializadas y simbólicas, haciendo del espacio público contemporáneo un espacio político legítimo de diferencia.

Palabras clave: Lugar público; Tácticas urbanas; Negrura; Blancura, Rio de la Bulha.

INTRODUÇÃO

A arquitetura da cidade pode ser considerada uma produção cultural que reflete as maneiras de organização da sociedade. É preciso assumir o pressuposto de que a urbe enquanto construção social está em contínua mutabilidade, e que a ideia de complexidade e incerteza da cidade acompanha as mudanças substantivas da vida urbana e seus paradigmas dominantes (CASTELLS, 2012). Por exemplo, por meio da análise da implantação de saneamento básico, das ruas e das praças, pode-se entender as dinâmicas sociais de seus habitantes.

Em Florianópolis, no início do século XX, o princípio social higienizador, idealizado por Haussmann (LEITE, 2002), foi utilizado para adequar a cidade à implantação de infraestruturas urbanas de saneamento básico com o primeiro reservatório de água da cidade (R-0) e a retificação do Rio da Bulha, nascente da Fonte Grande. As margens do rio foram transformadas em uma avenida larga com um passeio público generoso (Figura 1). O local foi alvo de políticas públicas que geraram um processo de gentrificação nessa região que era ocupada majoritariamente pela população negra empobrecida (CAMPOS, 2019).

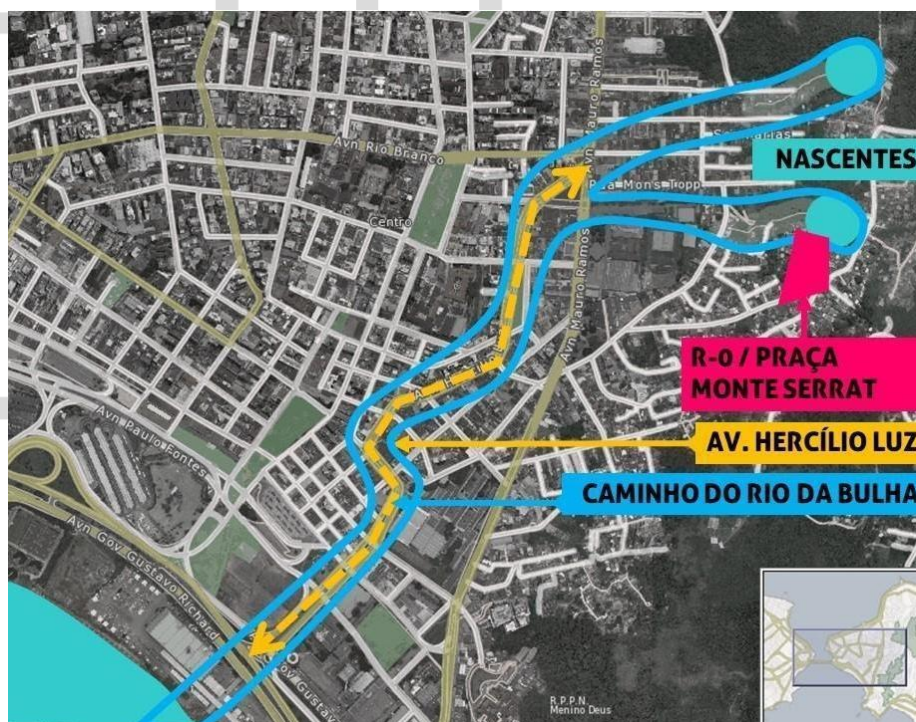


Figura 1: Imagem de Satélite da região centro leste de Florianópolis-SC, com destaque para a localização do R-0/Praça Monte Serrat, Avenida Hercílio Luz e Rio da Bulha. Fonte: Adaptada por Campos (2019).

O reservatório de água (R-0) tornou-se um marco visual importante, sendo o local conhecido como Morro da Caixa. No final do século XX, o bairro foi rebatizado como Monte Serrat. Entretanto, essa denominação não é consensual e muitos moradores ainda utilizam o nome original (MAIA, 2019), pois vêem o reservatório como um

referencial identitário do bairro. Lerner (*apud* GEHL, 2013) corrobora com a ideia quando afirma que a identidade da cidade se reflete nos vínculos que as pessoas estabelecem com os espaços e elementos de referência que fazem parte do seu cotidiano, no caso o reservatório de água. Esse vínculo resultou na transformação do reservatório, que era fechado e representava um território do poder hegemônico produzido pela branquitude, na primeira praça pública do Monte Serrat inaugurada em 2019 por meio de táticas de mobilização da comunidade.

As experiências de produção desses dois espaços públicos de Florianópolis refletem as dinâmicas de poder na urbe e como esses processos têm atravessamentos a questões sociais étnico-raciais. Por meio do controle dos aparatos institucionais, a branquitude promoveu a ordenação e tamponamento de um rio, assim como o deslocamento e a invisibilização da população afrodescendente no território. Entretanto, a construção recente da praça pública junto à nascente desse rio reflete um movimento de resistência e conquista do direito à cidade por parte desse coletivo negro que tem no território a valorização da sua identidade. Pergunta-se quais foram os fatos históricos que envolveram a criação social desses espaços públicos? De que maneira esses fatos têm relação com a problemática étnico-racial e com a identidade dessa comunidade?

Para elucidar essas questões, está em desenvolvimento o estudo de caso de abordagem qualitativa, apresentando aqui os resultados preliminares obtidos por meio de revisão de literatura, observação assistemática e entrevistas (ORNSTEIN; VILLA; FRANÇA, 2018). Buscou-se aporte teórico da antropologia urbana e pesquisas com foco na comunidade. As observações *in loco* ocorreram entre agosto de 2019 a março de 2020, assim como as entrevistas realizadas com dois moradores da comunidade: Pe. Vilson Groh e Cauane Maia. O primeiro é líder comunitário e presidente do Instituto Vilson Groh (IVG), a organização que foi responsável pela iniciativa de construção da praça, enquanto Cauane é antropóloga atuante no Monte Serrat.

A seguir, aponta-se um breve referencial teórico, a análise dos processos de construção da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat junto ao Rio da Bulha, atravessados pela problemática étnico-racial em Florianópolis, seguido por discussão dos resultados.

BREVE REFERENCIAL TEÓRICO

A cidade tem uma história própria (texto), mas também é a história de pessoas e grupos determinados (contexto). Nessa perspectiva, as transformações urbanas não são apenas o resultado passivo da globalidade social e de suas modificações. Trata-se de um território em disputa no qual os conflitos entre poderosos e oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa de ambos os grupos para a beleza da obra (LEFEBVRE, 2001).

Pode-se dizer que o racismo estrutural que integra a organização econômica e política da sociedade, influencia na constituição do espaço urbano e se

reforça por meio dele. Como coloca Almeida (2019, p. 21) “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade que moldam a vida social contemporânea”. As espacialidades da branquitude e da negritude se expressam nos espaços reais, e cabe àqueles que pretendem criar cidades antirracistas, entender como os conflitos étnico-raciais atravessam a construção da urbe.

Negritude tem um sentido de pertencimento e orgulho, da busca pelo reforço identitário e de resistência. A branquitude é um conceito ético e ideológico que produz o racismo, um conceito relativamente recente que demonstra um lugar de privilégios sociais (RIBEIRO, 2019). A ação antirracista sugere que a análise do racismo estrutural deve ser relacional entre a posição e a produção de brancos e não brancos. Por isso, apresenta-se neste artigo o contexto e texto urbano da formação e uso de dois espaços públicos produzidos pela branquitude e pela negritude em Florianópolis.

Sobre racismo estrutural e cidade é preciso lembrar que a escravidão teve consequências concretas na formação da sociedade. A população branca que domina os meios de produção vem se beneficiando ao longo da história, já a população negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. A Lei de Terras de 1850 transformou a terra em mercadoria e dava ao estado o direito de venda. Com o fim da escravidão, em 1888, a população negra não dispunha de grandes quantias para compra. A branquitude durante o período escravagista definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar e instituiu o paralelismo entre a cor negra e posição social inferior, contribuindo para, como diz Jesus (2014), o centro como sala de visita e a periferia como quarto de despejo.

A cidade é o lugar onde o mercado se instalou e se desenvolveu, de modo que a vida urbana se torna mercadoria, e as qualidades espaciais tornam-se parte da lógica econômica e da exploração sistemática das rendas de produtividade. Muitos espaços considerados centrais foram idealizados visando canalizar a vida urbana em vias comercialmente exploráveis, reduzindo as pessoas a consumidores. Em contrapartida, nas periferias é comum observar lugares produzidos por meio de ocupações que acionam espaços por meio do uso (SCHIMID, 2017).

A dialética centro e periferia não se trata de termos geográficos, mas sim de um entendimento de que na centralidade existe a disponibilidade de múltiplas possibilidades de acesso a recursos sociais. Já a periferia implica na dispersão, demarcação e exclusão da vida urbana. Nesse mesmo sentido, Certeau (1994) afirma que as estratégias de poder transformam a cidade em um lugar organizado por operações especulativas e classificatórias, onde obras higienistas foram maneiras de se urbanizar a linguagem do poder. Entende que existem diversos movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico, os quais denominam táticas. As pessoas comuns vão adaptando o espaço, transgredindo os usos tradicionais e criando usos que atendam às suas necessidades.

Dentre as táticas de resistência das comunidades empobrecidas pode-se citar a ocupação de espaços urbanos subutilizados e a transformação deles em espaços públicos. Leite (2002) define uma dimensão sociológica da categoria de espaço público, segundo a qual o espaço urbano é uma propriedade pública, mas só será considerado espaço público quando, “através da convergência entre espaço e ação, estruturam-se manifestações públicas diversas, a partir dos significados que as pessoas atribuem a certos espaços” (LEITE, 2002, p. 129). Para ele, os usos e contra-usos podem dar sentidos aos espaços urbanos transformando-os em lugares, que, quando estabelecidos no interior dos processos de gentrificação, podem representar formas táticas – espacializadas e simbólicas – de criar singularidades, reivindicar direitos de pertencer à cidade e de fazer do espaço público contemporâneo um legítimo espaço político da diferença.

Em Florianópolis, esses conceitos podem ser identificados na construção da Avenida Hercílio Luz e da Praça Monte Serrat. Experiências diametralmente opostas, mas que estão relacionadas entre si pela conexão com um importante córrego de água da cidade.

DE RIO DA BULHA À AVENIDA HERCÍLIO LUZ

O princípio de colonização da Ilha de Santa Catarina se deu entre os córregos da Palhoça e da Fonte Grande. Por muito tempo, a Fonte Grande era um dos principais destinos para a captação de água, despejo de águas servidas e para a lavagem de roupas. Durante o período escravista, os negros levavam as águas servidas sobre as suas cabeças em recipientes denominados “bulhas”. Eram conhecidos como “tigres” devido às listras em seus corpos, causadas pelo líquido ácido que muitas vezes transbordava no trajeto. Durante o século XIX, o córrego teve as faixas lindeiras ocupadas por cortiços ocupados pela população empobrecida e ex-escravos. O aumento da ocupação em condições precárias de habitação e o contínuo despejo de esgoto na água transformaram a paisagem do local, que passou a ser denominado pejorativamente como Rio da Bulha, um dos principais responsáveis pela proliferação de doenças infecciosas e epidemias (SANTOS, 2009; CAMPOS, 2019; SUGAI, 2015).

As primeiras obras de saneamento básico de Florianópolis aconteceram no final de 1907, com a construção de dois mananciais (Ana D’ávilla e Cachoeira do Assopra) e do primeiro reservatório de água (R-0) de Santa Catarina, junto à nascente do Rio da Bulha, no Morro do Antão, inaugurado em 1909 (STEFANELLI, 2016). O sistema de abastecimento tornou-se insuficiente em poucos anos com o crescimento da cidade. Em função disso, no início do século XX, durante o governo de Hercílio Luz, foram realizadas diversas obras sanitárias: a construção de um novo manancial para aumentar a capacidade de abastecimento do R-0, obras de retificação do córrego, construção de alamedas nas suas margens, instalação de iluminação pública e mudança do nome do local que passou a se chamar Avenida do Saneamento. Após a inauguração, em 1922, o lugar se tornou um dos preferidos da burguesia (SANTOS, 2009; STEFANELLI, 2016), posteriormente foi rebatizado como Avenida Hercílio Luz (Figura 2).

Junto a um discurso técnico da promoção do saneamento e limpeza do córrego poluído, existiu um interesse econômico de valorização e, consequentemente, gentrificação da região central. O processo de gentrificação é uma prática resultante das ações desenvolvidas pelas políticas públicas em conivência ou com fronteiras pouco nítidas com as forças do capital privado. Sugai (2015) afirma que, no caso do saneamento do Rio da Bulha, não se pretendeu solucionar os problemas sociais existentes, ao contrário, expulsaram seus moradores, impedindo as camadas populares de ocupar as encostas do Morro da Cruz, abrindo uma nova frente para o capital imobiliário.

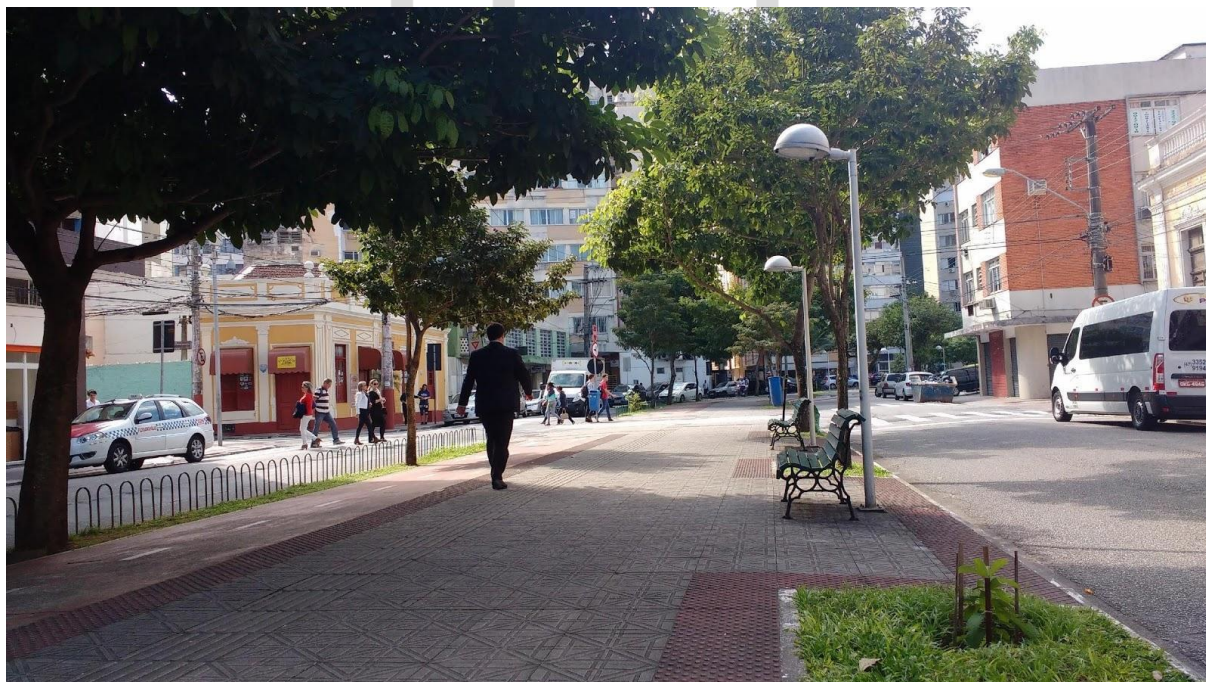


Figura 2: Foto da Avenida Hercílio Luz atualmente. Fonte: Elaborada pelo autor.

Durante a inauguração das obras do rio, o discurso do deputado Acácio Moreira expõe a lógica de superioridade de raças quando ele brada que “o historiador há de destacar, maravilhado, abençoando a raça original [...] Aqui na terra barriga-verde a raça culminou na *sciência*” (SANTOS, 2009, p. 508). Esse pensamento reflete os modelos estéticos de superioridade de raça das teorias do *darwinismo* social, que expressavam desprezo pela população negra, mestiça e pobre. Para as ciências sociais, a raça é aquilo que é percebido como tal pelos membros de uma sociedade concreta. As variações fenotípicas ligadas a processos históricos da sociedade são percebidas como diferenças físicas e o entendimento de raça ou qualificativo racial, é socialmente construído de modo a influenciar nos *status* dos grupos, indivíduos e relações sociais (ALMEIDA, 2019; DOMINGUEZ, 2004).

A relação de pertencimento a Florianópolis está relacionada à construção de uma prática discursiva de fortalecimento da cultura açoriana e de negação e enfraquecimento de outras culturas e descendências. Virgílio Várzea (*apud* MAIA,

2019) afirma em seu livro de 1909 sobre Santa Catarina que não era comum encontrar os traços fisiológicos do negro, nem de indígenas. Para ele, essas descendências não prevaleceram na ilha, sendo encontrados um pequeno número de mestiços, que se dava ao fato de o tráfico dos africanos ter sido tardio. Portanto, os traços dos catarinenses eram essencialmente arianos. No entanto, segundo afirma Santos (2009), apesar da literatura sobre a ocupação portuguesa do litoral catarinense excluir o fato de os colonos açorianos e seus descendentes terem utilizado trabalho escravo em suas propriedades, existem registros publicados em 1829 sobre a população de Desterro, que demonstram que dos 5.250 habitantes, 1.866 pessoas eram de origem africana, ou seja, 35,6% do total, mais de um terço da população.

Pode-se dizer que esses são exemplos do racismo institucional que se origina na operação de forças estabelecidas. “As instituições atuam na formulação de regras e imposições de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo racial, no caso os brancos” (ALMEIDA, 2019, p. 31). Nota-se que a dimensão do poder é um elemento constitutivo das relações raciais, que possibilita o poder de uma classe sobre outra, por meio do controle direto ou indireto da branquitude sobre o aparato institucional.

As obras no Rio da Bulha foram utilizadas como mecanismo de produção do racismo, de marginalização e de invisibilização da população negra. O rio passou por um processo de violência e poluição, assim como a população empobrecida. À medida que se escondeu essa violência, com a retificação e tamponamento do rio, excluindo-o da paisagem, o racismo também se escondeu.

A população negra, no entanto, resistiu a esses processos de expulsão e invisibilização. Como afirma Maia (2019), o território negro aparece como um elemento de visibilidade a ser resgatado e a tradição da raça tem sido, comprovadamente, o próprio enfrentamento, à resistência cotidiana e à luta pela autoestima; tanto nas regiões rurais como nas áreas periféricas das cidades. No caso de Florianópolis, as ações provocaram o deslocamento dessa população que passou a ocupar as margens do limite urbano da época, o maciço do Morro da Cruz (SANTOS, 2009).

O Morro da Caixa, localizado no maciço do Morro da Cruz, teve três momentos principais de ocupação: por volta de 1860, durante o período da escravidão negra fugida ou libertada; na década de 1920, com as obras higienistas do centro e durante as décadas de 1950 e 1960, período de crescimento da construção civil (SANTOS, 2009). Nessa análise do histórico de ocupações, conclui-se que o Morro da Caixa é um Território Negro.

Segundo afirma Maia (2019), os negros, ali, isolados pelo preconceito racial, procuravam reconstruir uma tradição focada no parentesco, na religião, na terra e nos valores morais cultuados ao longo das suas descendências. Mantiveram sua identidade cultural por meio de uma fronteira étnica construída através de anos de resistência em diversos contextos, na casa, no bairro e na praça.

A CONQUISTA DA PRAÇA MONTE SERRAT

O maciço do Morro da Cruz tardou a receber infraestruturas urbanas de qualidade. No Monte Serrat, o calçamento, a água encanada e o transporte público só foram implantados devido à pressão popular e à organização da população em mutirões (MAIA, 2019).

O reservatório subterrâneo R-0 foi construído sobre um terreno de 7.023 m² (Figura 3). O local se tornou uma ilha em meio a um traçado urbano densamente povoado e caracterizado pela ausência de espaços públicos. Segundo Groh (2020) foram mais de 15 anos de solicitações junto à prefeitura. O desejo da comunidade só começou a se concretizar em 2013, quando o terreno foi cedido pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) à prefeitura de Florianópolis, para o uso gratuito como área de lazer. Posteriormente, o terreno foi adotado pelo Instituto Padre Vilson Groh (IVG), organização da sociedade civil que atua na periferia da Grande Florianópolis (ARQSC, 2019). O processo de adoção é regulamentado pelo Decreto nº 244/1997 (FLORIANÓPOLIS, 1997) e prevê que o adotante seja responsável pela introdução e manutenção das melhorias espaciais.

Para desenvolver o projeto paisagístico, o (IVG) convidou o Movimento Traços Urbanos, grupo multidisciplinar de voluntários, que realizou diversos métodos participativos com a comunidade, visando entender as necessidades das pessoas e as questões culturais do local. Foram ouvidas as lideranças, as crianças e os adolescentes da comunidade. O escritório de cooperação da Universidade do Vale do Itajaí contribuiu com o levantamento técnico do terreno para adequação do projeto final (ARQSC, 2019).



Figura 3: Vista da cobertura do reservatório subterrâneo R-0 e da casa de máquinas. Fonte: Elaborada pelo autor.

Foram implantados, no local, academia ao ar livre, pista para caminhada, *playground*, (Figura 4), horta comunitária, espaço para realização de eventos e uma fonte que faz referência às mulheres que lavavam roupas na Fonte Grande (Figura 5). Segundo Groh (2020), existe a intenção de homenagear as lavadeiras, matriarcas do morro, colocando seus nomes junto à escultura. Além disso,

pretende-se transformar o espaço da casa de máquinas em um local para expor a memória da comunidade e do próprio reservatório. Para ele, a obra da praça tem o potencial de desenvolver o senso do coletivo e do bem comum, pois é o lugar de encontro entre as pessoas e a história.

O Monte Serrat tem uma história e ao mesmo tempo uma organização que expressa uma profunda autoestima de ser, de viver, de pele e de cor, que rompe com o processo do racismo. Acho que numa cidade e num país onde o racismo se expressa tão fortemente, mexer com as estruturas do mundo do trabalho é fundamental, mexer com as estruturas do conhecimento é fundamental, mexer com as estruturas da cultura popular é fundamental. O que a gente faz, eu penso, desenvolve esses processos, eu acho que a praça pode ser um foco muito interessante nesse ponto de vista de construir essa caminhada libertária, né? E nesse processo todo, no meu entendimento, a praça pode ser um importante espaço para essa população negra que habita nesse morro, romper com o processo de invisibilidade fundamentalmente. [...] (GROH, 2020).

Segundo narrativa de Cauane, antropóloga e moradora do Morro da Caixa, a conquista desse território também foi influenciada pela movimentação das mulheres do grupo de percussão Cores de Aidê que utilizavam o espaço para ensaiar. Além disso, o local costumava ser ocupado pelas crianças para brincar. (Depoimento pessoal de Cauane Maia cedido à Campos em 10 de outubro de 2019). Essas práticas são definidas por Leite (2002) como contra-usos, que estabelecidos nesse local representam táticas de resistência (CERTEAU, 1994) que deram sentido e politizaram esse espaço público.



Figura 4: Em primeiro plano o playground, pista de caminhada e academia ao ar livre instalados na Praça Monte Serrat. Ao fundo, vê-se o edifício histórico da casa de máquinas. Fonte: Campos, 2019.



Figura 5: Fonte de água em homenagem às mulheres lavadeiras que buscavam a Fonte Grande/Rio da Bulha diariamente.
Fonte: Campos, 2019.

Desde a sua inauguração, em agosto de 2019, o lugar tem se tornado um importante espaço para as manifestações identitárias afro-brasileiras. Na Figura 6, vê-se a realização dos ensaios da escola de samba da comunidade. Na inauguração da praça, houve uma celebração ecumênica de bênção da fonte de água realizada por duas mães de santo e pelo Padre Wilson Groh. Para Dominguez (2004), as práticas de *performances* de expressões culturais consideradas próprias, podem ser utilizadas como mecanismo para estabelecer uma mesma identidade étnica. A base da identidade étnica é a crença subjetiva de uma comunidade que pressupõe uma ascendência comum. O embasamento nessa crença se dá por meio de aparência externa, costumes, musicalidade, lembranças da colonização ou da migração e por meio de narrativas de vinculações com os antepassados.

Os estudos focados na problemática étnica são centrados nas maneiras como a diferença cultural é organizada socialmente. Visam observar como os contrastes culturais se expressam por meio de manifestações identitárias e da constituição dos espaços cênicos e das interações sociais que os atores, ali, realizam (DOMINGUEZ, 2004). Dessa forma, pode-se aferir que os usos e contra-usos mencionados são manifestações identitárias relevantes da cultura de descendência africana de Florianópolis, sendo que a praça vem se tornando um importante espaço cênico.



Figura 6: Ensaio da escola de samba na Praça Monte Serrat. Fonte: Elaborada pelo autor.

Gupta e Ferguson (2000, p. 34) entendem que a experiência do espaço é sempre socialmente construída e que “a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade”. Segundo os autores, é possível entender o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distinta por meio da análise da distribuição espacial de relações de poder hierárquicas.

A construção da praça, especificamente nesse terreno, simboliza a transformação desse espaço do poder hegemônico em um território negro, a derrubada de um muro invisível. Os muros invisíveis são contenções simbólicas que negam à população o direito à cidade e ao espaço público, refletindo as tensões de geometrias do poder que marcam a mobilidade diferencial entre diversos sujeitos (HAESBAERT, 2011). Nesse sentido, Pe. Vilson acredita que a praça possa favorecer a integração da região com o restante da cidade. Para tal, foram realizadas táticas como a exposição de placas em outras praças da cidade, convidando as pessoas a conhecerem o local (Figura 7). Foram realizadas feiras com música, artesanato e alimentos (Figura 8), com a intenção de inserir a praça no circuito turístico cultural, dando visibilidade aos fazeres, cheiros, sons e sabores produzidos pela comunidade.



Figura 7: Banner exposto em praça da região central da cidade, convidando o usuário a conhecer a Praça Monte Serrat. Fonte: Elaborada pelo autor.



Figura 8: Banner exposto na Praça Monte Serrat informando sobre a feira que aconteceu no local. Fonte: Elaborada pelo autor.

DISCUSSÃO E RESULTADOS PRELIMINARES

Pela leitura e análise histórico espacial, buscou-se criar um registro histórico da infraestrutura urbana de Florianópolis, especificamente da Avenida Hercílio Luz e Praça Monte Serrat. Denunciam-se obras higienistas como racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) que provocaram o deslocamento e a invisibilização da população afrodesscente e a exclusão de um importante rio da paisagem.

A branquitude, representada pelas instituições que planejaram o espaço, buscou a ordenação da cidade no local estudado, criando alinhamentos e o ângulo reto. No entanto, a reprodução sistemática de fragmentos sempre iguais anula qualquer tipo de marco (JACQUES, 2003), como o ocorrido com o reservatório, completamente mimetizado na paisagem densamente ocupada pela população do Morro da Caixa até se transformar num território negro e público. Evidencia-se a importância emblemática da Praça Monte Serrat que representa a reparação de uma dívida histórica da cidade com a população daquela comunidade.

Os registros na e da cidade evidenciam como a espacialização da branquitude é pautada no consumo e no mercado. Enquanto os espaços da negritude são conquistados envolvendo diversas táticas de resistência da comunidade organizada, como a autogestão e a reapropriação que compõem o núcleo de experimentações utópicas ligadas ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Por meio de realização de contra-usos (LEITE, 2002) se constroem legítimos espaços públicos politizados que evidenciam a identidade étnico-racial do coletivo negro. Acredita-se que a praça favorece a ruptura de um processo de invisibilização da cultura afro-brasileira na capital catarinense. Rompe-se o muro invisível (HAESBAERT, 2011) entre centro e periferia, favorecendo a melhoria da vida cotidiana da comunidade.

A cidade está se tornando virtualmente onipresente com a total urbanização, e qualquer região tem potencial para tornar-se central, transformando-se em um lugar de encontro, diferença e inovação, mas isso demanda considerar a urbanização a partir de um modo alternativo, integrativo e antirracista. O caso da comunidade do Monte Serrat tem muito a ensinar, pois a autodeterminação dos sujeitos e a coesão social transformou os espaços e os envolvidos, promovendo a democracia por meio da autogestão. As pessoas tomaram nas mãos os rumos coletivos, tornando-se sujeitos de sua própria história. Através da reapropriação, da fruição no uso e na multiplicação das forças vitais e criadoras, produziram a cidade como obra participativa que registra a história coletiva.

Assume-se que essa experiência, como uma pedagogia social, possibilitou e ainda possibilitará o avanço dos envolvidos e do todo social. No decorrer da pesquisa futura, por meio das narrativas das pessoas e da observação do lugar pós-ocupado, acredita-se que será possível sistematizar informações sobre as táticas utilizadas. Valorizar a história dessas pessoas, visando evidenciar a existência desses corpos, ritmos, sons e marcas que sempre estiveram presentes nesse espaço, hoje, público. Essa experiência poderá ser interpretada, categorizada e sistematizada de modo a evidenciar táticas comunitárias que possam servir de modelo para serem replicadas em *prol* da construção de cidades mais justas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- ARQSC. **Projeto da Praça Monte Serrat começa a sair do papel**. Portal ArqSC. 22 maio 2019. Disponível em: <https://arqsc.com.br/projeto-da-praca-monte-serrat-comeca-a-sair-do-papel>. Acesso em: 27 maio 2020.
- CAMPOS, R. A. No caminho dos tigres: retrato de um rio e sua relevância como espaço público para a população negra de Florianópolis-SC. Conflitos e conquistas do passado e do presente. *In: Jornadas Antropológicas do Programa de Pós-graduação em antropologia Social (PPGAS)*, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, Florianópolis. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2019. p. 100-115.
- CASTELLS, A. N. G. Reabilitações urbanas na cidade contemporânea: entre as formas de fazer a cidade e as formas de fazer na cidade. *In: Alicia Norma Gonzáles de Castells e Letícia Nardi (org.), Patrimônio cultural e cidade contemporânea*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 19 -28.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Artes de Fazer. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DOMINGUEZ, M. E. **O “afro” entre os imigrantes em Buenos Aires**: reflexões sobre as diferenças. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Faculdade de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- FLORIANÓPOLIS. **Decreto Municipal nº 244/1997**, de 3 de junho de 1997, regulamenta a Lei nº 2668, de 28.09.87, que autoriza o poder executivo a conceder, por adoção, a administração de áreas públicas. Florianópolis: Câmara Municipal, 1997.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GROH, V. Vilson Groh: depoimento [março. 2020]. Entrevistador: Rafael Alves de Campos. Florianópolis: SC, 2020. Arquivo digital sonoro. Entrevista concedida ao autor.
- GUPTA A.; FERGUSON J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. *In: ARANTES, A. A. (org.). O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 31- 49.
- JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

- HAESBAERT, R. **Da multiterritorialidade aos novos muros:** paradoxos da desterritorialização contemporânea. Niterói: Universidade Federal Fluminense, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/23779417-Da-multiterritorialidade-aos-novos-muros-paradoxos-da-des-territorializacao-contemporanea.html>. Acesso em: 15 out. 2020.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro. 2001.
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n. 49, p.115-134, 2002.
- MAIA, C. G. A. **A revolução vem do pastinho:** escrituras antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis- SC. 2019. Dissertação (Mestrado Antropologia Social)- Faculdade de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- ORNSTEIN, S. W.; VILLA, S. B.; FRANÇA, A. J. G. L. **Avaliação pós-ocupação na arquitetura, no urbanismo e no design:** da teoria à prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.
- RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, A. L. **Do mar ao morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. 2009. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.
- SCHMID, C. Henri Lefebvre, o direito à cidade e a nova tendência metropolitana dominante. **Revista PLOT**, Buenos Aires, n. 7, Edição Especial Super Urbano, p. 184-193, dez. 2017.
- STEFANELLI, R. (coord.). **Casan 45 anos:** uma história cheia de futuro. Florianópolis: Fábrica de Comunicação. 2016.
- SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa:** investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 /2000). Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

Arquitetura para moradia e trabalho: estudo de casos nos subúrbios cariocas

Live-work architecture: case studies on peripheral neighborhoods of Rio de Janeiro

Vivienda de morada y trabajo: estudio de casos en los barrios periféricos de Río de Janeiro

*Ana Slade, Doutora em Urbanismo pelo PROURB-FAU-UFRJ e professora assistente da FAU-UFRJ.
E-mail: anaslade@fau.ufrj.br*

Resumo

No presente artigo são analisados três estudos de caso no subúrbio carioca. A aproximação a esses ambientes construídos e aos modos de vida de seus residentes tem o intuito de reconhecer, registrar e divulgar suas formas peculiares de produção do espaço, que não correspondem a modelos hegemônicos, mas são resultado de um processo de construção cotidiana. A unidade habitacional que conjuga moradia e trabalho tem um papel de destaque na produção de seus ambientes urbanos que, diferentemente das áreas residenciais planejadas e à revelia das legislações, se mistura com casas de uso estritamente residencial. É proposta uma formulação específica dos conceitos de público e privado e de repertório para o projeto, de acordo com o reconhecimento dos espaços, valores culturais, necessidades e práticas sociais apreendidos na pesquisa.

Palavras-chave: Subúrbios; Uso misto; Arquitetura para moradia e trabalho.

Abstract

In this paper, three case studies in the peropheral neighborhoods of Rio de Janeiro are analyzed. The approach to these built environments and the ways of life of their residents aims to recognize, register and publicize their peculiar forms of space production, which do not correspond to hegemonic models, but are the result of a process of everyday construction. The housing unit that combines live and work activities has a prominent role in the production of its urban environments, which, unlike planned residential areas and in spite of legislation, mixes with houses for strictly residential use. A specific formulation of the concepts of public and private and of repertoire for the design is proposed, according to the recognition of spaces, cultural values, needs and social practices learned from the research.

Keywords: Suburbs; Mixed uses; Live work architecture.

Resumen

En este artículo, se analizan tres estudios de caso en el suburbio de Río de Janeiro. El enfoque de estos entornos construidos y las formas de vida de sus residentes tiene como objetivo reconocer, registrar y publicar sus formas peculiares de producción espacial, que no corresponden a modelos hegemónicos, sino que son el resultado de un proceso de construcción diaria. La unidad de vivienda que combina vivienda y trabajo tiene un papel destacado en la producción de sus entornos urbanos, que, a diferencia de las áreas residenciales planificadas y, a pesar de la legislación, se mezclan con casas para uso estrictamente residencial. Se propone una formulación específica de los conceptos de público y privado y de repertorio para el proyecto, de acuerdo con el reconocimiento de espacios, valores culturales, necesidades y prácticas sociales aprendidas en la investigación.

Palabras clave: Suburbios; Uso mixto; Vivienda de morada y trabajo.

INTRODUÇÃO

A arquitetura para moradia e trabalho é analisada nesta investigação por seu potencial para a redução dos deslocamentos nas grandes cidades (DOLAN, 2014) ao favorecer a redução dos percursos diários de seus residentes em suas atividades cotidianas, podendo impactar, conseqüentemente, em menor demanda por transporte coletivo e individual. Além disso, é de especial interesse a análise dessa tipologia arquitetônica pelo seu potencial desempenho na ativação do espaço urbano. Nesse sentido, o subúrbio carioca é investigado a partir das transformações operadas pelos residentes para conjugar trabalho e moradia em suas casas. O uso relacionado ao trabalho é analisado a partir da diluição da fronteira entre espaço privado e espaço público e o rompimento com a fragmentação entre o lote e a rua.

Imersa em grande diversidade de tecidos urbanos e grupos sociais, uma característica comum nos subúrbios do Rio de Janeiro é a repetição de quadras parceladas em pequenos lotes destinados a casas unifamiliares. Com o crescimento da cidade e a especialização do centro como área comercial e administrativa, esse padrão foi imposto, desde as últimas décadas do século 19, para a moradia de inúmeras famílias. O não planejamento de espaços para outras atividades cotidianas como comércio, serviços e espaços para o convívio social nas proximidades das vizinhanças residenciais se torna uma oportunidade, que combinada com a necessidade de geração de renda, resulta no estabelecimento de uma economia local e na transformação do espaço urbano.

Apesar da legislação das Zonas Residenciais não permitir o uso misto em um único lote, há muita permissividade para práticas que não atendem à legislação urbanística vigente, o que torna o ambiente mais propício para a experimentação de soluções mais espontâneas. Nesse sentido, esses bairros periféricos são mais favoráveis para a proliferação do desvio criativo com relação às respostas massificadas ou das “táticas” (CERTEAU, 1984) informais.

O ambiente construído das vizinhanças é, então, analisado considerando-se duas camadas. A primeira, formal e construída previamente e alheia aos seus ocupantes, é constituída da repetição de uma unidade básica: o lote, ocupado majoritariamente por casas unifamiliares e rodeados por calçadas e ruas estreitas. A partir desse contexto, há uma segunda camada, formada a partir da resposta ou prática dos usuários em relação ao sistema em que estão submetidos. Podemos observar, então, dois cenários distintos que ilustram diferentes contextos urbanos nas ruas da vizinhança estudada.

O primeiro cenário é de inúmeros universos privados coexistindo, cada qual em seu lote e desconectados entre si: casas muradas, com uma demarcação física muito clara da fronteira entre os ambientes público e privado, em que a rua é apenas um meio de circulação para se chegar aos universos particulares das casas. Nesse primeiro cenário, os muros são elementos dominantes na paisagem

e reforçam a separação dos lotes privados previamente estabelecida, não havendo lugar para o “comum”.



Figura 1: Rua residencial em Irajá, RJ, como ilustração do ‘cenário 1’. Fonte: Google, 2018.

No segundo cenário, uma ação fundamental transforma o ambiente construído, tornando-o essencialmente distinto do anterior. Trata-se das operações relacionadas com as atividades de trabalho, sejam produtivas e/ou de comércio. Abre-se uma janela, coloca-se uma placa, constrói-se um “telheiro” ou um “puxadinho” anexo à casa, para vender algum produto ou oferecer algum serviço à vizinhança residencial. São operações sutis que se proliferam no interior das estruturas do sistema e subvertem silenciosamente seu funcionamento, respondendo a demandas econômicas, culturais e sociais. Tais dispositivos, entendidos como táticas, modificam o *status quo* dessas vizinhanças, promovendo a diluição da fronteira entre espaço privado e espaço público.

Essa característica não é exclusiva do subúrbio carioca e se desenvolve em diversos bairros residenciais nas periferias de cidades brasileiras. A aproximação a fragmentos residenciais do subúrbio carioca tem como objetivo formular conceitos gerais e específicos e ampliar o repertório para a concepção arquitetônica e urbana, com foco na relação casa-rua como constituinte fundamental da produção do espaço urbano.

A investigação analítica de fragmentos do subúrbio carioca tem foco na relação da casa com a rua. Nos detemos na fronteira entre os espaços público e privado, valorizando a produção do espaço comum. A casa é assim analisada na sua relação com seus moradores, demais residentes da vizinhança e transeuntes. A relação entre a arquitetura e o espaço urbano é valorizada como fator chave na constituição da rua, podendo ter impactos na vizinhança, no bairro e na cidade.

As análises desenvolvidas tiveram, inicialmente, o ambiente construído físico como foco principal, mas foram inevitavelmente se relacionando com as atividades humanas e o processo histórico. A abordagem da pesquisa coordenada por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1980) nos fornece a base metodológica de análise por meio da relação entre categorias espaciais, valores culturais e atividades sociais, centrada nas relações da arquitetura com o ambiente urbano. A gradação entre os espaços público e privado da rua e da casa como proposto por Santos *et al.* (1980) é um conceito fundamental na análise desenvolvida.

A partir do método proposto por Santos *et al.* (1980), buscamos construir uma gramática específica para os contextos estudados. Primeiramente, foram identificadas as categorias que se referem e constituem porções ou recortes físicos do espaço e referências no espaço como a casa e a rua, o quintal e a calçada, a varanda, o “meio da rua”, janelas, portas, portões, balcões, telheiros e toldos (SANTOS *et al.*, 1980, p. 67). E, então, uma gramática é construída a partir das relações entre o sistema de categorias e outras duas camadas:

As noções de público e privado com todos os seus possíveis matizes, a formalidade e a informalidade, a visibilidade ou invisibilidade são valores aplicáveis às categorias físicas espaciais primeiramente identificadas. Assim temos um conjunto articulado de espaços, associado a um conjunto articulado de valores. Como proposto por Ferreira dos Santos *et al.* um terceiro sistema é considerado: o sistema de atividades ou de usos que se aplica aos dois anteriores, articulando categorias como trabalhar, morar e praticar ou desfrutar o lazer. O processo analítico é assim baseado na combinação dos ‘três sistemas’ (SANTOS, *et al.* 1985, p. 67).

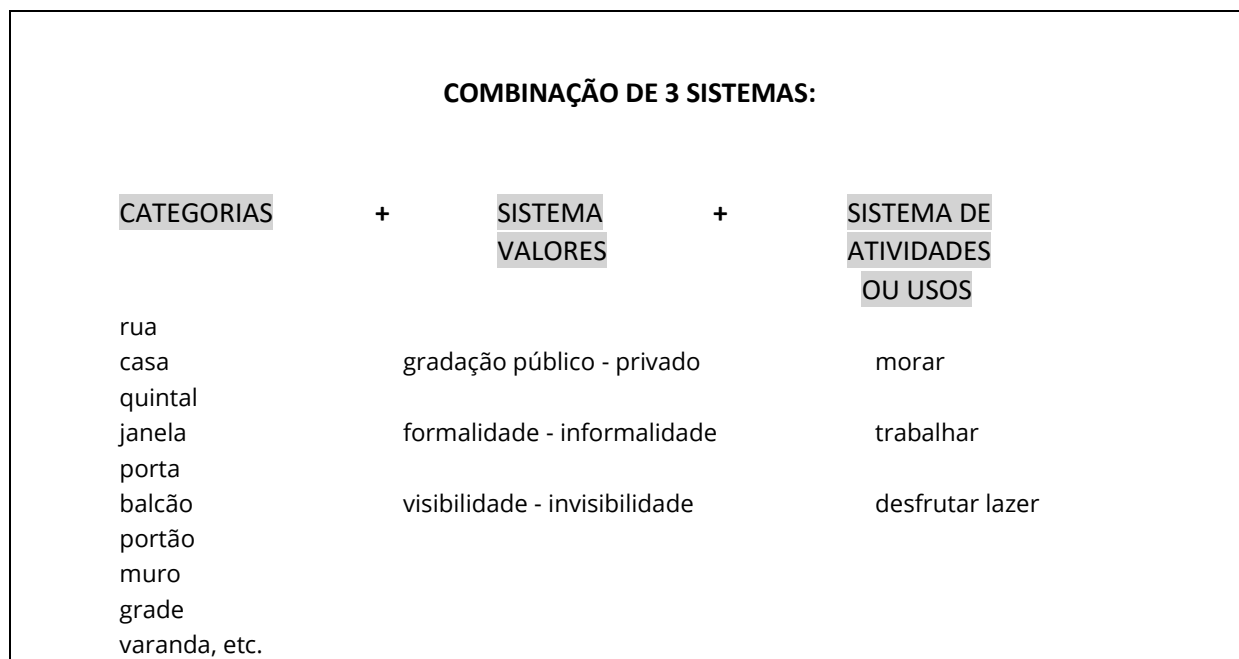


Figura 2: Diagrama síntese metodologia de análise. Fonte: Elaborado pelo autor com base na metodologia de análise proposta por Santos et al. (1980).

Diferentemente da metodologia aplicada no reconhecimento do Catumbi por Santos *et al.* (1980), o presente trabalho não teve como procedimento base a etnografia. Concentramos as análises prioritariamente no espaço construído. E as práticas sociais foram consideradas de maneira menos sistemática e aprofundada, constituindo uma dimensão complementar.

É proposta uma formulação específica dos conceitos de público e privado de acordo com o reconhecimento dos espaços, valores culturais, necessidades e práticas sociais apreendidos na investigação, em que se identificam situações em que a oposição público-privado se realiza e casos em que o conceito de gradação subverte a relação de oposição.

ESTUDOS DE CASO NA ZONA NORTE CARIOCA

A eleição dos subúrbios da Zona Norte para os estudos de caso foi impulsionada primeiramente por seu processo histórico. É nessa região da cidade do Rio de Janeiro que estão localizados os primeiros subúrbios de caráter estritamente residencial e destinados a trabalhadores que passaram a se deslocar diariamente para o centro da cidade. Além disso, a proximidade relativa e a segurança para a realização das visitas de campo foram fatores decisivos para essas visitas.

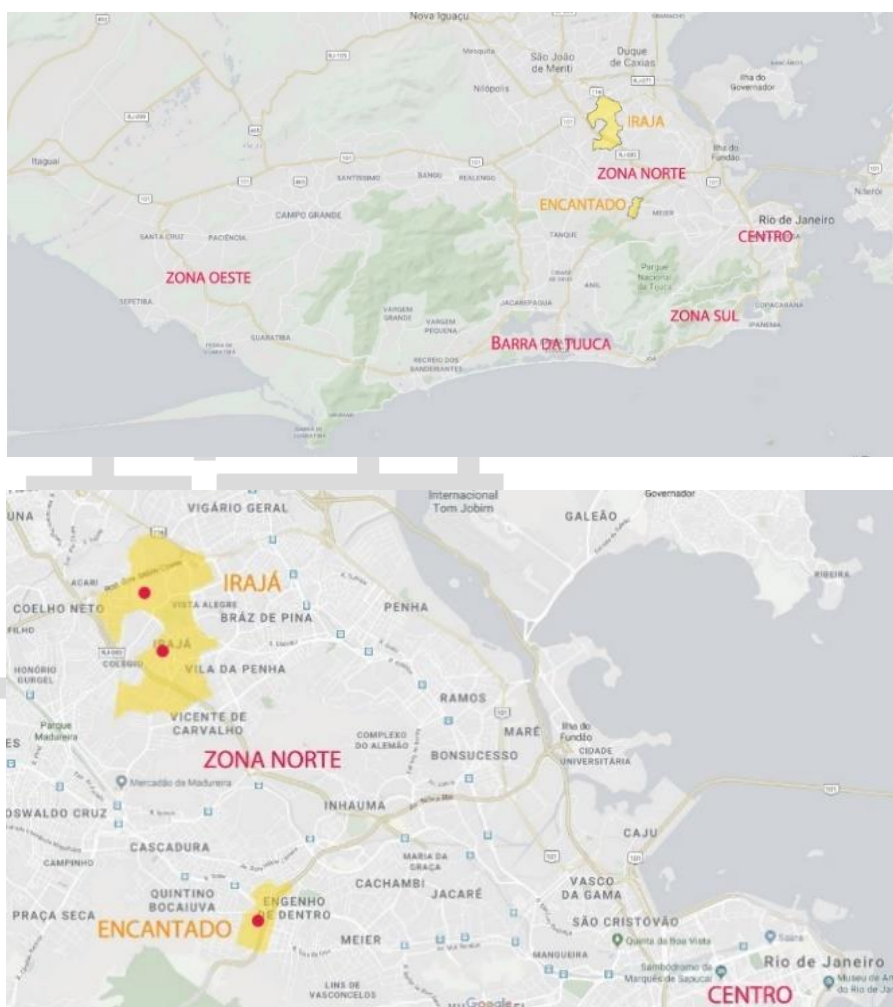


Figura 3: Mapas cidade do Rio de Janeiro com localização dos bairros Irajá e Encantado com localização dos 3 estudos de caso. Fonte: Elaborado pelo autor com base Google Maps, 2019.

A opção por três casos tem o objetivo de ilustrar a não homogeneidade dos subúrbios cariocas e de se obter um registro de um amplo repertório de tecidos urbanos e casas para a análise. Entretanto, não houve a pretensão de dar conta de toda a diversidade desses subúrbios, mas, por um lado, ilustrar a diversidade e, por outro lado, identificar características comuns entre diferentes vizinhanças. Os três fragmentos são diversos no que diz respeito à forma urbana, aos agentes que atuaram na formação e à transformação de seus ambientes construídos em relação às suas temporalidades.

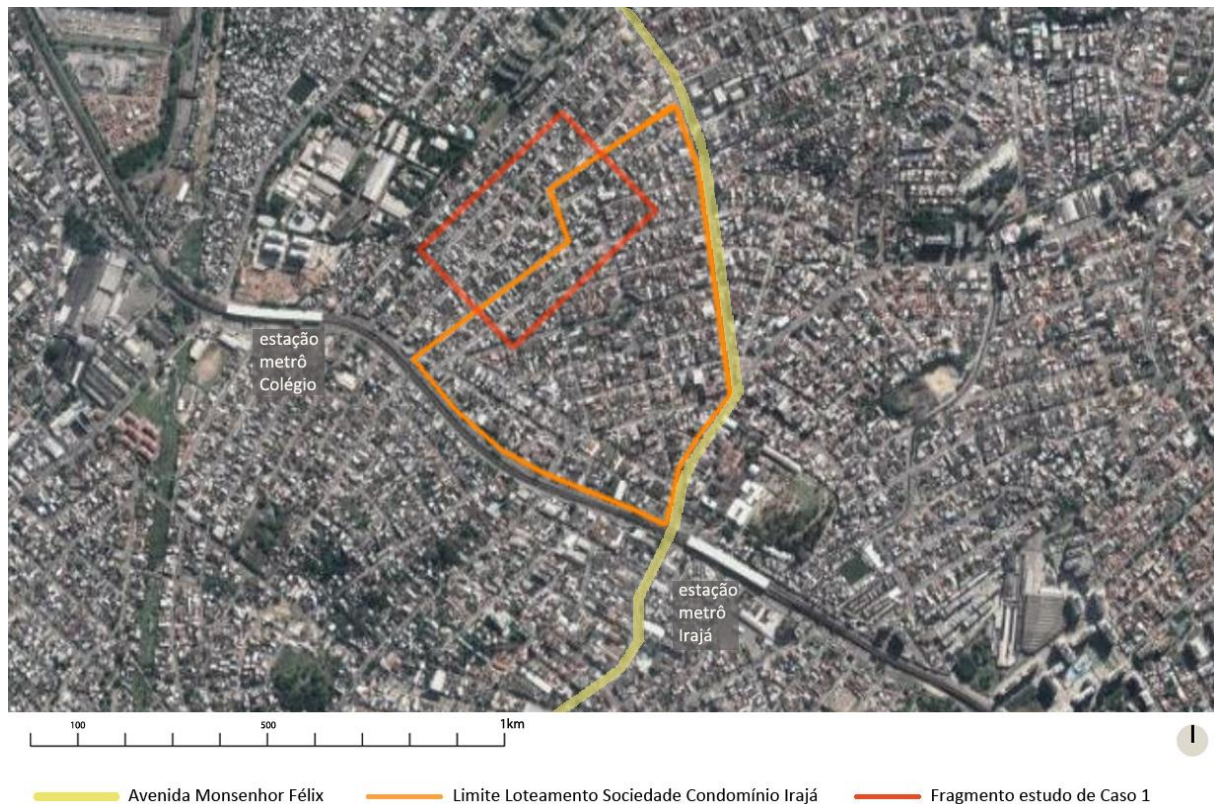


Figura 4: Imagem aérea localização. Fragmento Estudo de Caso 1, no bairro de Irajá. Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem aérea do Google, 2019.

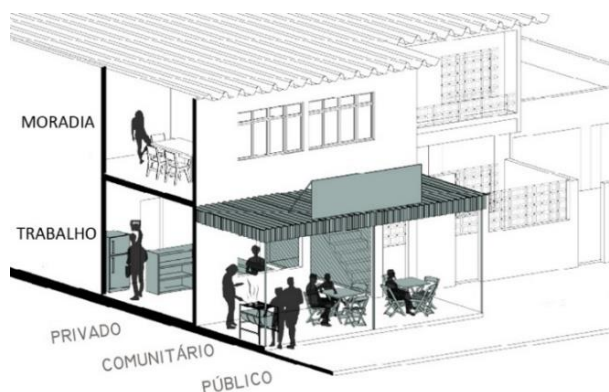
O primeiro fragmento analisado, no bairro de Irajá, está há aproximadamente um quilômetro da estação de metrô, onde há uma maior concentração de comércio e serviços. A vizinhança é constituída por uma predominância de casas, havendo poucos edifícios de três a quatro pavimentos com comércio no térreo, uma escola particular e poucas edificações dedicadas exclusivamente ao comércio.

Nas casas transformadas para conjugar espaços de trabalho à moradia na interface com a rua, a diluição da fronteira entre o lote privado e a calçada pública alcançam sua maior potência. Esses espaços de trabalho acarretam espaços de convívio e lazer, estabelecendo novos “pontos” pela influência deles ou a intensificação de “pontos” existentes previamente. Há diversos matizes na gradação público-privado nessas casas e destacamos algumas que são pelo potencial de geração de espaços de uso comum.



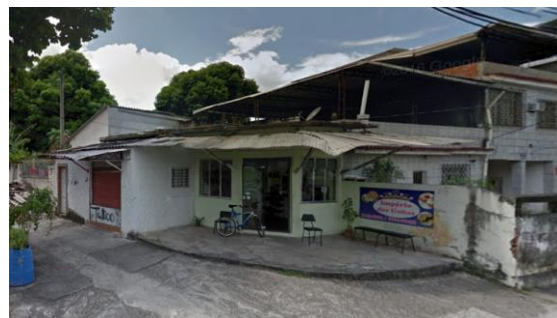
Figura 5: Mapa usos e gabarito Fragmento Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2019) e aerofotogramétrico (Prefeitura RJ, 1997).

A casa em frente à Praça Carioquinha é uma típica birosca do subúrbio carioca. O espaço residencial foi transferido para o pavimento superior da casa e o térreo foi modificado para abrigar o novo uso de bar. O espaço interno contíguo à rua passou de privado a comunitário e a calçada pública foi apropriada, sendo nela demarcado um amplo espaço sombreado por um telheiro onde há mesas e cadeiras para os clientes e faz-se churrasco nos finais de semana.



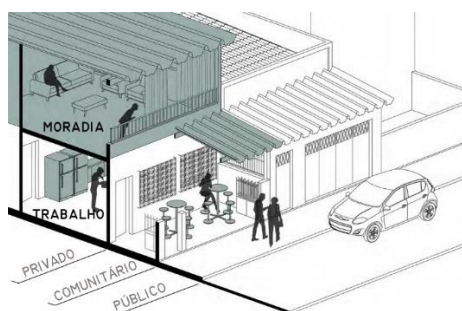
Figuras 6 e 7: Esquema 'Birosca' em casa no Irajá, Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado pela autora (colaboração: Daniel Moraes); Foto: Google Street View, 2010.

Na casa de esquina, abaixo, foram construídos dois anexos comerciais em parte de seu quintal frontal e um telheiro sobre a casa, que cobre o terraço no segundo pavimento, de uso dos moradores. Os espaços comerciais são alugados para não residentes e neles funcionam um salão de manicure e um ateliê de tatuagem. Diferentemente de muitas casas que fazem da calçada extensão de seus estabelecimentos comerciais, nesse caso, parte do terreno privado é cedido ao espaço público na forma de varanda comunitária. No espaço contíguo à rua são estacionadas bicicletas e há bancos e cadeiras para clientes e funcionários e que são também convidativos a qualquer passante.



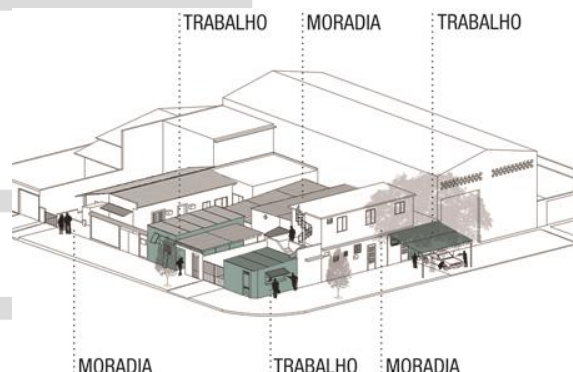
Figuras 8 e 9: Esquema "Manicure e Tatuagem" em casa no Irajá, Rio de Janeiro. Fonte: Elaborado pela autora (colaboração: Daniel Moraes).

Em outra casa, o espaço frontal do lote é cedido para o convívio comunitário. De forma similar à birosca, a moradia é deslocada para o segundo pavimento e o espaço interno do térreo é transformado em espaço de produção. O portão está sempre aberto em horário de funcionamento da fábrica de salgados. A varanda torna-se um espaço comunitário para conversa entre vizinhos e clientes que aguardam atendimento.



Figuras 10, 11 e 12: Esquema “Fábrica de salgados” em casa no Irajá. Fonte: Elaborado pela autora (colaboração: Daniel Moraes). Fotos: Google (esquerda); acervo pessoal (direita).

Na esquina junto aos edifícios comerciais, o lote foi desmembrado em diversas casas, incluindo três que conjugam espaços comerciais abertos para a rua. A relação espacial entre o interior e exterior e a gradação do público para o privado se dão de maneira distinta em cada um dos três casos. Na esquina, há uma pequena venda no interior da construção que se comunica com a calçada por meio de uma janela com balcão. Em outra, há nas casas um telheiro na calçada, contíguo a um espaço dentro da casa, aberto para a rua, onde já funcionou uma oficina de bicicletas e, atualmente, há um lava a jato. O terceiro espaço comercial é um salão de beleza. A atividade acontece dentro da edificação e não é visível da rua. Há, entretanto, um espaço de transição coberto e aberto para a rua, que faz a conexão entre a calçada e a porta do estabelecimento.



Figuras 13 e 14: esquina com três estabelecimentos comerciais conjugados a casas residenciais em Irajá. Fonte: Elaborado pela autora (colaboração: Vinicius Medeiros).

O segundo estudo de caso está localizado na porção norte do mesmo bairro. O fragmento analisado nesse estudo de caso é parte integrante de um empreendimento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos ([IAPM] Bonduki, 2012) que, diferentemente da vizinhança anterior, incluiu o arruamento, parcelamento e construção das casas. O loteamento do IAPM está localizado entre a Avenida Brasil — primeira via expressa do Rio de Janeiro, inaugurada em 1948, que é até hoje um dos corredores viários de fluxo mais intenso da cidade — e a Estrada da Água Grande, antigo caminho da região de Irajá e que é, atualmente, um importante corredor comercial e de conexão com os bairros adjacentes e por onde circulam grande número de linhas de ônibus.

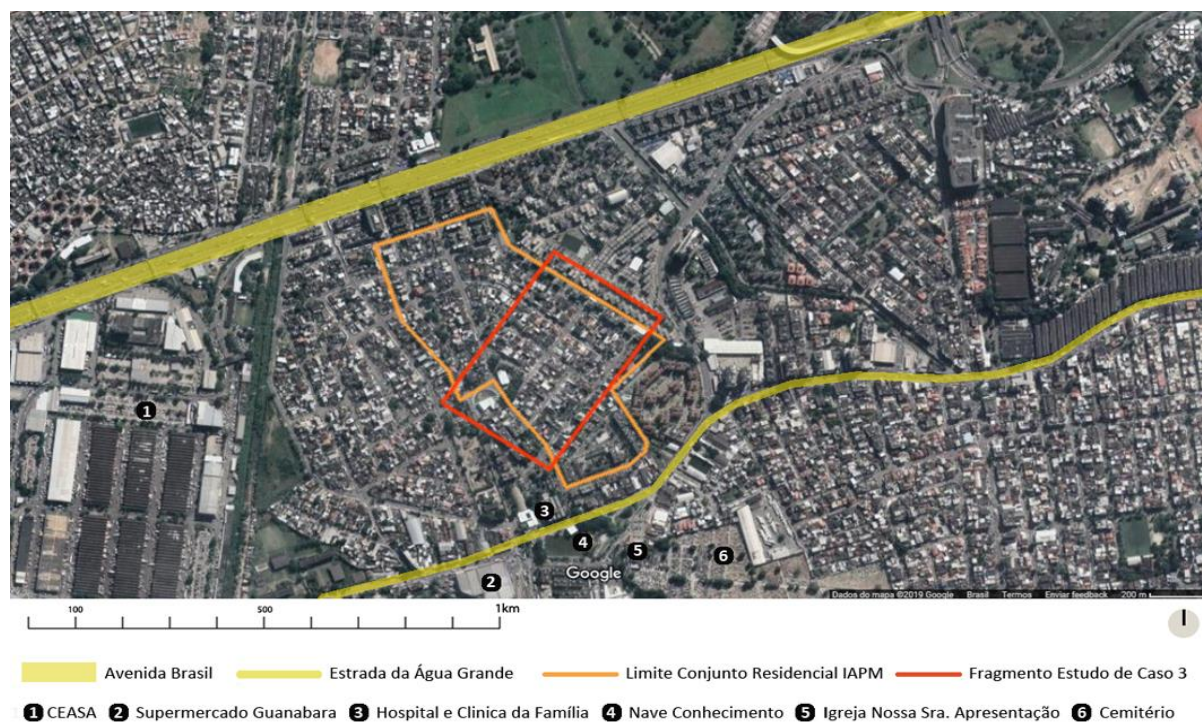


Figura 15: Imagem aérea da localização fragmento estudo de caso 2 Irajá Marítimos. Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem aérea Google, 2019.

Todas as quadras edificadas do IAPM são exclusivamente residenciais e foram destinadas a casas unifamiliares térreas. Os conjuntos residenciais edificados, posteriormente, em seu redor são constituídos de edifícios de quatro pavimentos, de uso também exclusivamente residencial. Não há, portanto, previsão de comércio ou serviços ou espaços de produção dentro da área residencial.



Figura 16: Mapa usos e gabarito Fragmento. Fonte: Elaborado pela autora com base 2019 Aerofotogramétrico (Prefeitura RJ, 1997).

Com o passar do tempo, as casas residenciais foram intensamente transformadas, crescendo em altura e agregando outros usos, à revelia da legislação. Segundo depoimento de moradora¹, desde o início da ocupação do loteamento pelos moradores, há “um bar em cada rua”, e ampla oferta de produtos e serviços pelos moradores que sempre garantiu que não houvesse necessidade de sair das imediações da vizinhança bairro para o abastecimento da casa.

As casas de toda a vizinhança foram bastante alteradas em relação ao conjunto original, sendo difícil de se identificar na observação das ruas resquícios das casas originais. Na maior parte das casas foram edificados anexos no quintal frontal, seja para comércio ou ampliação da residência e pavimentos adicionais.

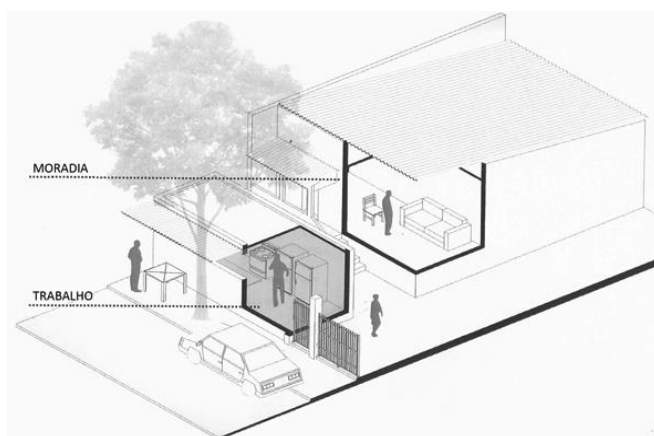
¹Depoimento da cantora Dorina, no evento “Diálogos Suburbanos” realizado no Palácio Rio 450 em 27 de abril de 2019.



Figura 17: Raro exemplar de casas em que é possível se identificar a volumetria original. Fonte: Acervo da autora.

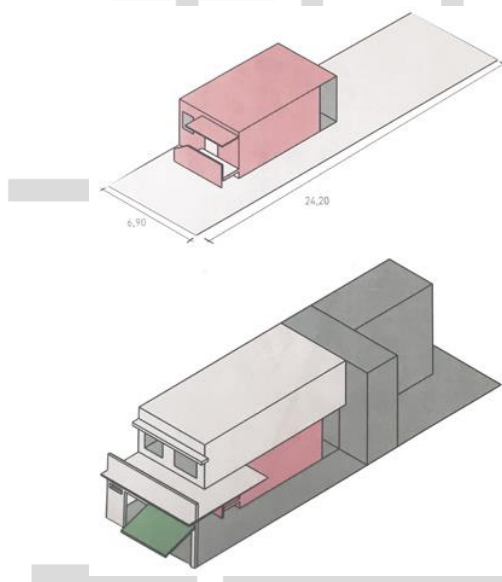
Dentre as casas que conjugam espaços de trabalho à moradia, há atividades de produção, serviço e comércio que se desenvolvem no interior das casas ou na interface com a rua. A maior parte dos estabelecimentos comerciais abertos para a rua está localizada nas ruas de maior fluxo de pedestres devido à conexão que fazem entre os conjuntos habitacionais e a vizinhança de casas com o centro de bairro.

É bastante usual a edificação de um anexo que ocupa parte do quintal frontal e mantém um espaço lateral para acesso à moradia atrás do comércio. Como a casa original é elevada em relação ao nível da rua, a edificação comercial mais baixa, não prejudica a ventilação e iluminação da residência. Por exemplo, a lanchonete da Rua José Sombra foi edificada em frente à casa que, nesse caso, foi pouco alterada em relação à casa geminada original.



Figuras 18 e 19: Esquema Lanchonete em casa no Irajá Marítimos. Fonte: Marcos Pavão, Mel Martins e Pedro Vitor.

Atualmente, a maior parte das casas tem um segundo pavimento, em alguns casos, avança sobre o quintal frontal, eliminando-o por completo. O resultado é similar à tipologia do tradicional sobrado, em que o espaço comercial é aberto para a rua. A impressão quando vemos a atual edificação é de que o comércio utiliza um espaço subtraído da casa. Entretanto, trata-se também de uma transformação de adição à casa original, onde o jardim frontal coberto é utilizado como estabelecimento comercial.



Figuras 20 e 21: Esquema casa original e transformação por adição do segundo pavimento que cobre o quintal frontal criando-se espaço para estabelecimento comercial. Fonte: Elaborado por Paulo Soares e Pedro Augusto Teixeira. Foto: Acervo da autora.

O terceiro estudo de caso é em Encantado, bairro entre Piedade e Engenho Novo, nas margens da Estrada de Ferro Central. O bairro de Encantado se desenvolve em duas porções de cada lado da ferrovia. A área estudada está localizada a sul da linha férrea.

O tecido urbano e modos de ocupação neste estudo de caso apresentam características bastante distintas dos dois anteriores, devido aos diferentes agentes e espaço temporal relacionados ao seu processo de urbanização. O bairro de Encantado fazia parte da freguesia de Inhaúma, por onde passava a antiga Estrada de Ferro D. Pedro II (1858). No período de 1873 a 1890, iniciou-se a ocupação urbana quando novos proprietários da região, estimulados pela valorização que a passagem da ferrovia promovera, tomaram a iniciativa de desmembrar parcialmente suas terras em loteamentos arruados para fins residenciais (SANTOS, 1996, p. 231).



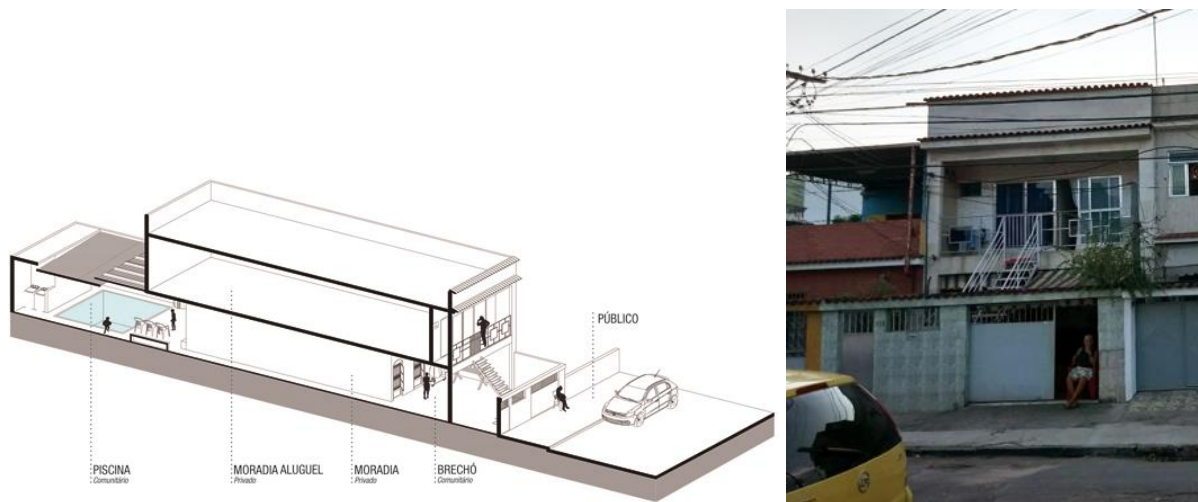
Figura 22: Imagem aérea localização Fragmento Estudo de Caso 3, no bairro de Encantado. Fonte: Elaborado pela autora com base em imagem aérea Google, 2019.

As quadras têm tamanhos variados, como 160 x 225 m, 145 x 245 m, 165 x 155 m — e algumas menores — como 70 x 155 m. Os lotes são muito diversificados tanto em formato como em dimensões. Este estudo de caso se diferencia diante dos demais por se tratar de uma rua principal de uso misto, da qual partem ruas locais estritamente residenciais, enquanto nos dois primeiros estudos de caso eram quadras predominantemente de uso estritamente residencial, ao menos antes das transformações informais operadas pelos residentes.



Figura 23: Mapa usos e gabarito - Fragmento estudo de caso 3 Encantado. Fonte: Elaborado pela autora com base no Aerofotogramétrico (Prefeitura RJ, 1997).

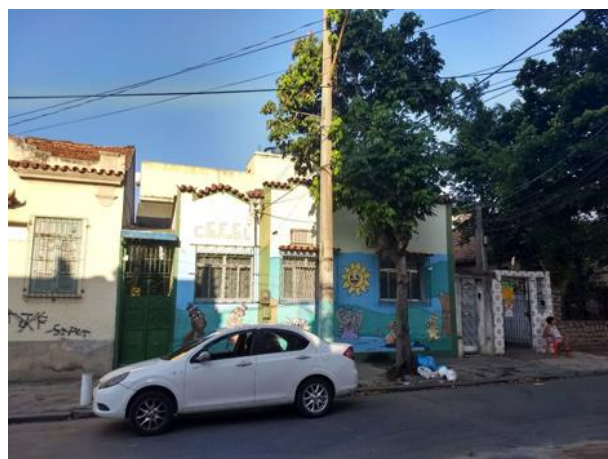
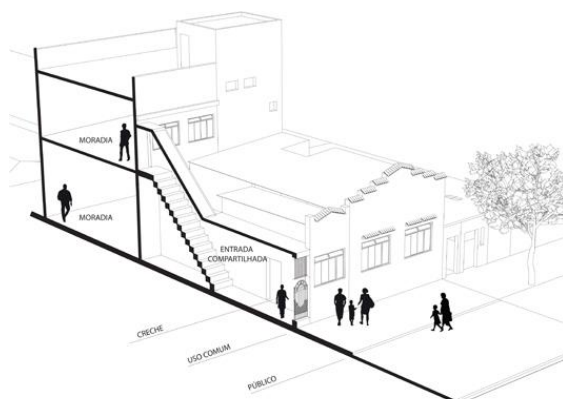
No fragmento analisado, há maior quantidade de edifícios residenciais construídos entremeados às casas do que nos dois estudos de caso anteriores. No bairro de Encantado, mapeamos menor quantidade de casas residenciais transformadas para conjugar atividades de comércio, serviços ou produção. Parte das casas mapeadas não são visíveis da rua, o que dificultou a identificação das atividades.



Figuras 24 e 25: Esquema 'Natação e Hidroginástica' em casa no Encantado. Fonte: Elaborado por Aline Ourique, Amanda Carvalho e Joice Lima.

A casa acima fica com o portão entreaberto e o proprietário observa o movimento da rua sentado em uma cadeira. Para nossa surpresa, naquela casa de terreno modesto se comparado com outros da rua (5.6 m x 27.9 m), que seria mapeada como estritamente residencial, descobrimos uma diversidade de outros usos. O proprietário, aposentado, nos explicou que morava com sua esposa no térreo da casa e depois que os filhos saíram de casa fizeram uma escada externa, no quintal na frente da casa, para acesso separado para os moradores que alugam o segundo andar. A casa tem testada de apenas 5.6 m e é colada nas divisas em ambos os lados. Há um pequeno quintal frontal separado da rua por muro e portão altos, com aberturas na parte de cima de ambos, de modo a proteger da visão do espaço público e arejar a parte frontal da casa. O térreo da casa é recuado em relação ao segundo pavimento e a varanda coberta e aberta é um espaço de múltiplos usos: um espaço de estar no dia-a-dia da família, um bazar de roupa onde a proprietária recebe amigas e um bazar público em dias de feira, quando é aberto o portão da casa. A maior surpresa foi descoberta ao passar pelo corredor que une a varanda da frente ao quintal dos fundos. No final, há uma piscina para aulas de natação e hidroginástica.

Entre as outras casas transformadas, no início da rua, há uma escola que iniciou as atividades como uma pequena creche em casa e foi crescendo e se tornou uma escola formal. Atualmente, ocupa todo o térreo do amplo terreno de aproximadamente 13 m de frente por 62 m de profundidade. A casa original e seus quintais são utilizados pela escola, além do térreo do anexo construído nos fundos que serve para ampliar o espaço da escola e abrigar o espaço de moradia que permanece no terreno e foi transferido para o segundo andar da nova edificação.



Figuras 26 e 27: Esquema 'Escola' em casa no Encantado. Fonte: Elaborado por Aline Ourique, Amanda Carvalho e Joice Lima.

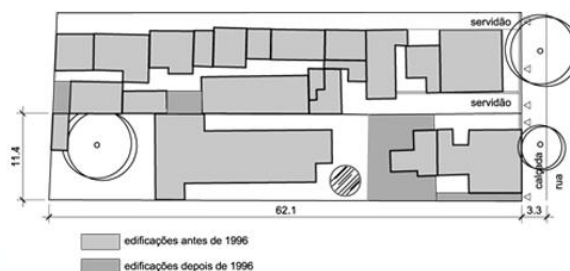


Figura 28: Esquema 'Escola' em casa no Encantado. Fonte: Elaborado pela autora com base em foto aérea do Google e Aerofotogramétrico (Prefeitura RJ, 1997).

Ao lado da escola há um portão que dá acesso a uma servidão, que é bastante comum na rua e faz a conexão com uma série de pequenas casas que foram construídas no quintal dos fundos da antiga casa, que ocupa a frente do lote. No portão, há placas anunciando serviços de salão de beleza e quentinhas nos fundos, onde a vila de casas se transforma em uma espécie de galeria de serviços e comércio conjugados às residências. Sentada em uma cadeira em frente ao portão da rua, uma moradora controla o acesso enquanto observa o movimento da rua.



Figura 29: Portão de acesso à vila galeria. Fonte: Acervo da autora, 2018.

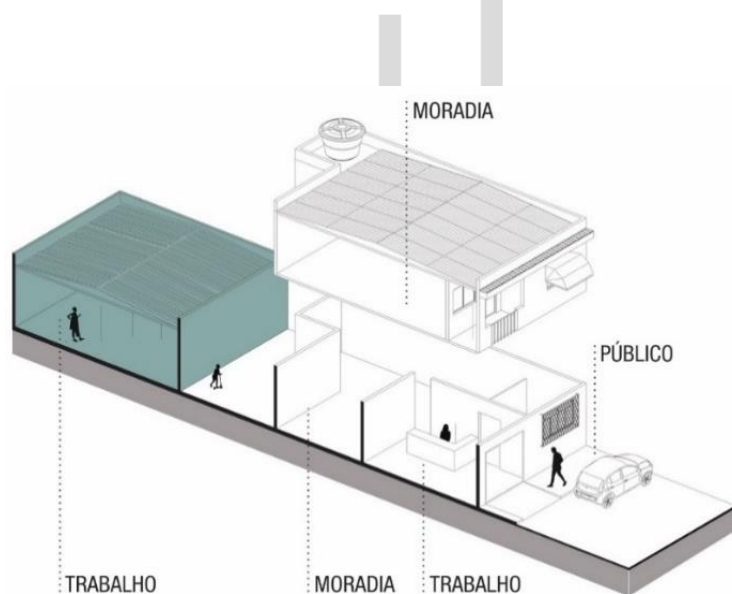


Figuras 30 e 31: 'Biroscas' na Rua Souza Cruz, Encantado. Fonte: Aline Ourique, Amanda Carvalho e Joice Lima, 2018.

Na Rua Cruz e Souza, há biroskas em anexos construídos no quintal frontal de casas residenciais onde vendem salgados, doces e bebidas. Assim como nos outros estudos de caso, as biroskas promovem a diluição da fronteira entre público e privado e a interação entre os que estão dentro e fora da casa. Em frente a essas casas, formam-se 'pontos' de encontro e sociabilidade. Os telheiros definem espaços de produção dentro dos lotes e, em alguns casos, há um toldo que se projeta sobre a calçada e demarca espaço de mesas e cadeiras. Em alguns

casos, o espaço residencial atrás do estabelecimento comercial tem a ventilação e iluminação prejudicadas.

Em outra casa da Rua Cruz e Souza, bem próximo de um ponto movimentado de comércio, uma residente transformou o térreo de sua casa em loja de roupas e artesanato e nos fundos montou sua oficina de cerâmica, onde produz artesanatos e oferece aulas.



Figuras 32 e 33: Esquema 'loja de roupas e artesanatos e ateliê' em casa em Encantado. Fonte: Elaborado por Alexander Santiago, Daniel Mendonça e Glauciane Lelis, 2018. Foto: Acervo da autora, 2018.

A loja ocupa o espaço onde havia, anteriormente, uma garagem e mais uma parte da sala de estar. Atrás da loja há uma sala e um quintal utilizados como espaço de estar da residência. A parte mais íntima e privada da residência está no segundo pavimento.

SÍNTESE COMPARATIVA

A partir da análise dos distintos fragmentos, é possível identificar, como proposto por Gausa (2010), um tipo de organização que subjaz nos três estudos de casos, havendo certas lógicas e parâmetros de configuração em comum. O tipo de organização identificado é caracterizado sobretudo pelo potencial de transformação e flexibilidade dos espaços e funções. A diversidade resultante se contrapõe radicalmente ao zoneamento funcional que direcionou a formação dos subúrbios, que segue em vigor e extrapola a rigidez esquemática da oposição entre categorias como lote-calçada, casa-rua e conceitos como público-privado.

Para além do tipo de organização, há características específicas de cada contexto físico e grupo social que geram particularidades na produção do espaço em cada um dos casos analisados.

A seguir, algumas considerações e formulações são tecidas a partir do reconhecimento e registro dos estudos de caso empreendidos nos três contextos suburbanos, no intuito de contribuir para a possibilidade de ampliação da participação do arquiteto e urbanista em seu futuro desenvolvimento de servir como referência para a concepção de novas áreas urbanizadas e de projetos de habitação.

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

As áreas residenciais dos subúrbios cariocas são frequentemente tratadas como contextos consolidados. Entretanto, as transformações cotidianas em pequena escala pelos residentes são constantes e expressivas, resultando em aumento significativo da taxa de ocupação dentro dos lotes, verticalização das casas, mudanças de usos e transformação das relações da casa com a rua, não contempladas, entretanto, nos dados oficiais.

Na aproximação desses contextos a partir da cartografia, identificamos um visível processo de densificação: a partir de registros fotográficos ao longo dos anos, a mudança na paisagem urbana. Por meio de conversas com residentes, identificamos como é comum o lote — a princípio unifamiliar — se transformar em moradia de diversas famílias. Outra prática comum é se fazer uso da propriedade como fonte de renda, seja por meio de atividades de trabalho remunerado conjugadas ao espaço residencial, seja por meio do aluguel de parte da casa para moradia ou comércio. A prática da autoconstrução em loteamentos periféricos, seja de novas edificações ou incremental, é frequente e presente no Brasil desde a década de 1940, como apontam diversos autores, dentre eles Bonduki (1979; 1998).

Nesse sentido, uma importante avaliação se refere ao potencial e capacidade do ambiente construído suburbano para a transformação. Se na avaliação inicial do processo de urbanização identificamos a ausência de projeto de vizinhança, no seu sentido mais amplo, apontando-se para processos de segregação sócio espacial e de divisão da terra como mera mercadoria, podemos afirmar que sua forma urbana apresenta um grande potencial para a transformação, o que beneficia ser compatível com os modos de vida e necessidades de seus residentes. Os pequenos lotes privados não despertam interesse do mercado imobiliário, mas oferecem possibilidades para seus proprietários os transformarem atendendo às necessidades de moradia para outros familiares e para geração de renda. Além disso, é comum que as famílias criem raízes naquela comunidade, propiciando práticas de colaboração mútua para além do trabalho remunerado.

Embora seja um extenso território de transformação, a participação do arquiteto nesses contextos é quase nula. Por isso, enfatizamos o potencial dos subúrbios como campo de trabalho para os arquitetos, uma demanda que se melhor compreendida e elaborada como território de projeto pode constituir uma oportunidade de campo de trabalho para o arquiteto e urbanista e prover

aperfeiçoamento das soluções praticadas pelos residentes que podem alcançar maior eficiência em termos de ventilação e iluminação, dimensionamento e organização dos espaços e fluxos e processos construtivos.

PADRÕES NA DIVERSIDADE

Dentre os variados processos e agentes participantes na formação dos tecidos urbanos e ambientes construídos analisados — e outra diversidade de grupos sociais, que ao longo do tempo transformam seus espaços —, há lógicas e configurações comuns a todas as vizinhanças estudadas.

Em meio à diversidade de tamanhos e formatos de quadras e lotes e tipologias arquitetônicas, o espaço urbano das ruas tem uma conformação geral padrão. As ruas têm largura entre dez a 15m (de frente de lote, à frente de lote) e são compostas de quadras repartidas em lotes estreitos, sendo bastante comum medidas entre 8 e 10 m de testada. As calçadas junto aos lotes têm em torno de 3 a 4 metros de largura e estão elevadas em relação à pista de rolamento asfaltada com largura para dois carros. A paisagem urbana é caracterizada pelo predomínio de casas de um a três pavimentos. Em meio às casas, há tipologias excepcionais com maior ou menor frequência, sobretudo os edifícios residenciais coletivos de dois a quatro pavimentos, chegando até seis pavimentos em raros casos e os galpões.

A fronteira do lote com a rua é bem demarcada, com a edificação no limite frontal do lote ou muros e cercas que variam de altura. O grau de permeabilidade visual entre a rua e o lote varia bastante de casa para casa, formando uma paisagem não uniforme a partir dos ritmos de abertura e fechamento na sucessão dos lotes estreitos. O ritmo também é estabelecido pelo movimento dos recuos e aproximações das casas em relação ao limite frontal do lote. Não há a constituição de uma fachada urbana contínua, mas de um espaço recortado a partir do movimento tênue dos recuos e aproximações das casas junto à calçada.



Figura 34: Padrões do espaço urbano residencial do subúrbio carioca. Muros, cercas e recuos das edificações conformam espaço urbano não homogêneo e ritmado. Fonte: Elaborado pela autora.

Nesses contextos, as gradações de permeabilidade dos muros, grades e estabelecimentos comerciais no nível do térreo e janelas, sacadas e terraços abertos nos pavimentos superiores resultam em ruas com maior ou menor interação física e visual entre os espaços público e privado. Em algumas ruas, o muro se torna elemento dominante na paisagem. O sistema lote privado e rua pública como espaço de circulação se consoma, reforçando o caráter de separação entre a rua e a casa.



Figura 35: Padrões do espaço urbano residencial do subúrbio carioca - muro como elemento protagonista na definição do espaço urbano. Fonte: Elaborado pela autora.

Em outros casos, os muros são alternados com cercas e outros dispositivos que alavancam a diluição da fronteira entre o lote e a calçada pública. O mesmo sistema base se mostra profícuo para o desenvolvimento do uso misto de fino grão, a partir da unidade híbrida de moradia e trabalho e de um ambiente urbano marcado pela interação entre público e privado com a presença de espaços de uso comum como espaços internos da casa ou varandas abertas para a rua, coberturas sobre a calçada.



Figura 36: Padrões do espaço urbano residencial do subúrbio carioca - comércio e serviços nas casas diluem fronteira dos lotes. Fonte: Elaborado pela autora.

OCORRÊNCIAS DA ARQUITETURA HÍBRIDA DE MORADIA E TRABALHO

Comparando os três estudos de caso, identificamos algumas lógicas para a ocorrência das atividades de trabalho em casa, sobretudo dos estabelecimentos abertos para a rua. Comparando os três contextos estudados, identificamos duas situações comuns: na primeira, a carência e distância de comércio e serviço geram uma oportunidade e os estabelecimentos se desenvolvem em casas residenciais e se beneficiam desse fato. Entretanto, a situação inversa também pode ser favorável. O comércio formal estabelecido funciona como âncora em sua proximidade também se proliferam estabelecimentos de comércio e serviço em casas residenciais se beneficiando da oportunidade do fluxo de pessoas que já é atraído pelo comércio formal, de forma que os estabelecimentos nas casas residenciais complementam o comércio formal.

Na Carioquinha, a esquina comercial, a praça, a escola e a rua de lazer funcionam como âncoras que geram oportunidades e, conseqüentemente, uma zona de concentração de estabelecimentos nas casas. Conforme se distancia da área mais central, diminuem as ocorrências, tornando-se rarefeitas nas longas quadras residenciais.

Na vizinhança do IAP Marítimos, o fluxo de pessoas que inclui residentes das casas e dos conjuntos habitacionais para o centro comercial e de transportes do bairro é determinante para aquelas ruas conformarem corredores onde se desenvolvem mais estabelecimentos comerciais.

Em outra lógica, um trecho de rua localizado no quarteirão mais extenso da área, também é uma zona de concentração. Quarteirões mais extensos, estritamente residenciais e que não são corredores de fluxo de pedestres constituem zonas de dispersão em outros casos analisados. Na Rua Lima Sucupira, entretanto, foi instalada uma cancela no final do quarteirão e se desenvolvem estabelecimentos de caráter mais intimista, que atendem aos moradores como creche, loja de pipas e biroskas que dão suporte às atividades sociais da rua que se torna um espaço público de permanência e convivência entre residentes: crianças brincando e moradores de diversas casas sentados em cadeiras nas calçadas.

Em outros trechos de ruas que estão fora dos trajetos que levam ao centro de bairro, o movimento de pessoas e a ocorrência de estabelecimentos nas casas são reduzidos. Parece haver nesses trechos de ruas estritamente residenciais, casas de residentes de mais alta renda. No IAP Marítimos, esses trechos residenciais estão em quarteirões curtos em meio a ruas mais movimentadas, de modo que a sensação nas ruas é de segurança.

Em Encantado, é na rua de centro de bairro onde há concentração dos estabelecimentos abertos para a rua em casas residenciais. Os estabelecimentos nas casas complementam o comércio existente tirando proveito do fluxo de pessoas da rua de centro de bairro. Nas ruas transversais são mais escassos os estabelecimentos visíveis da rua e a presença de muros altos e pouco movimento de pessoas é sensível na paisagem urbana.

Há, entretanto, outros tipos de espaço comum e de sociabilidade que se desenvolvem dentro dos lotes e não são visíveis da rua. Como as quadras e lotes são mais profundos, atividades comerciais e serviços ocorrem em vilas e fundos de quintais.

QUADRAS

Identificamos nos casos estudados que nas situações em que as quadras se estendem para além dos 150 m e, principalmente, 200 m, há uma tendência de se tornarem espaços urbanos com baixa ocorrência de atividades comerciais nas casas, “pontos” e movimento de pessoas nas ruas.

As quadras de Encantado, vizinhança mais antiga dentre as três analisadas, têm formato diferente das outras duas áreas. Seu formato mais próximo do quadrado atendia às demandas das antigas chácaras da região, com lotes mais profundos e quintais amplos destinados ao cultivo de pomares e hortas. Já nos loteamentos do século 20, a profundidade do lote é reduzida e o modelo mais replicado de quadra é com dois lotes de profundidade, resultando em quadras retangulares.

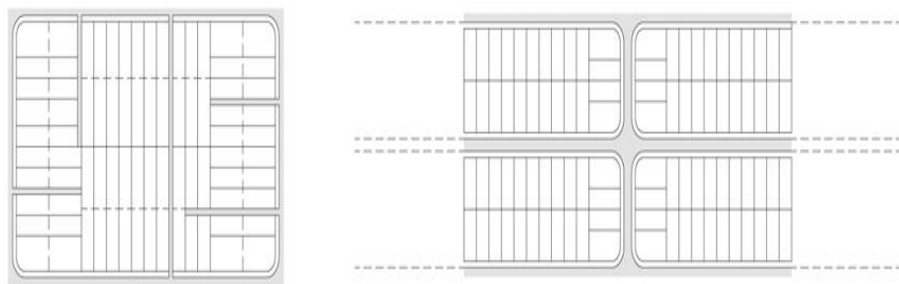


Figura 37: Esquema de quadras décadas 1890-1910 x loteamentos décadas 1920-30. Fonte: elaborado pela autora.

No loteamento de Irajá da década de 1920, as quadras retangulares são menores do que as quadras da área que se desenvolveram posteriormente em torno dele. No loteamento mais recente do IAPM, as larguras das quadras são reduzidas, havendo poucas exceções de quadras que alcançam os 200 m. Em geral, há uma relação direta entre as quadras retangulares mais extensas e redução de movimento de pessoas e de uso misto. As quadras retangulares foram se tornando cada vez mais extensas em loteamentos periféricos do Rio de Janeiro, buscando otimização de recursos e o maior aproveitamento do número de lotes. É o que podemos perceber em outros subúrbios desenvolvidos posteriormente ao loteamento de Irajá, de 1924. As dimensões das quadras do IAPM propiciam uma boa conectividade entre os transeuntes e, já as dimensões das quadras ao norte do loteamento de 1924 de Irajá, favorecem a rua residencial deserta.

Observamos uma dinâmica bastante distinta em relação ao tecido de Encantado caracterizado pelo quarteirão quadrado. Em Encantado, apesar da inexistência de hierarquia viária, há a conformação de uma rua principal, onde há o uso misto — tanto comércio formal quanto casas híbridas voltados para as calçadas. A rua de

uso misto tem intenso movimento de pessoas sendo irrigada pelas grandes quadras que a margeiam, conformando-se nela um centro comercial. O caráter da rua é mais público e menos intimista do que as ruas dos estudos de caso de Irajá. Nas ruas transversais e paralelas, o movimento é reduzido, assim como a diversidade de usos. Há ainda uma outra categoria de rua formada pelos becos, travessas, servidões e ruelas onde há outros tipos de sociabilidade, relações de público e privado e atividades comerciais.

ZONA RESIDENCIAL X USO MISTO

Observamos, nas vizinhanças residenciais, que a intensificação do uso misto é positiva sob diversos aspectos naqueles contextos. Propicia geração de renda, potencializa a caminhada, aumenta a oferta de produtos e serviços e espaços de encontro e sociabilidade, agregando os moradores e produzindo maior sensação de segurança. Nas áreas estudadas, não detectamos nenhum problema em relação à diversidade de atividades na área residencial e não tivemos nenhum relato no sentido de insatisfações em relação às atividades comerciais e sociais desenvolvidas nas casas e calçadas.

Entretanto, compreende-se, que a intensificação do uso misto por meio das casas híbridas não é a melhor solução para qualquer contexto. Em alguns casos, os residentes apreciam a tranquilidade da rua e preferem que a rua se mantenha de uso exclusivamente residencial. Esses casos, em geral, estão associados aos residentes de mais alta de renda em comparação a outros grupos vizinhos, contextos sociais em que não há necessidade de fazer uso da propriedade como fonte de geração de renda.

Em outras ruas, a ausência de atividades comerciais nas casas não é uma escolha dos residentes. São ruas em quarteirões longos, que não constituem percursos atrativos para pedestres exceto os próprios moradores. Com reduzido fluxo de pessoas, os empreendimentos não são viabilizados. Nesses casos, um fator retroalimenta o outro: ausência de movimento de pessoas, ausência de atividades diversificadas, intensificação da presença de muros altos, devido à sensação de insegurança, resultando em ruas desertas e inseguras.

CASA, RUA, QUINTAL: O PÚBLICO E O PRIVADO NO SUBÚRBIO CARIOCA

No subúrbio carioca, a fronteira entre o lote e a rua é demarcada fisicamente, salvo raras exceções, por meio da construção de muros ou gradis e portões. Os quintais frontais tornam-se no subúrbio carioca um espaço flexível, que dá oportunidade aos residentes de escolha da sua função, assim como o tipo de relação entre a casa e a rua, servindo ora como espaço de afastamento da casa em relação à rua, ora de expansão da casa, ora de espaço de convívio íntimo da casa, quando levanta-se o muro ou como dispositivo de interface de troca com a rua.

Ainda que a barreira física na fronteira da propriedade privada seja constante, as variadas gradações de visibilidade e demarcações de público e privado extrapolam a rigidez desse limite. Muros baixos e gradis permitem a interação

visual entre jardins e varandas, sacadas e janelas frontais da casa com o espaço urbano. Em outras casas, muros mais altos resguardam o espaço privado na porção frontal da casa. A proteção dos espaços privados e íntimos da casa é identificado como um valor cultural desses subúrbios, de modo que os muros altos não têm em todos os casos apenas função de dar segurança, mas também de resguardar a privacidade.

Por outro lado, a lógica da demarcação da propriedade privada é suspensa com a abertura de portões para a rua, com o sentar-se à soleira do portão ou em cadeiras na calçada, ou por meio da criação de espaços de transição que diluem a fronteira, normalmente associados ao uso comercial. Esses espaços que estão ora dentro do lote, ora na calçada são convidativos aos vizinhos e passantes, dão suporte para atividades sociais.

Os conceitos tradicionais de público e privado que valem para o sistema padrão de loteamento são reconfigurados a partir das transformações feitas pelos residentes. A configuração inicial é clara e sem matizes: lotes privados e ruas e calçadas públicas. Mas, na prática, a gradação é variada e resultante da combinação de alguns dispositivos que constituem a gramática do subúrbio.

Um conjunto reduzido de categorias que inclui a casa, o quintal, a varanda, o telheiro, o muro, a grade, o portão, a janela, o balcão, o toldo, plaquetas e letreiros combinados no espaço do lote e, por vezes, se estendendo nas calçadas, resultam em uma diversidade de espaços intermediários com nuances específicos de gradações público-privado e formas de interação física e visual entre o lote e o espaço urbano.

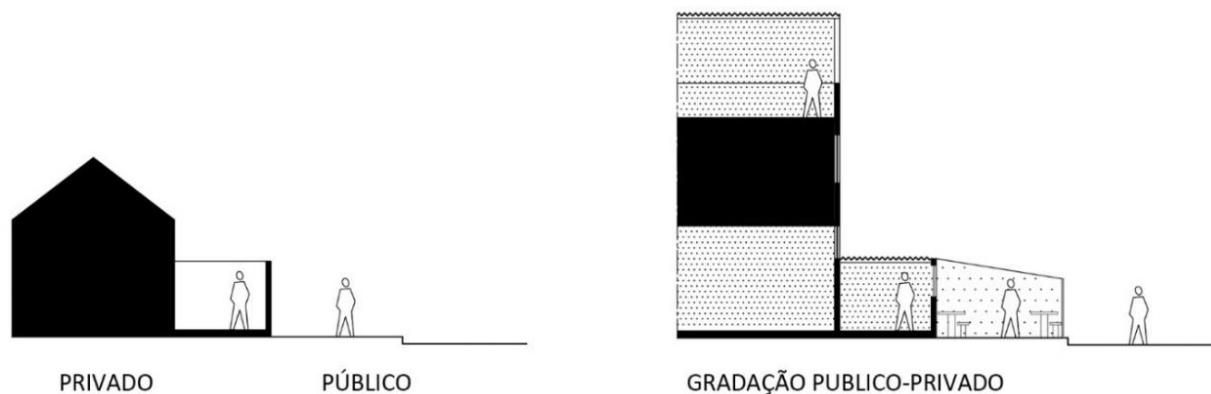


Figura 38: Corte diagrama público e privado em casas do subúrbio carioca. Fonte: Elaborado pela autora.

A calçada não é oficialmente parte da propriedade privada do lote, entretanto, é tratada como uma espécie de código entre os residentes, como uma extensão do lote. Na porção de calçada em frente ao lote, o proprietário da casa pode estacionar o seu carro, colocar cadeiras ou estender um toldo ou telheiro. Não identificamos nas conversas com residentes nenhuma oposição a essas práticas, de modo que a calçada constitui também um outro tipo de espaço flexível da casa, com possibilidades mais restritas do que o quintal frontal.

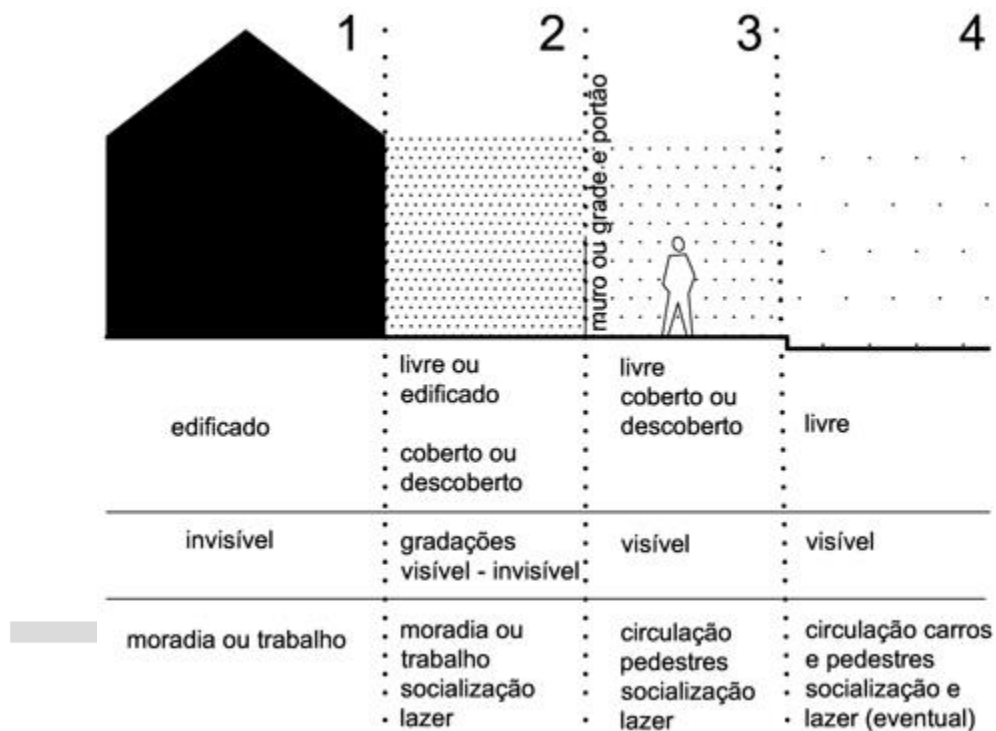
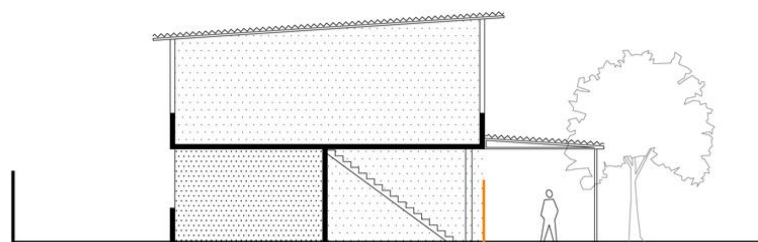


Figura 39: Corte diagrama espaços flexíveis no subúrbio carioca. Fonte: Elaborado pela autora.

O hábito de andar pela rua é muito presente nos subúrbios e reforça a concepção da calçada como domínio da casa e como espaço privilegiado de permanência. A rua, por sua vez, também tem caráter flexível, sendo utilizada para funções que vão além da circulação de carros, em eventos de lazer comunitário como jogo de futebol, confraternizações ou rodas de samba.

ESQUEMA SÍNTESE PARA PROJETO DE UNIDADE
HÍBRIDA FLEXÍVEL DE MORADIA E TRABALHO
A PARTIR DAS LIÇÕES DO SUBÚRBIO CARIÓICA



SEÇÃO POSSIBILIDADES DESENVOLVIMENTO CASA

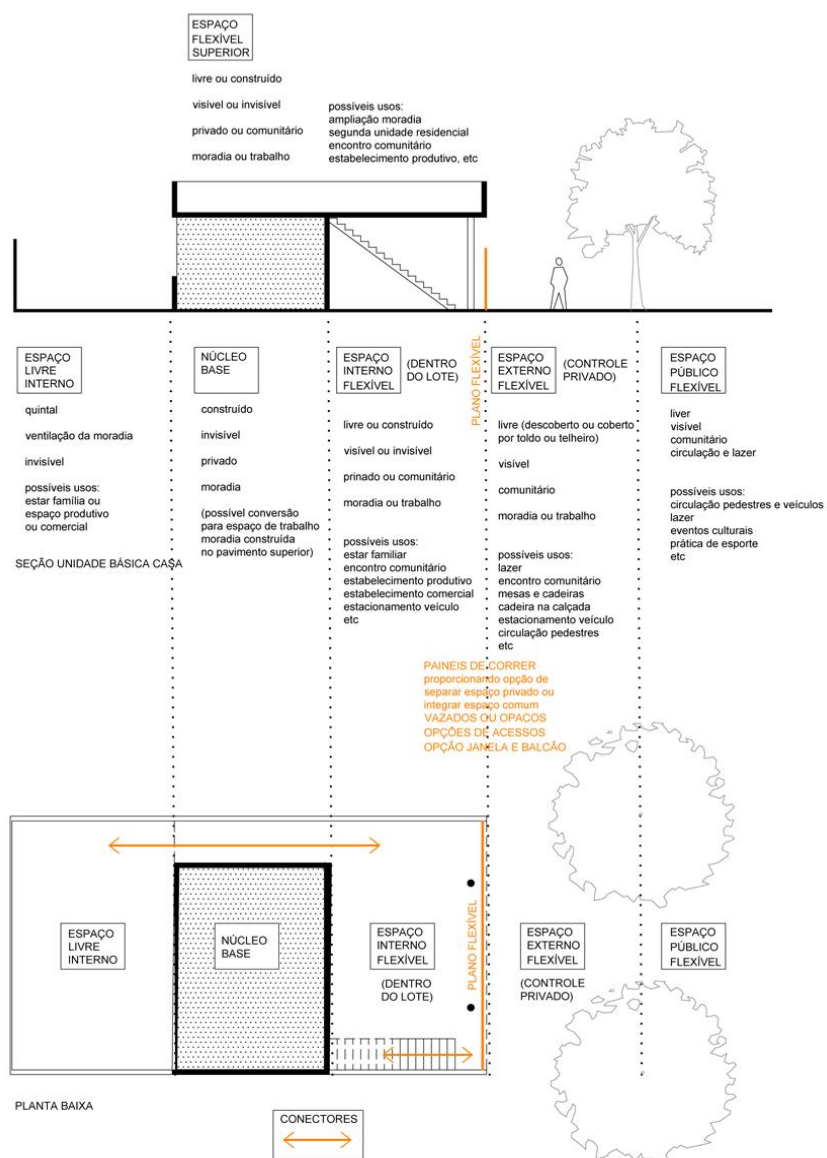


Figura 40: Esquema Síntese para projeto de unidade híbrida flexível de moradia e trabalho a partir das lições do subúrbio carioca. Fonte: autora, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ANÁLISE DOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

As atividades de trabalho informal sediadas em casas no subúrbio carioca impulsionam a economia local e transformam as rotinas diárias de seus moradores e seu ambiente construído. Atendendo às demandas não previstas pelo planejamento urbano, criam dispositivos mais favoráveis aos modos de vida próprios daqueles usuários. A partir da necessidade de geração de renda, decorre o beneficiamento do comum: comércio e serviços em distâncias caminháveis, interação das casas com a rua, criação de espaços de encontro e convívio entre os moradores; intensificação do uso e apropriação das calçadas, ativando-se a vida urbana e transformando a rua em espaços mais habitados, cuidados e seguros.

O modo de viver desses cariocas e suas práticas sociais espontâneas são uma demonstração de que mais do que o espaço bucólico, almejado nas áreas residenciais pela ideologia do zoneamento funcional, essas comunidades se beneficiam das ruas mais movimentadas, dos produtos e serviços oferecidos perto de casa, das oportunidades de encontro e trocas do convívio comunitário.

As transformações, ou “artes de fazer” (CERTEAU, 1984), nas vizinhanças suburbanas do Rio de Janeiro, por seus residentes são valorizadas como pistas importantes para se pensar o planejamento das cidades e políticas de habitação. Indicam caminhos alternativos ao modelo hegemônico monofuncional dos grandes conjuntos habitacionais, loteamentos de casas unifamiliares e condomínios fechados — formatos de habitação e cidade que seguem sendo repetidos majoritariamente no Brasil e que contribuem para tornar as cidades cada vez mais segregadas à revelia dos modos de vida que podemos observar nessas vizinhanças de subúrbio transformadas pelos residentes.

Contemplar no projeto de arquitetura habitacional a previsão de espaços flexíveis para expansão da moradia, para a conjugação de espaços de trabalho e espaços de uso comum é uma medida necessária para se evitar que transformações não planejadas gerem espaços mal ventilados e cobertura total do solo. A aproximação e participação do arquiteto no processo de transformação das áreas residenciais dos subúrbios é outra demanda necessária para que se alcance soluções ainda mais eficientes, sobretudo em relação ao conforto ambiental e permeabilidade do solo. Além disso, mostra-se como uma oportunidade para ampliação do campo de trabalho do arquiteto.

As táticas analisadas que se proliferam no subúrbio carioca são, por fim, valorizadas pela demonstração de que pequenas ações no ambiente construído, intrínsecas aos modos de vida e desenvolvidas com astúcia, são capazes de qualificar um ambiente urbano, bem como colaborar para a constituição de uma comunidade. De que operações pontuais podem resultar na transformação de um todo. E, de que as ações ordinárias, vindas do homem comum, são ensinamentos valiosos para se pensar e transformar a cidade.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia de São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, E. (ed.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação da Liberdade Fapesp, 1998.
- BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social**. São Paulo: Edições Sesc e Fundação Editora Unesp, 2014.
- GAUSA, M. OPEN Espacio **Tiempo Información**: Arquitectura, Vivienda y Ciudad Contempro-rânea. Teoría y Historia de un Cambio. Barcelona: ACTAR, 2010.
- HETZBERGER, H. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SANTOS, C. N. F.; VOGEL, A.; MELLO, M. A. da S. *et al.*, **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São. Paulo: Projeto FINEP; IBAM, 1985.
- SANTOS, J. J. M. dos. **De freguesias rurais a subúrbio**: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro. 1996. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996.

Esta pesquisa teve apoio para estágio doutoral no exterior concedido pela Capes pelo Programa *Emerging Leaders in Latin America* (ELAP, Governo Canadense).

Complexo Habitacional Bulevar Artigas: experiência e conceito em uma cooperativa habitacional

Bulevar Artigas Housing Complex: Reality and concept in a housing cooperative

Complejo Habitacional Bulevar Artigas: Realidad y concepto en una cooperativa de vivienda

Carolina Ritter, Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: carolritterarq@gmail.com

Célia Castro Gonsales, Doutora em Arquitetura pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politécnica de Cataluña, Barcelona, Espanha. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: celia.gonsales@gmail.com

Resumo

Entende-se como fundamental à tarefa de um crítico percorrer em sua realidade a obra arquitetônica, como também ouvir o que se fala em relação a ela – principalmente a voz de quem nela habita. Diante disso, esta investigação analisa o Complexo Habitacional Bulevar Artigas, um dos mais importantes conjuntos habitacionais fruto do sistema cooperativo uruguaio, projetado e construído no início da década de 1970, por meio da experiência e do conceito. Nesse contexto, procura-se destacar, além das questões que

configuram as cooperativas como ações de evidente cunho social, também o caráter do projeto arquitetônico-urbanístico – inspirado nas teorias revisionistas dos preceitos arquitetônicos e urbanísticos modernos, surgidas na Europa nos anos 1950 – desempenha um rol essencial para a consolidação e sucesso do Bulevar Artigas e de outras cooperativas habitacionais. Por consequência, tem-se um conjunto habitacional espacialmente apropriado, que apresenta uma evidente vivacidade urbana e diversas interrelações entre arquitetura e cidade.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Cooperativas habitacionais uruguaias; Processos projetuais; Arquitetura e sociedade; Complexo Habitacional Bulevar Artigas.

Abstract

Fundamental to the task of a critic is to going through the architectural work in its reality, as well as listen to what is said in relation to it – especially the voice of those who inhabit it. Due to this, this investigation analyzes the Bulevar Artigas Housing Complex, one of the most important housing resulting from the Uruguayan cooperative system, designed and built in the early 1970s, through experience and concept. In this context, it seeks to highlight, in addition to the questions that configure cooperatives as actions of evident social nature, also the character of the architectural-urban design – inspired by the revisionist theories of modern architectural and urban precepts, which emerged in Europe in the 1950s – plays an essential role for the consolidation and success of Bulevar Artigas, and other housing cooperatives. Consequently, there is a spatially appropriate housing complex, which has an evident urban liveliness and diverse interrelationships between architecture and the city.

Keywords: Social housing; Uruguayan housing cooperatives; Design processes; architecture and society; Bulevar Artigas Housing Complex.

Resumen

Se entiende como fundamental a la tarea de un crítico recorrer en su realidad la obra arquitectónica, como también, oír lo que se habla de ella – principalmente la voz de quien en ella habita. Delante de eso, esta investigación analiza el Complejo Habitacional Bulevar Artigas, uno de los más importantes conjuntos de vivienda fruto del sistema cooperativo Uruguayo, proyectado y construido en el inicio de la década de 1970, a través de la experiencia y del concepto. En ese contexto, se busca destacar, además de las cuestiones que configuran las cooperativas como acciones de evidente cunho social, también el carácter del proyecto arquitectónico-urbanístico – inspirado en las teorías revisionistas de los preceptos arquitectónicos y urbanísticos modernos, surgidas en Europa en los años 1950 – desempeña un rol esencial para la consolidación y éxito del Bulevar Artigas, y de otras cooperativas de vivienda. En consecuencia, hay un conjunto de viviendas apropiado, que presenta una evidente vivacidad urbana y diversas interrelaciones entre arquitectura y ciudad.

Palabras clave: Vivienda de interés social; Cooperativas de viviendas uruguayas; Procesos de diseño; arquitectura y sociedad; Complejo Habitacional Bulevar Artigas

INTRODUÇÃO

O Bulevar Artigas é um modo de vida. O sistema cooperativo do Bulevar se constitui como um processo que vai além do acesso à habitação. Não se trata da compra de um apartamento, mas do ingresso em uma cooperativa. Inicialmente, vim apenas “pela casa”, mas acabei virando um cooperativista. [testemunho do morador]

Essas são algumas das expressões ouvidas nas visitas realizadas ao Complexo Habitacional Bulevar Artigas, em Montevideu, em 2018 e 2019, que refletem o sentimento dos moradores de um dos mais importantes conjuntos habitacionais fruto do sistema cooperativo uruguaio, projetado e construído entre 1971 e 1974.

Nas primeiras visitas – com a recepção de um morador arquiteto, sócio fundador da cooperativa –, a conversa iniciou-se por onde as conversas sobre as cooperativas habitacionais uruguaias sempre se iniciam: pela afirmação da importância da *Ley Nacional de Vivienda*, do Uruguai. Em 1968, essa lei criava o ente legal da cooperativa habitacional permitindo que, por meio da participação social e da gestão coletiva do solo e de seu *habitat*, parte da população excluída do mercado da habitação pudesse acessar alojamento adequado e estável (URUGUAY, 1968).

Essa legislação dá, até hoje, forma às cooperativas de Ajuda Mútua e às de Poupança e Empréstimo. Nas primeiras, com compra do terreno e construção financiadas pelo Banco Hipotecário Uruguaio (BHU) (RISSO; BORONAT, 1992) –, a contribuição dos sócios pode se dar por meio de horas de trabalho: um “trabalho comunitário, adotado pelos sócios cooperativados para a construção dos conjuntos coletivos, por meio da direção técnica da cooperativa” (URUGUAY, 1968, tradução nossa). Nas segundas, o terreno é adquirido com a poupança dos associados e a construção financiada pelo BHU (RISSO; BORONAT, 1992).

A *Ley Nacional de Vivienda* também criava os Institutos de Assistência Técnica, equipes interdisciplinares contratadas pelas cooperativas para auxílio nas questões de autogestão social e econômica, assim como para a elaboração dos projetos arquitetônicos e urbanísticos participativos.

Em qualquer modalidade, a garantia da participação comunitária é uma questão fundamental, conforme destaca Portillo (2010, p. 91, tradução nossa),

a participação dos usuários na definição da solução a se colocar em prática é uma necessidade de eficácia e é um objetivo político em si mesmo, já que é uma forma de contribuir para a inclusão social de grupos que são muitas vezes totalmente marginalizados.

Ainda que exista uma modalidade de proprietários, a maioria das cooperativas uruguaias são de usuários, nas quais os cooperados possuem um direito de “uso e gozo” de sua habitação, sem limitação de tempo e transmitido por herança (URUGUAY, 1968). A residência passa a ser, assim, um bem social, e não uma mercadoria. Essa forma de propriedade coletiva se torna “um elemento de união entre os cooperativistas, o que ajuda a valorizar outras coisas que também

pertencem a todos, como os espaços comuns, esses grandes esquecidos dos complexos habitacionais” (NAHOUM, 2013, p. 24, tradução nossa).

Nesse contexto, há uma potencial melhoria nos projetos, pensados como propostas de gestão e organização espacial de um bem de uso e não de capital, exercendo um papel fundamental na consolidação de toda a experiência que envolveu o cooperativismo habitacional uruguaio. Os projetos consolidaram no Uruguai códigos que “até hoje, são sinais inconfundíveis de identidade nacional, na produção habitacional” (VALLÉS, 2015, p. 17).

Entretanto, as dinâmicas próprias desse sistema contracenaram – e isso foi fundamental para a qualidade de propostas arquitetônicas e sua consecução como reais projetos sociais e comunitários, dialogante com um sistema de caráter cooperativista – com um processo de revisão dos preceitos arquitetônicos e urbanísticos modernos que havia começado na Europa nos anos 1950 e que aos poucos foi se enraizando em algumas regiões do continente sul-americano.

Desse modo, se toda a ideia de formação e consolidação das cooperativas se caracteriza como uma ação de evidente cunho social, o que esta investigação procura destacar é que o caráter do projeto arquitetônico-urbanístico também desempenha um rol essencial para a consolidação dos projetos do sistema cooperativo, assim como contribui para o sucesso desses conjuntos habitacionais em termos de qualidade de vida e em termos de apropriação de seu *habitat* por parte de seus moradores.

Nesse contexto, o Complexo Habitacional Bulevar Artigas é espacialmente visitado e observado a partir de conceitos inicialmente identificados em seu projeto. Como a cidade não se define somente por suas características físicas, mas também pelas atividades desenvolvidas em seus espaços, a atividade conceitual contracena com o recorrido espacial. Na sequência, a concreção do espaço é reinterpretada à luz das teorias essencialmente disciplinares das quais lançaram mão os arquitetos responsáveis pelo projeto.

O CONJUNTO HABITACIONAL – REALIDADE E EXPERIÊNCIA

Montaner (2012, p. 18) descreve o crítico como um nômade e o coloca dentro da obra arquitetônica, “percorrendo seus espaços e examinando sua realidade material no entorno e na cidade”. Como observadoras, as autoras percorreram a urbanização, organizando o recorrido em quatro escalas – cidade, bairro/conjunto, rua e casa – espacialmente definidas e que ao se associarem de maneira apropriada dão lugar à construção de um *habitat* muito compreensível. O relato da experiência sensorial está acompanhado do testemunho do morador como um subtexto, às vezes em primeira pessoa, estabelecendo um contraponto da vivência do dia a dia com a visão mais totalizadora do pesquisador.

PRIMEIRA ESCALA: A CIDADE

O visitante, ao se aproximar do Bulevar, comprova que o impacto visual causado pelo conjunto de edifícios é em parte amenizado pela larga avenida na qual está

localizado – Av. Bulevar Artigas –, pelo generoso recuo e pela composição escalonada dos edifícios, tanto na direção vertical quanto na horizontal. O tijolo aparente de suas superfícies – frequente na cidade, especialmente nas experiências habitacionais do sistema cooperativo –, de certa maneira, dialoga com Montevideu e com a construção artesanal local (Figura 1).

O “paredão” formado pelos edifícios oculta seu interior, mas uma aproximação às suas bases desvela a relativa permeabilidade, proporcionada pela zona de pilotis no térreo de parte dos edifícios, pelas entradas junto ao edifício central e pelas passagens que atravessam os edifícios lineares, que permitem entrever o que há “dentro”.

Há uma discussão permanente a respeito de vir a cercar, em função da violência urbana. E embora a utilização dos espaços coletivos do conjunto seja um pouco limitada para quem não é morador, a sua passagem é bastante livre. Para alguns moradores, o Bulevar não foi feito para ser fechado “porque todos do bairro vêm ali. [testemunho do morador]

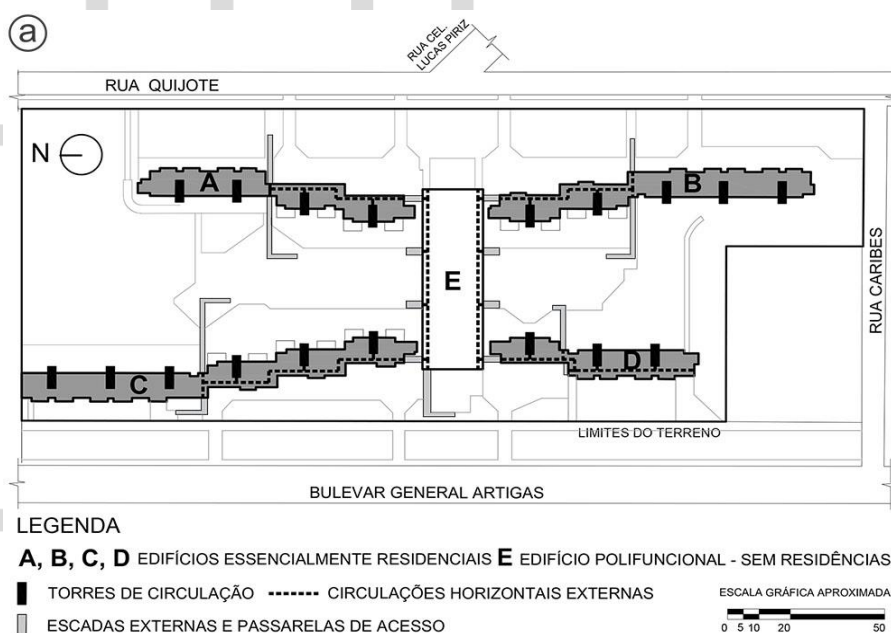


Figura 1: a) Mapa da visita. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019¹; b) e c) Av. Bulevar Artigas e o conjunto. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

1 Redesenho embasado em Centro Cooperativista Uruguayo (1971-1974) e em Complexo Habitacional Bulevar Artigas [201-]. Os esquemas deste trabalho foram desenvolvidos a partir desse redesenho.

Apesar da possibilidade de acesso em algumas áreas de pilotis, o conjunto possui acessos espacializados que potencializam sua conexão com o entorno. As entradas mais evidentes se dão na parte central, onde os edifícios se recolhem e há um alargamento do recuo frontal.

Pela avenida, pode-se acessar a urbanização pelo nível do térreo, chegando nas zonas de uso coletivo internas – praça coberta e espaços descobertos –, nos espaços do próprio edifício central e, neste caso específico, à rua comercial do edifício linear à direita. Também se pode ascender a uma das passarelas do edifício central. À esquerda, pode-se acessar a uma circulação externa elevada, que depois se conecta ao espaço central coletivo e ao passeio público – como uma travessia. No caso dos acessos superiores, as escadas e as passarelas são estendidas até o passeio, convidando o transeunte interessado a entrar (Figura 2). Na outra face do conjunto, junto à Rua Quijote, a relação com a cidade é semelhante, havendo pequenas diferenças em função dos desníveis do terreno.

As entradas dão grande permeabilidade à fruição, tanto dos usos comerciais e de serviço – situados nos dois pavimentos do edifício central e no térreo de uma das barras frontais – quanto de seus espaços coletivos internos. A pavimentação de todos os acessos expressa uma continuidade do passeio público, porém dentro do conjunto (Figura 2).



Figura 2: a) Recuo frontal; b) Rua comercial; c) Escada e passarela de acesso ao edifício central; d) Acesso ao edifício central pela Rua Quijote. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

SEGUNDA ESCALA: O BAIRRO/CONJUNTO

Naquele sábado à tarde, o conjunto parecia estar em festa, seus espaços coletivos estavam tomados de crianças, adultos e idosos. Não parece haver dúvidas de que esses espaços são muito apropriados pelos seus moradores, materializando-se como verdadeiros lugares de encontro e como um “respiro” para quem vem das redondezas. [testemunho do morador]

Os espaços coletivos, abraçados física e simbolicamente pelos edifícios, são acolhedores. Introspectivos, com limites e bordas claros, com forma espacial definida, são lugares que nos dão a clara sensação de estarmos “dentro”. Como um genuíno lugar de encontro, é complexo – viabiliza e incentiva diversos usos – e, ao mesmo tempo, é compreensível.

Seus usos, segundo moradores, foram sendo desenhados no decorrer da vida do conjunto: quadras para prática de basquete, vôlei e futebol; brinquedos; equipamentos de ginástica; locais cobertos com mesas e *parrillas*; bancos e mesas espalhados pelos diversos espaços. Também possuem uma manutenção e conservação exemplar, por meio de uma cuidadosa jardinagem e arborização. Trabalhos na topografia do terreno delimitam, qualificam e dão identidade aos lugares (Figura 3).



Figura 3: Imagens dos espaços coletivos. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

O edifício central separa e, ao mesmo tempo, conecta o espaço coletivo descoberto norte e sul, mantendo uma evidente comunicação por meio de uma praça coberta. Ela se comporta como espaço de encontro e conexão no conjunto: um autêntico lugar de intermediação, do dentro e fora, e também do público – justamente, quem acessa de fora do conjunto – e privado/coletivo.

Os edifícios lineares que contornam esse grande espaço coletivo são concebidos a partir de uma estrutura espacial em grelha aparente, com a adição de expressivas torres verticais com escadas e elevadores. O vazio de alguns vãos estruturais dá a impressão de que os espaços ainda estão sendo construídos, que ainda há espaço para algo mais. A composição é complexa porque possui outros volumes em tijolo aparente que extravasam os limites da estrutura (Figura 4).

Comentamos com o arquiteto/morador a respeito da possibilidade de ampliação das unidades, preenchendo os vazios presentes nos volumes dos edifícios, e ele logo nos disse que esses vazios eram apenas “formalismos”. Informou que, embora isso tenha sido divulgado em algumas bibliografias, não havia essa intenção projetual. [testemunho do morador]



Figura 4: a) Edifício central; b) Praça coberta; c) Vazios dos vãos estruturais; d) Edifício e torres de circulação. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

TERCEIRA ESCALA: A RUA

Os moradores comentaram sobre o permanente circuito de contato presente no Bulevar e sobre uma intenção de fazer acontecer dentro dos “limites” do conjunto, o que acontece na vida pública. Também, nesse sentido, observaram que chama a atenção de crianças visitantes os diversos caminhos e escadas do

conjunto, sendo como um brinquedo para elas, que correm para lá e para cá. [testemunho do morador]

A urbanização possui uma complexa rede circulatória: passarelas, escadas, circulações e caminhos que cruzam o espaço, que se concentram e que se dispersam, mostrando as várias possibilidades de escolhas de movimento. Porém, a riqueza de trajetos também traz pontos negativos, por exemplo, problemas de acessibilidade, de difícil resolução, de acordo com o morador/arquiteto.

Desse circuito, destacam-se as circulações horizontais em um dos níveis das faces externas dos edifícios lineares – “ruas elevadas” –, que são continuações da rua pública, porque estão em contato com o entorno e ao mesmo tempo com o edifício – com o público e com o privado. As ruas elevadas também levam às passarelas e escadas que invadem os espaços coletivos, colocando o morador em seu coração. São essas mesmas passarelas que “perfuram” os edifícios, conectando o interior do conjunto e o passeio público (Figura 5).

A generosa largura das ruas elevadas nos leva a pensar que poderiam ter outro uso além de ser apenas circular – porém, talvez por não haver conexão direta com apartamentos, não estimule uma real polifuncionalidade. Já uma circulação externa, com uso comercial e para serviços, é mais atrativa: um elemento de efetiva intercomunicação entre a comunidade residente e a população do entorno.



Figura 5: a) e b) Circulação horizontal externa; c) e d) Passarela e escada que conecta o espaço coletivo, ruas elevadas e entorno do conjunto. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

QUARTA ESCALA: A CASA

Cada torre de circulação atende dois apartamentos por andar, formando uma associação independente, e cada elevador possui acesso a meio nível, gerando uma possibilidade de encontro entre moradores/visitantes de quatro habitações, em um mesmo patamar. Pela vasta iluminação e certa complexidade espacial – pé-direito duplo, patamares com parapeitos –, esse local também é um espaço qualificado dentro da escala do edifício (Figura 6).

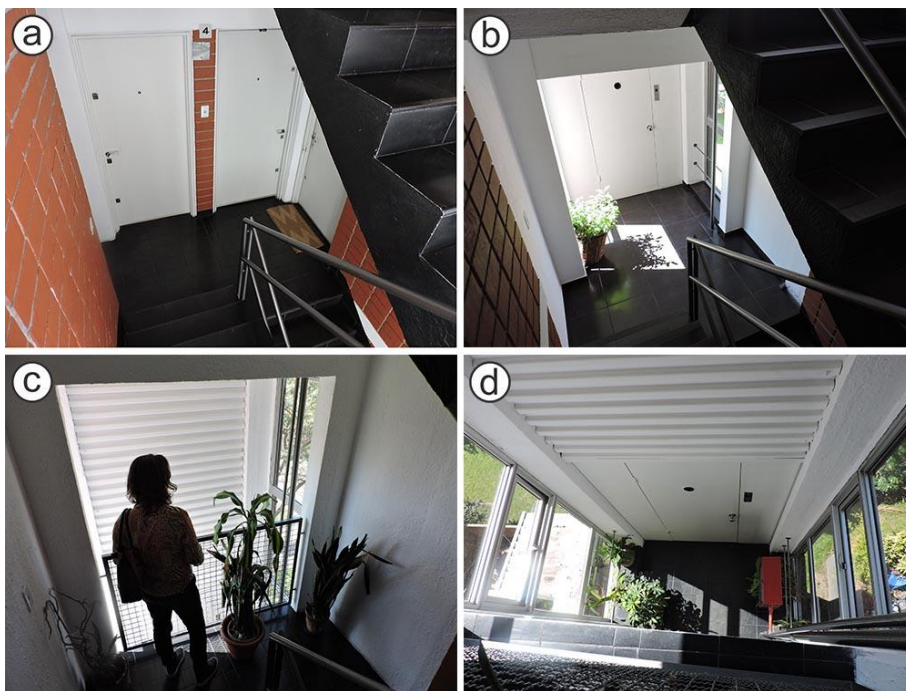


Figura 6: Imagens internas da circulação vertical. Fonte: Acervo das autoras, 2018-2019.

O morador/arquiteto declara que embora as áreas das habitações sejam estabelecidas na legislação, não são questões de custo que as determinam:

"[...] é político, a habitação não pode ser considerada com a lógica bancária, é uma questão de um direito e de uma necessidade, e se deve buscar que cada um possa ter sua habitação independente de sua capacidade econômica".

A participação dos moradores no processo de projeto do conjunto garantiu a organização espacial dos apartamentos de acordo com a demanda de cada família. Esse morador também informa que houve uma preocupação em orientar jovens casais para preverem em suas moradias, por exemplo, um dormitório extra (algo que também aparece na Lei Nacional de Habitação). [testemunho do morador]

Há uma grande variedade tipológica nas unidades habitacionais – com possibilidades, ainda, de outras variações internas – acolhida de maneira original e plástica pela estrutura em esqueleto. A participação de uma maneira ativa no

projeto propicia aos moradores uma compreensão de seu *habitat*, pois assimilam as motivações das escolhas projetuais.

Finalizando o trajeto, resta destacar quão fundamental é o sentimento de grupo, construído por meio de muito esforço, assim como uma gestão forte e consolidada que consiga manter viva a chama da coletividade.

Muito se falou sobre os aspectos arquitetônicos positivos do Bulevar, mas um dos moradores faz o alerta de que não adiantaria o conjunto ter um bom projeto, se não existisse um “grupo por trás” para realmente fazer a “arquitetura funcionar”. [testemunho do morador]

O CONJUNTO HABITACIONAL – REALIDADE E CONCEITO

O Complexo Habitacional Bulevar Artigas é uma cooperativa do tipo Poupança e Empréstimo com forma de propriedade coletiva. Os arquitetos encarregados do projeto foram Arturo Villaamil, Héctor Vigliecca, Ramiro Bascans e Thomas Sprechmann, por meio do Instituto de Assistência Técnica Centro Cooperativista Uruguaio (CCU) – todos jovens profissionais, formados, na época, pela Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) de Montevideu, no fim dos anos 1960 e início dos 1970.

Esses profissionais estavam inseridos em um contexto de reflexão disciplinar que expressava grande parte da crítica ao Movimento Moderno, presente na Europa desde os anos 1950. Desse modo, o projeto do Bulevar aporta uma base teórica consistente, que dialoga de várias formas com os anseios dos cooperados e que tem como referência principal as discussões promovidas pelos participantes do Team 10, como Alison e Peter Smithson, Aldo Van Eyck, e pelos metabolistas, como Kenzo Tange, Fumihiko Maki.

Essas discussões tiveram como marco o IX Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), em 1953, quando Alison e Peter Smithson apresentam a grelha *Urban Reidentification*, em que as fotografias de Nigel Henderson exibindo a “apropriação” da rua por parte de crianças de um bairro de Londres eram colocadas ao lado da “hierarquia de associações humanas”: casa, rua, bairro e cidade, base da exposição de uma proposta de cidade, exemplificada pelo projeto Golden Lane.

Acompanhava a exposição uma ideia geral de “mobilidade”, como potencializadora da coesão entre todas as escalas de associação, e a proposta das ruas elevadas (*streets-in-the-air*): forma de circulação alternativa em prédios de grande altura, relacionando os habitantes com os espaços coletivos da cidade (MUMFORD, 2002).

Para os Smithson, a formação de verdadeiros grupos sociais se dava com a flexibilização de seus limites e com a facilidade de comunicação, assim como com a consolidação dos agrupamentos sociais – rua, bairro, cidade – como “realidades plásticas finitas”. A “ideia de rua” e sua relação com a casa, criava o que chamaram

de “grupos-espços”, locais com capacidade de satisfazer necessidades de identificação e pertencimento (SMITHSON; SMITHSON, 1953).

O *cluster* é outro conceito fundamental, que engloba as questões acima apresentadas. Solà-Morales (1995, p. 48, tradução nossa) o define como sendo “a associação daquilo que vive conjuntamente, intercambiando seus fluxos vitais em uma coexistência que dá significado ao indivíduo como parte inseparável de um grupo humano mais amplo”. Nesse sentido, qualquer agrupamento com conexão é um *cluster*: um grupo de casas forma uma rua, um grupo de ruas e casas forma um bairro, e assim por diante (SMITHSON; SMITHSON, 1957).

Outro personagem importante desse contexto foi Aldo van Eyck, arquiteto que trabalhou com uma base interdisciplinar, buscando referências na Antropologia, na Sociologia e nas Artes Plásticas. Discutia a relação da arquitetura com a cidade, a articulação entre locais de distintas naturezas e escalas, os lugares intermediários/de transição entre “opostos”, e a ideia de apropriação e pertencimento. Nesse caminho, conceitos como “comunidade” e “identidade” vão sustentar a proposta de criação de “lugares” – locais reconhecíveis, com bordas e níveis –, que está na base de toda a sua arquitetura.

Van Eyck operacionaliza essas ideias por meio do pressuposto de interrelação – a partir de “lugares intermediários” – de “fenômenos gêmeos”: “unidade e diversidade, parte e todo, pequeno e grande, muitos e poucos, simplicidade e complexidade, mudança e constância, ordem e caos, individual e coletivo” (VAN EYCK, 1962, p. 327, tradução nossa). Esses lugares intermediários deveriam ser como “espços abertos”² para a expressão das reciprocidades dos “fenômenos gêmeos”, em que um fenômeno avança sobre o outro (VAN EYCK, 1962).

Por fim, cabe destacar o Metabolismo, movimento japonês fundado em 1960 – com alguns componentes também participantes das reuniões do Team 10 – que advogava por uma cidade concebida como um elemento vivo e orgânico, em eterno crescimento e mudança e que, como especifica Tange (1970, p. 148, tradução nossa), permitisse “diversidade, intercâmbio, flexibilidade, escolha de contatos”. “Megaestrutura” é um dos principais conceitos do grupo: cidades divididas em elementos de caráter permanente e em elementos transitórios, em constante relação (TANGE, 1970). Maki e Ohtaka (1964) apontam que a megaestrutura deve ser “flexível” e “aberta”, com diversas possibilidades de conexão entre as partes, por meio de conexões em “pontos críticos”.

Estão bastante claros os pontos de confluência de alguns conceitos presentes nas estratégias projetuais do Bulevar Artigas com o contexto anteriormente apresentado. A ideia de *cluster*, por exemplo, representada essencialmente na proposta de associação das diversas escalas urbanas – cidade, bairro, rua e casa –, que criam uma relação orgânica entre arquitetura e cidade, é algo que vai sendo evidenciado na medida em que se analisa o projeto.

A implantação do conjunto possui uma forma radial, com a presença de um volume central do qual divergem quatro edifícios lineares escalonados, de

2 Esse espaço aberto não é o “vazio [que] tem espaço para nada além de mais vazio” (VAN EYCK, 1962, p. 328), referência clara ao “urbanismo moderno”. É um vazio dotado de identidade.

diferentes comprimentos e com alturas que variam entre oito e doze pavimentos. Essa conformação desenha dois espaços coletivos internos, um ao norte e outro ao sul do edifício central.

O conjunto está associado à cidade por meio de suas conexões, que criam uma interface entre as duas escalas e uma flexibilização a partir de uma permeabilidade muito definida: diversas passagens – escadas, passarelas, caminhos – que se constituem como “realidades plásticas finitas”, induzem e potencializam a conexão do conjunto com o entorno. No entanto, uma travessia central ainda funciona como uma rua de pedestres, atendendo também ao bairro (Figura 7).

Um recuo que se alarga em direção à parte central se caracteriza como uma extensão do espaço interior do conjunto, ao mesmo tempo que é uma extensão do espaço público da calçada, um “lugar intermediário” entre as duas escalas – cidade e conjunto.

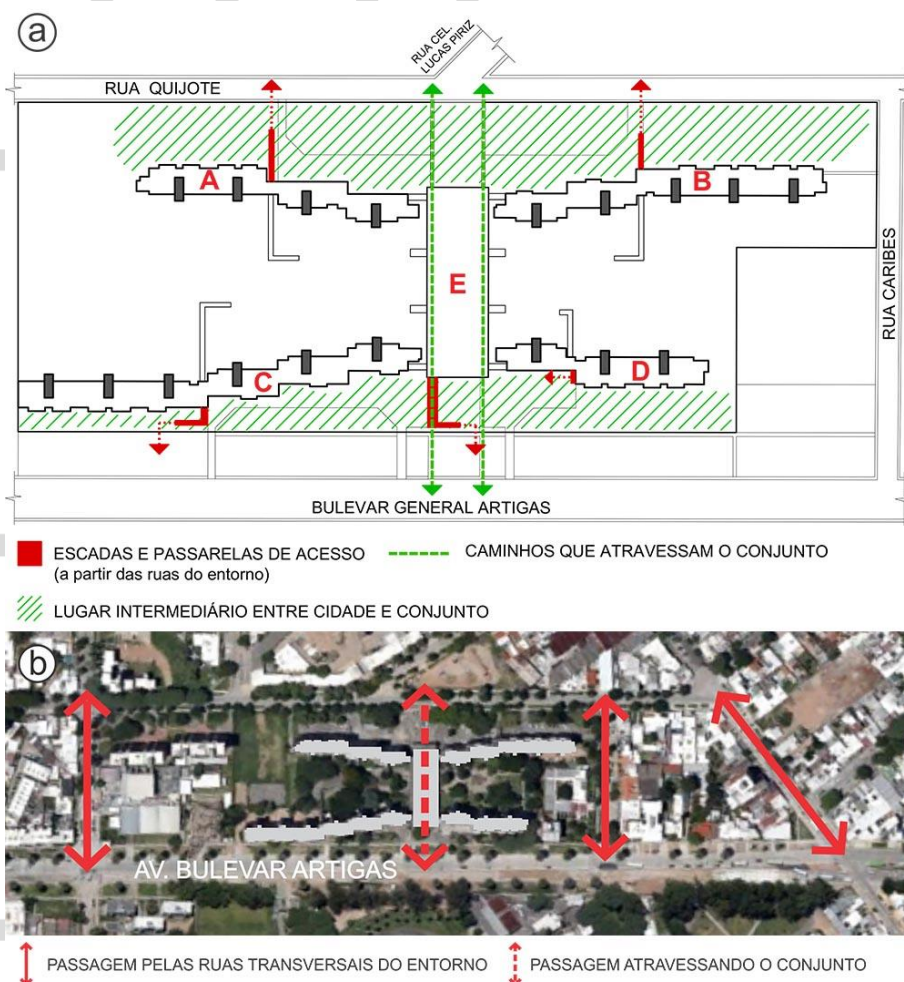


Figura 7: a) Esquema destacando os caminhos de acesso ao conjunto e lugares intermediários; b) Esquema destacando passagens transversais do entorno e através do conjunto. Fonte: C. Ritter, 2020.

Dezoito torres, abrigando elevadores e escadas, distribuem as 332 unidades habitacionais pelos edifícios lineares, com grande variação de tipos. Uma estrutura espacial em grelha acolhe escalonamentos verticais formados pela composição de diferentes tamanhos de apartamentos. No edifício central, com dois andares, e no térreo de um dos edifícios residenciais – edifício D –, distribuem-se os usos comerciais e de serviço (uma creche, uma lavanderia, salões de uso múltiplo etc.).

A complexidade do sistema de circulações horizontais e verticais contribuem para a “associação de escalas” a partir do conceito de “megaestrutura”, que organiza e diferencia o fixo em relação ao transitório: as circulações horizontais e verticais constituem sua “infraestrutura” – a parte fixa – e as unidades habitacionais, os comércios etc., os demais elementos que formam o conjunto, sua “estrutura” – a parte móvel. A “megaestrutura” possui uma “estrutura aberta”, pois, além das conexões entre os edifícios por meio do edifício central, existem pontos de possíveis contatos transversais, que interligam os edifícios lineares entre si, diversificando as conexões (Figura 8).

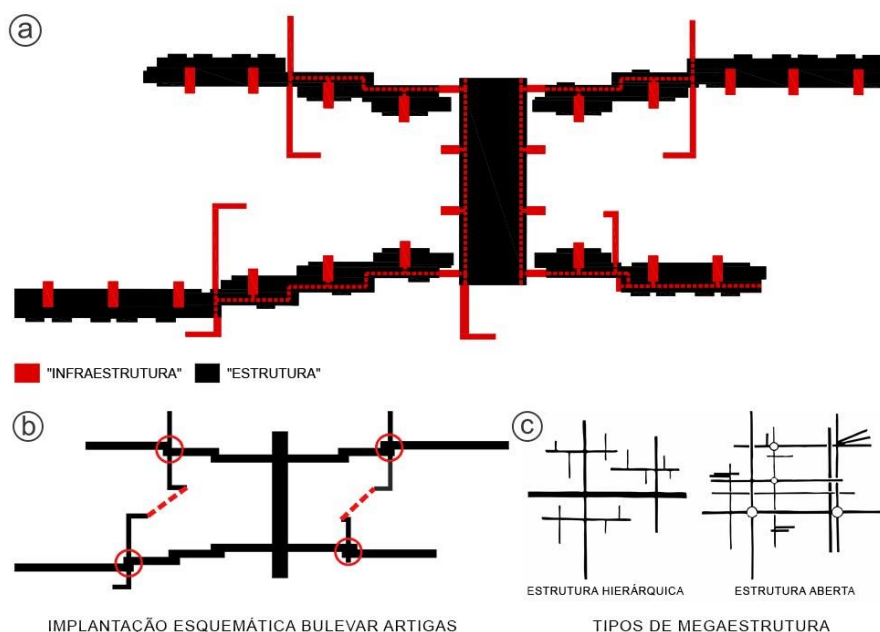


Figura 8: “Megaestrutura aberta”. a) Esquema de “infraestrutura” e “estrutura”, aplicado ao conjunto; b) Esquema de múltiplas conexões do conjunto. Fontes: C. Ritter, 2019; c) Tipos de “megaestrutura” (MAKI; OHTAKA, 1964). Fonte: Edição de C. Ritter, 2018.

O Bulevar Artigas possui uma conformação plástica que decompõe a barra moderna, comumente utilizada em edifícios de habitação coletiva, e dota a urbanização de uma complexidade espacial e um caráter bastante pitoresco. De alguma maneira, essa composição demarca bordas e fechamentos, criando uma forma espacial definida – um agrupamento visível, novamente, uma “realidade plástica finita”.

A rede de circulação é um tema fundamental no projeto. Uma série de escadas, passarelas, caminhos, ruas elevadas e circulações verticais constitui, como vimos,

um potente e claro sistema de mobilidade, que unem cidade, “bairro” e casa, e conectam os “fenômenos gêmeos”, exterior e interior, como reais espaços que intermediam público e coletivo e privado.

As passarelas, as “ruas elevadas” – as circulações horizontais externas –, presentes em um dos níveis dos edifícios lineares com larguras que vão de 2,20 m a 3,95 m – e até mesmo os patamares junto aos elevadores, também são lugares que potencializam o encontro entre moradores. As diversas possibilidades de circulação pelo conjunto também remetem à criação de um elemento arquitetônico que possui “intercâmbios” diversos, “flexibilidade” e “escolhas de contato” (Figura 9). Sendo que, a rua elevada comercial, resgata esse elemento genuinamente urbano.

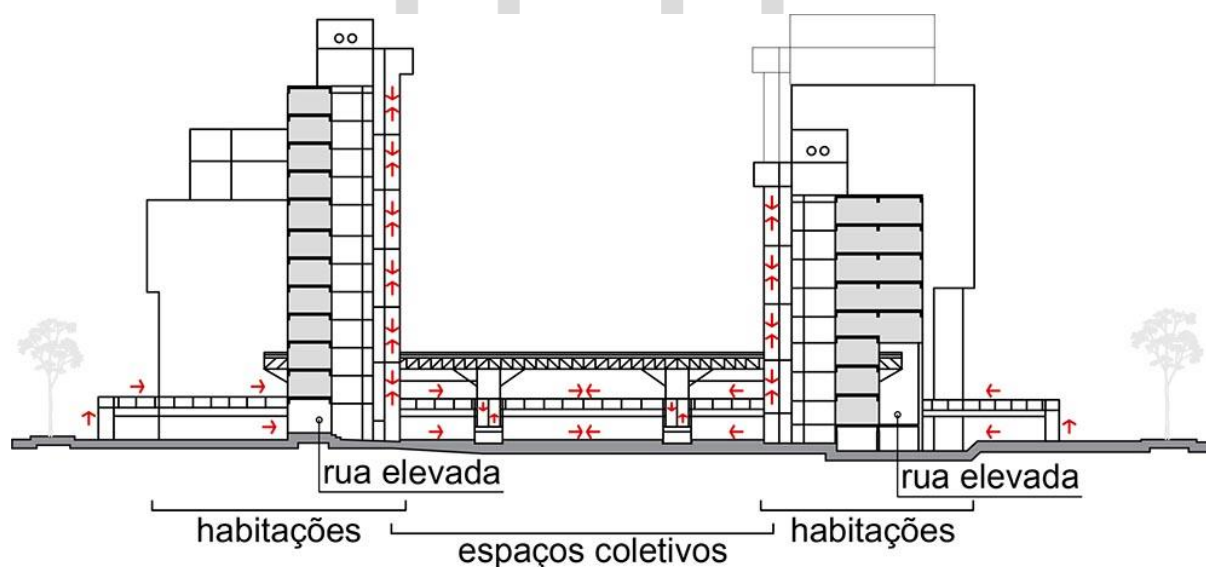


Figura 9: Perfil do conjunto. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2020, embasado em imagem. Disponível em: Vigliecca & Associados, 2020.

Os conceitos de mudança e flexibilidade estão presentes no projeto das unidades habitacionais. O propósito de garantir uma habitação adequada resultou em múltiplas tipologias e dimensões, e em certa flexibilidade no arranjo interno, cuja acomodação no conjunto foi facilitada pelo sistema estrutural padronizado. Por outro lado, a propriedade coletiva da cooperativa facilita trocas de apartamentos, na medida em que uma família aumenta ou diminui.

No padrão econômico – maioria dos apartamentos – as unidades podem ser de um a três dormitórios, mais a existência ou não do ambiente +7 m², que é como um espaço/dormitório extra. As áreas vão de 40 m² a 85 m². No padrão médio, as áreas das habitações variam de 69 m² a 95 m², com dois ou três dormitórios, com ou sem o ambiente +7 m². A maioria das unidades possui duas entradas, o que possibilita um lugar de trabalho – um escritório – com acesso independente (Figura 10).



Figura 10: a) Unidades habitacionais do padrão médio; b) Variantes do padrão econômico de três dormitórios. Fonte: Redesenho de C. Ritter, 2019, embasado em Centro Cooperativista Uruguayo, 1971-1974.

Por fim, pode-se concluir que no projeto do Bulevar Artigas há uma proposta de criar uma clara gradação que parte do espaço público de seu entorno e vai até o espaço privado da habitação. Por meio dessa sucessão de lugares coletivos com mais acesso, até os de acesso restrito, são fortalecidas as possibilidades de uso e identificação. Uma rede de mobilidade e conexão por meio de caminhos espacialmente definidos completa o sistema, caracterizando o conjunto como uma comunidade bastante compreensível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As visitas realizadas ao Conjunto Habitacional Bulevar Artigas ratificaram a possibilidade de projetar espaços que, por sua qualidade e riqueza, despertem o senso de lugar de seus habitantes, a criatividade das pessoas, que sejam realmente apropriados por moradores e visitantes. Prevalecem no conjunto soluções projetuais em que se observa a preocupação em consolidar moradias e espaços de uso comum de qualidade, passíveis de se manterem conservados e em bom estado de manutenção.

Nesse sentido, o Bulevar Artigas apresenta uma bagagem de crítica à cidade funcionalista, em que há uma procura em estabelecer, de diferentes maneiras, uma inter-relação entre a arquitetura e seus espaços abertos e entre a arquitetura e seu local de implantação, cujo resultado se observa em sua vivacidade urbana.

Por fim, observa-se uma confluência de interesses e intenções entre o campo disciplinar da arquitetura e urbanismo e o campo social. A atuação em cooperativa consolidada, dia a dia, um espírito comunitário por excelência. O viver junto é algo que vai construindo-se e, quando isso é combinado com um projeto arquitetônico e urbanístico com semelhante compromisso social, o resultado é o que se pode ver, não somente nesse, mas em outros conjuntos habitacionais no âmbito das cooperativas uruguaias até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

- CENTRO COOPERATIVISTA URUGUAYO. **Cooperativa de vivienda:** Complejo Habitacional Bulevar Artigas. Arquivo digital com projeto arquitetônico e fotografias do Complexo Habitacional Bulevar Artigas. Montevideo, Uruguai, 1971-1974.
- COMPLEXO HABITACIONAL BULEVAR ARTIGAS.** Levantamento arquitetônico do Complexo Habitacional Bulevar Artigas. [201-]. Desenhos técnicos em arquivo digital.
- MONTANER, J. M. **Arquitetura e crítica.** 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.
- MAKI, F.; OHTAKA, M. Collective Form: Three Paradigm. In: MAKI, F. **Investigations in collective form.** St. Louis: The School of Architecture Washington University, 1964. Disponível em: <https://library.wustl.edu/wp-content/uploads/2015/04/maki-entire.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- MUMFORD, E. P. **The CIAM discourse on urbanism:** 1928-1960. Cambridge: The MIT Press, 2002.
- NAHOUM, B. **Algunas claves:** reflexiones sobre aspectos esenciales de la vivienda cooperativa por ayuda mutua. Montevideo: Ediciones Trilce, 2013. Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2016/02/ART-28_-ALGUMAS-CLAVES-REFLEXIONES-SOBRE-ASPECTOS-ESSENCIALES-DE-LA-VIVIENDA-COOPERATIVA-POR-AYUDA-MUTUA.pdf. Acesso: 10 jan. 2019.

- PORTILLO, A. J. **Vivienda y sociedad.**: la situación actual de la vivienda en Uruguay. Montevideo, 2010. Disponível em: <http://www.farq.edu.uy/sociologia/files/2012/02/Vivienda-y-Sociedad.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- RISSO, M.; BORONAT, Y. **La vivienda de interés social en el Uruguay: 1970-1983**. Montevideo: Fundacion de Cultura Universitaria, 1992.
- SMITHSON, A.; SMITHSON, P. **An urban project**. Architect's Yearbook, v. 5, 1953.
- SMITHSON, A.; SMITHSON, P. **Cluster City**: a new shape for the community. Architectural Review, nov. 1957.
- SOLÀ-MORALES, I. de. Arquitectura y existencialismo. *In*: SOLÀ-MORALES, I. de. **Diferencias**: topografías de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995. p. 43-61.
- TANGE, K. T. Megalópolis, el porvenir del archipiélago nipón. *In*: KULTERMANN, U. (Comp.). **Kenzo Tange 1946-1969**: arquitectura y urbanismo. Barcelona: Gustavo Gili, 1970.
- URUGUAY. **Ley n. 13.728**, del 17 de diciembre de 1968. Plan Nacional de Viviendas. [1968]. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp3759564.htm>. Acesso em: 29 maio 2020.
- VALLÉS, R. Una mirada al sistema cooperativo de viviendas en Uruguay. *In*: DEL CASTILLO, A.; VALLÉS, R. (Resp.). **Cooperativas de vivienda en Uruguay**. 2. ed. Montevideo: Universidad de la República, 2015.
- VAN EYCK, A. **Steps toward a configurative discipline**. Forum, n. 3, ago. 1962. Disponível em: https://www.academia.edu/5591604/Van-eyck_steps-towards-a-configurative-discipline. Acesso em: 29 maio 2019.
- VIGLIECCA & ASSOCIADOS. **Bulevar Artigas**. Disponível em: <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/bulevar-artigas>. Acesso em: 26 maio 2020.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes). Código de Financiamento 001.

Negócio social "Moradigna": estudo sobre o uso de componentes pré-fabricados e mão de obra feminina na habitação social

Social business "Moradigna": a study on the usage of prefabricated components and female labor in social housing

Empresa social "Moradigna": un estudio sobre el uso de componentes prefabricados y mano de obra femenina en viviendas sociales

Ana Gabriela Godinho Lima, doutora em História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: anagabriela.lima@mackenzie.br

Silvia Mayumi Takey, mestre em Engenharia de Produção, Moradigna Construções e Assessoria Ltda.

E-mail: silviatakey@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados da primeira fase de desenvolvimento do projeto de pesquisa "Design e prototipação de componentes pré-fabricados para viabilizar reformas sociais em larga escala com mão de obra inclusiva para mulheres", financiado no contexto do Edital Pipe da Fapesp (2018). O projeto é desenvolvido pelo Moradigna, escritório de projetos e construção que promove reformas em casas em territórios precários que apresentam ambientes insalubres, atuando por meio de

modelo de negócio social. As constatações alcançadas nesta etapa apontam para a viabilidade do desenvolvimento de elementos pré-moldados não-volumétricos, na forma de painéis com elétrica e hidráulica já embutida, de altura regulável. Por sua esbeltez, oferecem facilidade no transporte por ruas estreitas e, no interior das casas, por cômodos, corredores e escadas estreitos. Oferecem, ainda, melhor desempenho ergonômico ao serem manuseados por mulheres. A natureza dos desafios da inclusão das mulheres como mão-de-obra, por sua vez, não é de natureza técnica, mas social, fundamentada em preconceitos de gênero que prejudicam seu acesso a esse vigoroso setor da economia brasileira.

Palavras-chave: Negócio social; Habitação social; Pré-fabricados; Mulheres.

Abstract

The article presents the results of the first phase of development of the research project *Design and prototyping of prefabricated components to enable social reforms on a large scale with inclusive labor for women*, financed in the context of Edital Pipe FAPESP (2018). The project is developed by Moradigna, a project and construction office that promotes renovations to houses in precarious territories that present unhealthy environments, acting through a social business model. The findings reached at this stage point to the feasibility of developing non-volumetric prefabricated elements, in the form of panels with built-in electrical and hydraulic installations, of adjustable height. Due to their slenderness, they offer ease of transportation through narrow streets and, inside houses, through narrow rooms, corridors and stairs. They offer good ergonomic performance when handled by women. The nature of the challenges of including women as a labor force, in turn, is not technical, but social, based on gender prejudices that hinder their access to this vigorous sector of the Brazilian economy.

Keywords: Social business; Social housing; Prefabricated components; Women.

Resumen

El artículo presenta los resultados de la primera fase de desarrollo del proyecto de investigación *Diseño y creación de prototipos de componentes prefabricados para permitir reformas sociales a gran escala con mano de obra inclusiva para las mujeres*, financiado en el contexto de Edital Pipe FAPESP (2018). El proyecto es desarrollado por Moradigna, una oficina de proyectos y construcción que promueve renovaciones de casas en territorios precarios que presentan entornos poco saludables, actuando a través de un modelo de negocio social. Los resultados alcanzados en esta etapa apuntan a la viabilidad de desarrollar elementos prefabricados no volumétricos, en forma de paneles con instalaciones eléctricas e hidráulicas incorporadas, de altura ajustable. Debido a su esbeltez, ofrecen facilidad de transporte a través de calles estrechas y, dentro de casas, a través de habitaciones estrechas, pasillos y escaleras. Ofrecen un buen rendimiento ergonómico cuando son manejadas por mujeres. La naturaleza de los desafíos de incluir a las mujeres como fuerza laboral, a su vez, no es técnica, sino social, basada en prejuicios de género que obstaculizan su acceso a este vigoroso sector de la economía brasileña.

Palabras clave: Negocio social; Vivienda social; Prefabricados; Mujeres.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata os resultados obtidos na primeira fase de execução do projeto de pesquisa desenvolvido pelo Moradigna, intitulado “Design e prototipação de componentes pré-fabricados para viabilizar reformas sociais em larga escala com mão de obra inclusiva para mulheres”, financiado no contexto do Edital Pipe da Fapesp (2018). Procurando contribuir para o corpo de pesquisas acadêmicas e iniciativas práticas sobre a relevância das reformas em habitações precárias na mitigação de condições insalubres, frequentemente resultantes de ausência de condições adequadas de iluminação e ventilação natural, o primeiro estágio da pesquisa mapeou aspectos críticos a serem levados em conta no processo de projeto e produção em escala de elementos pré-fabricados que respondessem às principais necessidades de habitações que recebem as reformas, podendo ser manuseados por mulheres, que compõem em torno de 90% das beneficiárias dessas obras.

MORADIGNA: NEGÓCIO SOCIAL

Moradigna é uma empresa que promove reformas de cômodos em casas de famílias das classes C, D e E, visando a melhoria de suas condições de salubridade. Problemas como umidade, mofo, má ventilação, instalações elétricas e hidráulicas precárias, dentre outras patologias, são resolvidos por meio de seus serviços, incluindo projeto, planejamento, orçamento, mão-de-obra, materiais de construção e supervisão das obras, que duram em torno de cinco dias e têm garantia de 12 meses.

Como negócio social, seus lucros não são distribuídos, mas reinvestidos. Na sua estruturação contou com o apoio da Yunus Negócios Sociais, entidade internacional que oferece “serviços e processos de inovação social”, financiamentos acessíveis para as reformas por meio de parceiros de crédito e articula patrocínios de reformas para famílias que não possuem condições de assumir um financiamento.

A empresa foi fundada em 2015 pelo engenheiro Matheus Cardoso, o contabilista Rafael Veiga e a arquiteta Vivian Soria, opera na Zona Leste da cidade de São Paulo, principalmente nos bairros do Jardim Pantanal — de onde Cardoso é oriundo — e no Parque Paulistano. A Moradigna já realizou mais de 400 reformas, envolvendo principalmente a mão-de-obra e os serviços locais, devidamente regularizados, como modo de promover a economia local e estabelecer laços de confiança entre clientes e prestadores de serviço. A logística de entrega de produtos e serviços é otimizada ao máximo para redução de custos. Nesse sentido, a proximidade dos prestadores de serviço com o local de trabalho tem a vantagem da economia dos custos de transporte. O estudo dos roteiros de entregas de materiais e de rotinas de supervisão das obras são também estratégias de redução de despesas. Ainda as parcerias estratégicas com fornecedores de material de alta qualidade que oferecem preços melhores para

negócios sociais, como a Vedacit, Votorantim, Amanco, Schneider, dentre outros, facilitam o atendimento ao público de baixa renda.

A empresa foi selecionada como um dos dez negócios sociais para se inspirar publicado pelo Sebrae e PNUD, ganhou primeiro lugar no prêmio Inova Capital (2017), primeiro lugar no prêmio Juventude de Impacto promovido pela PNUD/ONU (2017), Prêmio Empreendedora do Ano da Pequenas Empresas Grandes Negócios, categoria Social (2017), dentre outros. Também participou do programa televisivo Shark Tank Brasil, recebendo investimento dos cinco Sharks.



Figura 2: Exemplo de reforma de banheiro executada pelo Moradigna: esq. antes/dir. depois. Fonte: Arquivo Moradigna.

CONTEXTO DA PRIMEIRA FASE DO PROJETO DE PESQUISA

Uma parcela significativa da população brasileira vive em condições de alguma precariedade de habitação. Para as famílias urbanas de baixa renda, os principais desafios enfrentados se referem à acomodação em assentamentos irregulares (2,4 milhões de domicílios carecem de regularização fundiária), precariedade de infraestrutura urbana, em particular falta de acesso a água encanada, esgoto, coleta de lixo e eletricidade (15,6 milhões de moradias). Sessenta e oito por cento dos gastos das famílias de baixa renda estão relacionados às reformas em suas casas, muitas vezes desperdiçados por falta de assistência técnica, dimensionamento inadequado de material, ausência de mão de obra qualificada e condições de crédito justas. Esses custos aumentam em até 30% o valor das reformas (ARTEMÍSIA, [2018]).

Nesse contexto, o Moradigna identificou como importante fator de ampliação de impacto social o aumento da escala de atendimento a famílias de baixa renda. Tendo isso em vista, este projeto de pesquisa foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para a viabilização de reformas sociais em larga escala estabelecendo duas linhas de investigação: a primeira, de natureza projetual/tecnológica, que

busca identificar o potencial de materiais e técnicas inovadoras que permitam a pré-fabricação em escala e fora do local da obra, podendo ser transportada facilmente em contextos de ruas estreitas e casas pequenas e de difícil acesso. A segunda, considera a inserção das mulheres na prestação de serviços e no manuseio e instalação dos novos componentes construtivos em estudo, além da execução de serviços de pedreira, eletricitista e instaladora hidráulica, o que torna necessário levar em conta a ergonomia das peças em desenvolvimento e a conciliação com os papéis tradicionais que pesam sobre as mulheres, em geral, as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos, da casa e das tarefas domésticas (IPEA, 2018).

DESAFIOS: COMPONENTES PRÉ-FABRICADOS ADEQUADOS E CAPACITAÇÃO DAS MULHERES

Potenciais dos elementos pré-fabricados

Como colocaram Dave *et al.* (2017), a provisão de moradia adequada e economicamente acessível é um grande desafio, tanto em países emergentes quanto em industrializados. Em lugares de difícil acesso, o problema se agrava, principalmente, porque o emprego de sistemas tradicionais de construção acabam traduzindo-se em baixa eficiência e aumento de custos: o custo e a logística de transporte dos materiais para a construção, o acesso dos prestadores de serviço e as restrições e dificuldades nas atividades de preparação, construção e instalações no local, são fatores de encarecimento e desperdício. Esses são aspectos relevantes, principalmente, ao levar em conta que a indústria da construção civil impõe enormes custos ao meio-ambiente na forma de consumo de energia, água e materiais, sendo uma das principais atividades responsáveis pelas emissões de gases do efeito estufa (NAÇÕES UNIDAS, 2018). Entretanto, conforme mencionado anteriormente, os gastos das famílias de baixa renda representam uma parcela importante em suas rendas. Ou seja, tanto da perspectiva ambiental quanto da social, a eficiência e a economia nos sistemas construtivos para habitação popular têm impactos relevantes.

Diversos estudos de natureza tecnológica e social compõem um corpo de evidências que aponta para o emprego de componentes pré-fabricados industrializados como oportunidade de melhorar a *performance* da construção tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico. O trabalho de Warszawski (1999), *Industrialized and Automated Building Systems*, tornou-se referência frequentemente citada, enfatizando a importância do uso de equipamentos adequados e métodos tecnológicos e de gestão eficientes. Programas de pré-fabricação para habitação foram objeto de estudos de investigação ainda na China

(ZHAI; REED; MILLS, 2014), na Austrália (BLISMAS; WAKEFIELD, 2009) e na Malásia, onde se utiliza o termo "Sistema de Edificação Industrializado" (KAMAR *et al.*, 2011).

A tabela abaixo, adaptada por HUI e OR (2005) a partir de Warszawski (1999), apresenta elementos de comparação entre a construção *in loco* e a industrializada.

Construção <i>in loco</i>	Construção com elementos pré-fabricados
. Trabalho disperso por vários locais	. Todo o trabalho de produção de elementos é executado em um local permanente
. Longo tempo de serviço para um produto em particular	. Tempo curto a médio de serviço para um produto típico
. Pequena extensão de padronização; cada projeto tem seus aspectos distintos	. Alto grau de repetição e padronização
. Grande número de tarefas requerendo habilidades manuais sofisticadas para construir um projeto tradicional	. Pequeno número de tarefas simplificadas necessárias para a produção de um elemento típico
. Cada tarefa é executada demandando uma grande área de trabalho com trabalhadores movendo-se de um lugar para o outro	. Todas as tarefas são realizadas em estações de trabalho
. Locais de trabalho caracterizados por superfícies áridas e não-ergonômicas	. Locais de trabalho ajustados para segurança e ergonomia
. Alta rotatividade de trabalhadores	. Mão-de-obra relativamente mais estável
. Autoridade dividida entre cliente, projetistas, empreiteiros e prestadores de serviço;	. Processo centralizado de tomadas de decisão, envolvendo projeto, produção e marketing.

Tabela 1: elementos de comparação entre a construção *in loco* e a industrializada. Fonte: Warszawski apud Hui e Or (2005, p. 2, tradução e adaptação nossa).

Cabe também mencionar o trabalho de Kolo, Rahimian e Goulding (2014), que situaram o problema da provisão adequada da habitação nos países em desenvolvimento, abordando o caso específico da Nigéria, apontando o rápido crescimento populacional e a baixa qualificação técnica como dificuldades importantes a serem superadas no campo habitacional. Em contextos como esse, e tendo em vista o comparativo apresentado na tabela acima, o uso de elementos pré-fabricados tem o potencial de se tornar um auxílio relevante tanto na quantidade quanto na qualidade de habitações oferecidas. Caracterizando a pré-fabricação com a expressão em língua inglesa, designando a "produção fora do local", a *Offsite Manufacturing* (OSM) compreende os processos de pré-fabricação e pré-montagem de unidades e módulos que são então transportados e instalados no local de construção. Como os autores prosseguem, corroborando alguns pontos de Warszawski (1999), dentre os benefícios da utilização de componentes pré-fabricados, estão o menor impacto no entorno, menor desperdício, redução de erros e imprecisões, agilidade no transporte e maior eficiência no uso de recursos materiais e de mão-de-obra.

Em âmbito brasileiro, estima-se que em média uma casa inteiramente pré-fabricada fique pronta em 60% do tempo que uma equivalente em construção tradicional levaria. Dentre os fatores que contribuem para essa agilidade, estão a

rapidez na entrega de pré-moldados em locais de acesso limitado. A redução de desperdícios, com geração de menos entulho e menor quantidade de água utilizada são fatores que corroboram os resultados de pesquisas internacionais sobre o desempenho de pré-moldados. Ainda o custo fixo, determinado a partir do dimensionamento gerado pelo projeto, é uma vantagem em relação à variação de preços observada na construção em alvenaria tradicional (CONSTRUCT, 2017). Nos contextos em que o Moradigna pretende expandir a escala de atuação, os aspectos levados em conta são: 1. restrições de acesso urbano — ruas estreitas, tortuosas, não-pavimentadas; 2. restrições de acesso no interior das moradias — cômodos pequenos, com pouca iluminação ou ventilação natural, acesso restrito de peças e materiais por dentro das residências; 3. necessidade de emprego de elementos resistentes à umidade — característica frequente em casas em terrenos alagadiços e de ventilação natural e drenagem ineficiente; 4. custo; e 5. baixa disponibilidade de mão-de-obra qualificada.

Tendo em vista as restrições de transporte, acesso e espaço disponível das residências tipicamente atendidas pelo Moradigna, concluiu-se que elementos pré-fabricados sob a forma de painéis não volumétricos autoportantes devem atender satisfatoriamente às demandas. Essa constatação foi corroborada pelos fundadores e funcionários do escritório. Fases posteriores do projeto serão dedicadas ao desenvolvimento dos painéis, que devem ser adequados para instalações hidráulicas em banheiros, cozinhas e lavanderias, podendo ser instalados como um componente "*plug and play*", de face hidráulica única ou dupla face. As instalações elétricas também devem ser incorporadas aos painéis. Um desafio específico a ser enfrentado é o desenvolvimento de painéis com altura regulável, dada a variação de pés-direitos, frequentemente abaixo de 2,50 m, das residências que recebem as reformas.

CAPACITAÇÃO DAS MULHERES

Em 2006, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, apontam que há cerca de 108 mil mulheres trabalhando no setor, em um total de 1,438 milhão de trabalhadores. Em 2016, as vagas ocupadas por mulheres já somavam 219 mil, perfazendo 10% da força de trabalho total 2.122 milhões de indivíduos (AGÊNCIA CBIC, 2018).

A inclusão de mulheres no setor da construção civil é considerada uma importante medida para o combate à pobreza, que as afeta de modo diferente em relação aos homens. Por um lado, conforme mostrado acima, os homens são a maioria dos trabalhadores na construção civil, setor que movimenta mais de 70 setores da economia brasileira, representado 6,2% do PIB, resultando em faturamento anual de mais de 1 trilhão de reais (SEBRAE, 2019). Por outro lado, esse importante setor da economia permanece pouco acessível para as mulheres, que perfazem a maioria de pessoas pobres na América Latina (FALÚ, 2016).

Os fatores gerais que prejudicam o acesso das mulheres às oportunidades de trabalho e desenvolvimento na carreira são, principalmente, a dificuldade de acesso aos direitos reprodutivos, a divisão sexual do trabalho e a violência de gênero. Os direitos reprodutivos envolvem educação sexual, acesso aos conhecimentos e recursos de planejamento e sustento familiar, acesso aos

métodos contraceptivos e pleno direito à escolha de ter filhos. Nos países em desenvolvimento, anualmente, ocorrem 89 milhões de gestações não-intencionais, estimando-se que 43% das gestações não seja planejada. A esse cenário associam-se os dados levantados pela ONU Mulheres ([UN Women], 2017), que indicam que a probabilidade de pobreza das mulheres é maior ao longo de seus anos férteis, sendo associada à diminuição e até mesmo perda de renda devidos ao tempo e esforço despendidos em cuidar de seus filhos incluindo as tarefas domésticas e cuidados da casa.

De acordo com Bandeira e Preturlan (2016), a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a maior parte de responsabilidade sobre as tarefas domésticas e os cuidados de familiares, consistindo em trabalhos não remunerados. Essa carga de tempos e esforço limita o acesso aos programas educacionais e de capacitação profissional (UN WOMEN, 2017). A sobrecarga de trabalhos não-remunerados e a pouca disponibilidade de tempo dedicado à educação e capacitação profissional refletem-se em prejuízos no desenvolvimento profissional, traduzidos em irregularidade de presença no trabalho (para atender a necessidades de familiares e da casa), salários menores e empregos piores (SOUSA; GUEDES, 2016).

Já a violência de gênero consiste em uma importante barreira ao acesso e desenvolvimento profissional das mulheres. No âmbito doméstico, maridos e parceiros podem impedir as mulheres de estudar ou trabalhar por meio de ameaças verbais a elas e a outros residentes da casa; mulheres vítimas de agressão perdem dias de estudo e trabalho devidos às consequências físicas e emocionais das agressões sofridas e, sem condições financeiras e incapazes de obter a independência, essas mulheres encontram-se presas a relações abusivas. No âmbito urbano, a violência de natureza sexual, verbal ou física, nos percursos a pé ou no transporte público, são ainda um importante obstáculo à educação e ao desenvolvimento profissional de mulheres e meninas (CORNISH SPENCER, 2018).

Obstáculos enfrentados na participação das mulheres, especificamente na construção civil, foram identificados na pesquisa "Mapeamento das Percepções sobre Gênero e Violência de Gênero entre Trabalhadores do Nível Operacional da Construção Civil" e comentados por Teixeira (2017), que identifica, dentre seus principais resultados, comportamentos relacionados ao modelo de subordinação da mulher ao homem, percepção maior da violência cometida por outros homens contra mulheres no âmbito doméstico e menor em relação aos próprios atos violentos no mesmo contexto. Esses foram relatados por seus autores como sendo principalmente de natureza psicológica, seguido de natureza física. Em uma sequência de respostas obtidas às perguntas sobre quais tarefas poderiam ser desempenhadas por qual gênero, foram obtidos os resultados a seguir. Para cada alternativa, seguem-se as porcentagens de respostas apontando que:

- **"[...] só as mulheres podem":** lavar e passar roupa (32%); cozinhar (18%); limpar e arrumar a casa (15,5%); cuidar dos filhos (5,6%);
- **"[...] só os homens podem":** fazer pequenos consertos em casa (53,8%); garantir o sustento da casa (30,9%); ter a última palavra em decisões

familiares (17,9%); limpar e arrumar a casa (0,7%); cozinhar (0,5%) e cuidar dos filhos (0,1%).

Talvez os aspectos mais interessantes obtidos nesta pesquisa sejam as contradições detectadas, apontando que mesmo que os homens mostrem estar de acordo com posições contemporâneas de igualdade de gênero, na prática, mantêm crenças diferentes. Se por um lado 94% dos trabalhadores discordaram da afirmação "existem momentos em que a mulher merece apanhar", nas respostas a outras perguntas, afirmaram que a agressão se justifica no caso de traição (40,9%); quando a mulher usa roupas ou tem comportamentos provocativos (22,1%); quando não cuida bem dos filhos (14,7%); quando bebe ou tem outros vícios (13,1%); quando fala sem parar e não lhe dá ouvidos (4,4%); quando não cumpre suas tarefas domésticas (3,3%); quando não se dispõe a fazer sexo quando ele quer (1,5%).

Embora a maioria dos homens tenha expressado uma visão positiva de mulheres trabalhando na Construção Civil, afirmando inclusive que jornadas de trabalho, salários e contratos devem ser equivalentes ao dos homens, demonstram sua preferência de que suas mulheres não se envolvam nessas atividades. O grupo que se posicionou de modo negativo com relação à participação das mulheres na Construção Civil, empregam as justificativas construídas culturalmente pela tradição: força física; inabilidade; licença-maternidade; vocação da mulher para tarefas domésticas.

Para o grupo de homens participante da pesquisa, a presença das mulheres na Construção Civil implicaria modificações nos canteiros de obra, dentre as quais apontam como muito importante estabelecer um espaço de convívio exclusivamente masculino e a inclusão de espaços exclusivos para as mulheres. Do ponto de vista comportamental, apontam a necessidade de mudanças no comportamento masculino, dentre as quais destacaram-se: mais respeito (30%); menos machismo (19%); linguagem e conversas apropriadas (11%); "mais educação, treinamento e qualificação (6%) e redução de preconceitos em geral (3%)" (TEIXEIRA, 2017, p. 122). Ainda, 86% dos participantes afirmam que gostariam de ter acesso a mais informações sobre como lidar com as mulheres trabalhadoras no canteiro de obras.

O Moradigna, em associação com fornecedores parceiros dentre os quais Schneider Electric, Tintas Coral, Votorantim, Amanco e Vedacit, ofereceu, em 2018, oficinas de capacitação para mulheres. Para cada uma das oito oficinas oferecidas, o número de inscritas *on-line* ficou em torno de 20, mas, no dia, a maioria alegou imprevistos e não pôde participar. Dentre as que conseguiram ir, houve a demanda para a redução do tempo de duração da oficina, de 6 para 3 horas. A justificativa apresentada pelas participantes era a necessidade de dar conta de suas outras responsabilidades.

Quando perguntadas, as participantes das oficinas de capacitação mostraram-se interessadas e confiantes em executar os serviços aprendidos em suas próprias casas, mas, em sua maioria, não se mostraram interessadas ou confiantes em tornarem-se

profissionais. As principais razões alegadas relacionam-se à perspectiva de familiares sobre a não adequação desse tipo de trabalho para mulheres.

Por outro lado, os profissionais que ofereceram as oficinas de capacitação relataram que as mulheres fizeram perguntas mais diretas, relacionadas à execução de detalhes e ao interesse em executar o trabalho bem-feito, postura diferente dos participantes homens, que aparentaram já conhecer o conteúdo ministrado e menor interesse em detalhes de execução.

Confrontando as informações obtidas pela revisão da literatura com os dados coletados nas experiências realizadas com capacitação de mulheres pelo Moradigna e seus parceiros, reforçam-se as dimensões do desafio a serem superadas no processo de inclusão das mulheres como profissionais da Construção Civil. Em menor escala, comparece o desafio de capacitar as mulheres a executarem reformas em suas próprias casas. Esses são fatores a serem levados em conta na próxima fase do projeto, que envolverá o desenvolvimento de elementos pré-fabricados apropriados para mão-de-obra feminina.



Figura 2: Oficina de capacitação para mulheres. Fonte: Arquivo Moradigna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou discutir dois aspectos significativos no âmbito das pesquisas sobre o papel das reformas em residências de baixa renda com a finalidade de mitigar condições de insalubridade: o uso de elementos pré-fabricados e o emprego de mão-de-obra constituída por mulheres. Em primeiro lugar, identificou nos elementos pré-moldados não-volumétricos, na forma de painéis com elétrica e hidráulica já embutida, de altura regulável, o componente essencial a ser projetado e prototipado. Especialmente pensados para atender às áreas que mais demandam reformas nas residências, a lavanderia, a cozinha e o banheiro, esses elementos, além de serem esbeltos, facilitando o transporte por vias estreitas e dimensões reduzidas nos interiores das casas, podem oferecer melhor desempenho

ergonômico ao serem manuseados por mulheres. A capacitação das mulheres, por sua vez, não enfrenta questões de natureza técnica, mas principalmente de natureza social. A divisão sexual do trabalho e a violência de gênero seguem sendo os principais obstáculos à participação profissional das mulheres em um setor da economia brasileira que respondeu, em 2019, por 6,2% do PIB.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA CBIC. **Aumenta a participação das mulheres na indústria da construção.** Brasília, 9 de março de 2018. Disponível em: <https://cbic.org.br/aumenta-a-participacao-das-mulheres-na-industria-da-construcao/>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- ARTEMISIA NEGÓCIOS SOCIAIS. **Tese de Impacto Social na Habitação.** São Paulo. [2018]. Disponível em: <http://artemisia.institucional.ws/tese-de-impacto-social-na-habitacao/>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. **Uso do tempo e gênero** Rio de Janeiro: UERJ, 2016, (p. 43-59).
- CONSTRUCT APP. **Casas pré-fabricadas: tipos, vantagens e como funciona.** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://constructapp.io/pt/casas-pre-fabricadas/>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- CORNISH-SPENCER, D. **5 links between poverty and violence against women. Changing the world with women and girls Action Aid.** Londres, março 2018. Disponível em: <https://www.actionaid.org.uk/blog/policy-and-research/2018/03/07/5-links-between-poverty-and-violence-against-women>. Acesso em: 22 maio 2020.
- DAVE, M.; WATSON, B.; PRASAD, D. **Performance and perception in prefab housing: An exploratory industry survey on sustainability and affordability.** Procedia Engineering, n. 180, p. 676-686, 2017. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877705817317344?token=8C94BEC5F9C3714DFEC3550B94AC89A947BD34FEEDBF9B331F6EFF754F93DD928EC1342F04303525954BD414D48AAE24>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- DUTRA, H. **Mulheres na Construção:** sim, elas estão ocupando os canteiros de obra. [S.l.] Sienge Plataforma, 13 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/mulheres-na-construcao/>. Acesso em: 7 jun. 2020.
- FALÚ, A. **Gender Perspective in Urban Planning. Global Urban Lectures.** UN-Habitat Worldwide, 2016. Vídeo (14 min.). Publicado pelo canal UN-Habitat worldwide. Disponível em: <https://youtu.be/Sop4fqc2NV8>. Acesso em: 11 ago. 2019.

HUI, S. C. H.; OR, G. K. C. Study of prefabricated building services components for residential buildings in Hong Kong. *In: Proc. of the Hubei - Hong Kong Symposium*, Wuhan, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281903432_Study_of_prefabricated_building_services_components_for_residential_buildings_in_Hong_Kong. Acesso em: 6 jun. 2020.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico, mas a diferença cai. 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34450. Acesso em: 22 maio 2020.

KOLO, S. J.; RAHIMIAN, F. P.; GOULDING, J. S. **Offsite Manufacturing Construction**: A Big Opportunity for Housing Delivery in Nigeria. *Procedia Engineering*, n. 85, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705814019237>. Acesso em: 4 jun. 2020, p. 319-327.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Norma Regulamentadora n. 17 (Ergonomia). Portaria n. 3214 de 8 de Junho de 1978.

NAÇÕES UNIDAS. 2018 Global Status Report Towards a zero-emission, efficient and resilient buildings and construction sector. International Energy Agency (IEA) for the Global Alliance for Buildings and Construction (Global ABC), Nova York, 2018. Disponível em: <https://globalabc.org/uploads/media/default/0001/01/f64f6de67d55037cd9984cc29308f3609829797a.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

PEIXOTO, C. M. dos S. Práticas de Responsabilidade Social para Garantia de Trabalho Justo nas Empresas Construtoras. *In: PEINADO, H. S. (org.). Segurança de Saúde do Trabalho na Indústria da Construção Civil*. São Carlos: Editora Scienza, 2019.

SEBRAE. Panorama do setor de Construção Civil. Santa Catarina, 19 de março de 2019. Disponível em: <https://atendimento.sebrae-sc.com.br/inteligencia/infografico/panorama-do-setor-de-construcao-civil>. Acesso em: 7 jun. 2020.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123. Acesso em: 22 maio 2020.

TEIXEIRA, M. S. Percepção dos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro sobre a questão de gênero. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 26, n. 59, p. 119-122, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v26n59/v26n59a12.pdf>. Acesso em: 7 Jun. 2020.

UN-WOMEN. UN Women and the World Bank unveil new data analysis on women and poverty. UN Women, 2017. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/11/news-un-women-and-the-world-bank-unveil-new-data-analysis-on-women-and-poverty>. Acesso em: 21 maio 2020.

WARSAWSKI, A. **Industrialized and Automated Building System**. London; New York: E & FN Spon, 1999.

Espaços emocionais: atmosfera e percepção espacial na arquitetura

Emotional spaces: atmosphere and spatial perception in architecture

Espacios emocionales: atmósfera y percepción espacial en arquitectura

Isabela Maria Fiori, Mestre em Engenharia Civil, Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico.

Email: isabela@fiori.arq.br

Aloisio Leoni Schmid, Doutor em Engenharia, Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico.

E-mail: iso@ufpr.br

Resumo

Nossa experiência no mundo é imersa em relações atmosféricas: respostas emocionais, intuitivas e pouco racionalizadas a outras pessoas, grupos, situações, objetos ou espaços. Para o exercício arquitetônico, a compreensão das atmosferas, ou da forma como o usuário se sente e se relaciona com o ambiente, é essencial na construção de identidade e criação de lugares. Este artigo analisa a comunicação entre pessoas e o espaço, com foco nos espaços diametrais da casa e do espaço exterior, decompondo-a nos elementos: percepção espacial – condicionantes físicas e psicológicas de percepção; atmosfera – reflexões sobre seu caráter ontológico, seguindo autores da filosofia estética; e, por fim, vocabulário arquitetônico – sua comunicabilidade emocional com o usuário.

Palavras-chave: Arquitetura; Atmosfera; Percepção; Projeto arquitetônico; Teoria da arquitetura.

Abstract

Our experience in the world is immersed in atmospheric relationships, intuitive emotional responses and little rationalized, to other people, groups, situations, objects or spaces. For architectural exercise, understanding the atmospheres, or the way the user feels and relates to the environment, is essential in building identity and creating "places." This article analyzes the communication between people and space, focusing on the diametrical spaces of the house and the outer space, breaking it down into the elements: spatial perception - physical and psychological conditions of perception; atmosphere - reflections on its ontological character following authors of aesthetic philosophy; and finally, architectural vocabulary - its emotional communicability with the user.

Keywords: Architecture; Atmosphere; Perception; Architecture design; Architecture theory.

Resumen

Nuestra experiencia en el mundo está inmersa en relaciones atmosféricas, respuestas emocionales intuitivas y poco racionalizadas, a otras personas, grupos, situaciones, objetos o espacios. Para el ejercicio arquitectónico, comprender las atmósferas, o la forma en que el usuario se siente y se relaciona con el medio ambiente, es esencial para construir identidad y crear "lugares". Este artículo analiza la comunicación entre las personas y el espacio, enfocándose en los espacios diametrales de la casa y el espacio exterior, desglosándolos en los elementos: percepción espacial - condiciones físicas y psicológicas de percepción; atmósfera: reflexiones sobre su carácter ontológico siguiendo a autores de filosofía estética; y finalmente, vocabulario arquitectónico: su comunicabilidad emocional con el usuario.

Palabras clave: Arquitectura; Atmósfera; Percepción; Proyecto arquitectónico; Teoría de la arquitectura.

INTRODUÇÃO

O isolamento social imposto como forma de controle ao Sars-Cov-2, vírus até então sem vacina e que se propagou em escala global em 2020, nos imobilizou em casa, fazendo da habitação o local de exercício, de trabalho, de lazer e descanso. As trocas de informações no mundo contemporâneo seguem o tempo imaterial e abstrato da mente, não correspondido pelo espaço: em segundos, pode-se conectar a pessoas que estão a quilômetros, distância que percorrida espacialmente levaria horas ou dias para transpor. A internet criou o espaço paralelo em que o tempo se acelera e se dilata, e tornou-se usual um cotidiano desenraizado dos espaços físicos, até que esta nova realidade, de permanência e estagnação, nos acordou para a qualidade dos espaços que nos rodeiam. O isolamento despertou a sociedade para uma crise espacial silenciosa; da sensação de ubiquidade, do espaço como impedimento, como obstáculo a ser percorrido, como maldição (CACCIARI, 2010), para a ânsia da vivência espacial.

PERCEPÇÃO ESPACIAL: HABITABILIDADE E ESPAÇO EXTERIOR

O filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) tornou-se uma referência clássica no terreno arquitetônico por ter se dedicado à busca da essência do ato de construir. Em conferência denominada “Construir, habitar e pensar” pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”¹, em reflexão às construções em massa de habitações no pós-guerra, responde: o que é habitar? Em que medida pertence ao habitar um construir? Inicia aqui uma discussão que motivou vários pesquisadores fenomenólogos e arquitetos, propondo relações entre as construções e as sensações evocadas, correlacionando o indivíduo, sua bagagem sociocultural e o fenômeno. Para Heidegger a forma como habitamos é a extensão da nossa identidade e do nosso pensamento, não bastando, para proporcionar o habitar, que um edifício responda apenas às necessidades funcionais, mas que dê continuidade ao “lugar” (espaço em que há o pertencimento). Construir estabelece o habitar se há vínculo entre a construção e a essência do sujeito que a percebe.

Em seu livro *O homem e o espaço*², Otto Bollnow (1903-1991), filósofo polonês cuja obra centrou-se nos fundamentos da filosofia, na fenomenologia e na filosofia existencialista, habitar aparece tanto no sentido cunhado por Heidegger quanto como o marco referencial espacial pelo qual o homem identifica seu centro: sua cidade, seus limites, sua região, sua moradia. A princípio, habita-se o corpo, como explícito pela referência a Sartre “eu existo meu corpo” (BOLLNOW, 2008, p. 308). A casa seria um corpo expandido, a materialização social e cultural pela qual o espaço, circundante maior, é classificado. Para Bollnow habitar é onde ocorre o enraizamento, onde a construção reflete o indivíduo. Ele credita à segurança e ao conforto da casa a possibilidade do homem se aventurar, trabalhar, descobrir e existir por completo. Já Emmanuel Levinas, filósofo francês (1906-1995), mesmo

1 Publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

2 Título original: *Mensch und Raum*, 9. ed., Stuttgart; Berlin; Köln: Kohlhammer, 2000.

tendo sido aluno de Edmund Husserl e Martin Heidegger, possui uma linha de pensamento distoante. No livro *Totalidade e Infinito*, o autor desvincula o habitar à ideia de existir. Levinas (1980) reconhece o nascimento do mundo a partir da morada, que separa o ser do natural, com a ilusão de proteção e segregação, como uma forma de olhar o mundo com distanciamento (LEVINAS, 1980). A tomada de consciência do corpo permite percebê-lo como morada, o que possibilita simbolizá-lo a partir de sua extraterritorialidade. O mesmo ocorre entre a casa, a ideia de habitar, e a natureza.

A posse de uma habitação já é, em si, um fator de segurança e conforto, independentemente de suas qualidades ambientais e das questões essenciais ligadas ao habitar. Em diferentes graus, pessoas isoladas em habitações qualificadas e outras em habitações de qualidade ambiental inferior anseiam a mobilidade irrestrita. Em geral, construímos espaços que parecem não estabelecer a noção de habitar heideggeriana, o que há muito tempo aflige arquitetos, teóricos e filósofos, tendo esse assunto ficado à margem de uma discussão coletiva. A baixa qualidade espacial das habitações, mesmo tendo vindo a luz para uma parcela da sociedade – cuja estagnação, decorrente do isolamento social motivado pela crise atual do vírus, acendeu a insatisfação em relação ao ambiente circundante – não parece ser o único motivo da ansiedade coletiva por sair, já que os ambientes externos às residências também são desqualificados. Assim, o que a atmosfera residencial não tem proporcionado em relação ao sentido do habitar? Seria isso que nos coage a buscar o exterior?

Podemos relacionar os espaços habitacionais, como proposto por Heidegger, Bollnow, Levinas e diversos outros pensadores, com o estado afetivo de conforto; e o estado antagônico à habitabilidade – o espaço externo à residência – com o estado afetivo de perigo ou da aventura. Os espaços não residenciais sugerem estados emocionais que estimulam ações predefinidas pelos usos (estado ativo de aprendizado em uma escola, festivo em uma casa de baile, respeitoso em um cemitério). A exposição ao risco, caracterizada como trabalho ou entretenimento, necessita de um estado emocional e uma atmosfera que transite, em maior ou menor intensidade, entre o conforto e a aventura, para que a atividade humana se realize em sua plenitude – presos no ambiente habitacional sentimos tédio, enquanto, se fôssemos impedidos de voltar à casa, provavelmente, nos sentiríamos exaustos. A falta de variedade de sensações conduzidas pelos espaços é uma forma de compreender por que a atmosfera de conforto das residências não é suficiente a todos os estados mentais e atividades. “A poesia é a capacidade fundamental do modo humano de habitar” (HEIDEGGER, 2012, p. 179), ou seja, as pessoas têm necessidades além das fisiológicas e é, também, nas respostas emocionais dos usuários que podemos encontrar caminhos para adequação dos espaços construídos. Por isso, mais do que o conforto ambiental, justifica-se a busca de adequabilidade, o que inclui a noção de atmosferas, utilizando a arquitetura como vocabulário. Além do acesso ao espaço exterior, anseiamos pela diversidade de sensações, do contato humano, dos vários recortes espaciais e da transição entre as atmosferas – do conforto à aventura – dando cadência à vida. Quando não há mais a possibilidade do entorpecimento de sensações, provido pelo ritmo de vida acelerado, respondemos com insatisfação aos espaços construídos, o que pode significar que: ou não

construímos de forma a habitar ou nosso habitar reflete nossa essência, mas não apreciamos esta autoimagem.

ATMOSFERA

O homem é um ser no tempo, condicionado ao espaço corporal que ocupa, social e físico nos quais vive. A relação entre o ser humano e o espaço é mediada pela nossa existência corporal. Em relação ao espaço percebido e sua construção material, Bollnow (2008, p. 29) cita o conceito de Aristóteles em que o espaço não somente “existe”, mas exerce uma ação, possui força própria. O espaço, segundo Aristóteles, nunca é desprovido de valor, já que o percebemos por meio do corpo: a gravidade marca nossa percepção de peso; acima e abaixo ganham significado pela nossa condição ereta de andar, que marca horizontalmente a superfície; à frente e atrás são em relação ao que me direciono ou afastar; enquanto direita e esquerda são os espaços vinculados ao caminho ao qual me dirijo. Nossa condição corporal, forma e limitações induzem e impõem interpretações do espaço vivenciado, apreendemos a realidade pelos sentidos e, portanto, das limitações impostas por eles somos reféns.

Essa ação exercida pelo espaço é a questão essencial ao caráter ontológico das atmosferas, existe uma “ação” sentida pelo sujeito que percebe o objeto. Gernot Böhme, filósofo alemão nascido em 1937, cujo trabalho no campo da filosofia estética constitui a pedra fundamental ao desenvolvimento das pesquisas sobre atmosfera, define a dificuldade em estabelecer atmosferas como conceito pelo *status* intermediário que ocupa entre o sujeito, que a percebe, e o objeto, que a emana.

Dentro da filosofia estética, o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), em seu ensaio “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica”, introduziu atmosferas pelo conceito de aura da obra de arte, buscando determinar o distanciamento e respeito imposto por obras de arte originais em relação a suas reproduções. Pensou que poderia definir um desenvolvimento geral da arte por meio da perda da aura provocada pela introdução dos meios técnicos de reprodução na produção da arte (BENJAMIN, 1979, *apud* BÖHME, 1993). Posteriormente, os movimentos artísticos Pop Art e Dadaísmo evidenciaram exatamente o oposto, que é possível que reproduções e objetos do cotidiano sejam dotados de atmosfera de obra de arte, dando o *status* artístico museológico para peças sem valor estético convencional, apenas por sua aura social e culturalmente construída. Mas, na conceituação de Benjamin, aura possui caráter intermediário entre sujeito e objeto: a percepção da aura é uma percepção corporal, do observador, de uma qualidade estendida, de sensação indeterminada do objeto, seja ele um produto artístico ou uma paisagem. Já Hermann Schmitz, filósofo alemão nascido em 1928, precursor da pesquisa sobre atmosfera em língua alemã, introduz atmosferas pela experiência cotidiana, usando exemplos como a tensão de uma sala ou a serenidade de um jardim, o que fenomenologicamente legitima o conceito pela trivialidade da percepção do real, enquanto – com sua filosofia do corpo –, por aceitar a independência das atmosferas dos objetos, as vincula à percepção do sujeito, ou seja, como projeções dos estados mentais de quem as recebe, ou ainda, como um sentimento quase objetivo.

Para Böhme (1993), ao contrário da ontologia clássica que percebe as coisas pelas propriedades nela contidas, sua resistência ou forma, é fundamental ao conceito de atmosferas a percepção das coisas pelas qualidades que irradiam, as cores e aromas por exemplo. Atmosfera, para o autor, é a percepção de um conjunto de qualidades, irradiadas por objetos, paisagens e/ou pessoas, presenciadas e sentidas espacialmente; é a realidade comum entre aquele que percebe e os objetos/sujeitos percebidos, cuja evidência se dá apenas fenomenologicamente (Böhme, 1993).

Krebs (2017), filósofa alemã nascida em 1961, estudiosa da filosofia estética, cita o estudo do psiquiatra Ulrich Gebhard sobre comportamento infantil, que afirma que crianças de até 12 anos não diferenciam de forma satisfatória seres cientes (animais e humanos) dos não-dotados de consciência (nuvens, mesas, entre outros) e que esse traço nos acompanha em parte na vida adulta, o que nos leva, por exemplo, a dotar paisagens e objetos de humores e atmosferas, por meio de projeção e metáfora. A identificação de atmosferas através de projeção é, segundo o autor, a transferência de emoções individuais, por exemplo a sensação de paz, para paisagens/objetos, possibilitando assim perceber o caráter pacífico de uma paisagem. Por esse modelo de percepção, a atmosfera não é inerente ao objeto, nem independente dos nossos estados emocionais; o que não abrange o fenômeno identificável de atmosferas coletivas que conflitam com as individuais: nele somente é possível perceber o caráter pacífico de uma paisagem se nos encontrássemos em uma atmosfera plena e receptiva. Por fim, a percepção por meio de metáforas, segundo Krebs (2017), mais se adequa ao fenômeno da percepção das atmosferas. Nesse modelo, usamos a projeção para associar metaforicamente uma realidade a outra percebida previamente e construímos nossa percepção atmosférica com base em inúmeras experiências prévias que nos permitem ler determinadas qualidades, vividas anteriormente, e reassociá-las a um novo contexto.

Já Griffero (2014), filósofo e professor italiano nascido em 1958, associa nossa percepção atmosférica à ideia de *affordances*: nossa capacidade de interpretar coisas ou quase-coisas, conforme as características nelas empregadas, de forma intuitiva. “Uma fruta diz: ‘Coma-me’; a água diz: ‘Beba-me’; o trovão diz: ‘Tema-me’ e a mulher diz: ‘Ame-me’”. Este é o chamado ‘personagem de demanda’, ou ‘personagem de convite’, do nosso ambiente, um personagem que não muda completamente de acordo com a necessidade ou a intenção do ator e existe, mesmo que não seja percebido” (GRIFFERO, 2014, p. 1, tradução nossa). Para o autor as atmosferas são como qualidades-pontes – fundadas de uma comunicação corpórea entre objeto e sujeito. Abraçando a indefinição ontológica do conceito, Griffero delinea sua abordagem como a experiência sensorial chave para a compreensão da expressão qualitativa do entorno; definindo as atmosferas como quase-coisas³, e utilizando as primeiras impressões pré-analíticas do que nos rodeia para entendê-las por meio de síntese passiva (e holística). Essa percepção das atmosferas precede a análise, influencia desde o início a situação emocional do sujeito e resiste a qualquer tentativa consciente de adaptação projetiva.

3 Mesmo aceitando o caráter transitório das atmosferas, Griffero reconhece sua existência quase material, como algo intangível, mas de realidade inquestionável.

Para Griffero (2014), as atmosferas não são um terceiro elemento entre o objeto e o sujeito, nem são somente a forma com que um sujeito interpreta um objeto. As atmosferas são uma situação jubilosa, na qual o sujeito e o objeto não são partes independentes: o objeto ou situação comunica o que é de sua natureza e o sujeito percebe, respondendo sensorialmente.

A visão de Griffero é compartilhada pelo arquiteto Peter Zumthor e pelo teórico Juhani Pallasmaa, autores ligados, respectivamente, aos estudos práticos e históricos da atmosfera, e que encontram explicações mais fisiológicas para nossas respostas perceptivas dos espaços, enquanto o modelo metafórico de Krebs oferece uma lógica vinculada à capacidade cognitiva e de acúmulo de conhecimento pela experiência para explicitar esse fenômeno. Nenhuma das visões é, porém, excludente; pelo contrário, cada modelo explanatório parece complementar um fenômeno não bem explicado pelo outro.

Podemos, dessa forma, abordar atmosferas a partir de dois lados, o do sujeito e o do objeto, ou seja, do lado da estética da recepção e do lado da estética da produção (pensando em uma produção intencional de atmosferas). Isso nos leva à seguinte questão: é possível pré-conceber atmosferas?

VOCABULÁRIO ARQUITETÔNICO E A COMUNICABILIDADE EMOCIONAL

A relação entre atmosferas e arquitetura se dá pela necessidade de experimentar os espaços através da presença corporal, o que vale dizer que, mesmo que a linguagem padrão para se entender projetos e planejar construções seja por meio de desenhos técnicos, imagens ou até mesmo modelos 3D e realidade virtual, a compreensão dos espaços não é satisfatória como reprodução da realidade. A movimentação no espaço é o que permite mudanças de perspectivas e composição de experiências que em conjunto compõem a sensação global da construção. “Os edifícios acentuam e focalizam a sensação de espaço, implicam sugestões de movimento, transmitem experiências de estreiteza ou expansividade e articulam o próprio espaço como uma extensão” (BOHME, 2017, p. 75, tradução nossa).

Böhme (2017) define os elementos geradores de atmosferas (até mesmo não-físicos como luz e som) em três grupos: impressões de movimento; sinestesia; e características sociais. O termo “impressões de movimento” remete essencialmente a sugestões espaciais, de volume, carga ou particularmente como aperto e expansividade do espaço na presença corporal. Sinestesia diz respeito às qualidades sensoriais pertencentes a múltiplos sentidos simultaneamente (som agudo, azul frio, luz quente e assim por diante) e dá a possibilidade de produzir uma mesma atmosfera desejada a partir de diferentes meios, como uma atmosfera calorosa por meio da luz irradiada ou por meio da coloração dos materiais. Por fim, as características sociais são o caráter da percepção de alguns tipos de atmosferas, como uma atmosfera “caseira” ou confortável, que é culturalmente específica, ou seja, que pode variar entre diferentes culturas.

O livro *Atmosferas*, do arquiteto suíço laureado com o Prêmio Pritzker, Peter Zumthor, inicia com perguntas de pesquisa e as relaciona com o pressuposto de que a qualidade arquitetônica é diretamente relacionada à atmosfera do ambiente:

Qualidade arquitetônica só pode significar que sou tocado por uma obra. Mas porque diabo me tocam estas obras? E como posso projetar tal coisa? [...] Como podem se projetar coisas assim, que têm uma presença tão bela e tão natural, que me toca sempre de novo. Uma denominação para isto é a atmosfera (ZUMTHOR, 2009, p. 11).

No decorrer do livro, Zumthor estabelece quais elementos, em sua opinião, geram as atmosferas percebidas nos ambientes. Observando o seu próprio fazer projetual, o autor sugere nove abordagens que o movem na criação de atmosferas: 1. o corpo na arquitetura: o comportamento de uma obra em relação a um corpo, como massa, membrana, invólucro, cuja a materialidade altera a percepção do espaço sentido; 2. a consonância dos materiais: a forma como um material dialoga com outros; 3. o som do espaço: a forma com que os edifícios soam se comunica com a memória afetiva do usuário; 4. a temperatura do espaço: física e psicológica, prevendo formas e materiais para alcançar a sensação da temperatura almejada; 5. as coisas que me rodeiam: ambientes vivenciados são preenchidos com objetos e coisas do cotidiano, acumuladas ao longo dos anos, e que possuem um forte vínculo com as experiências vividas pelos indivíduos; 6. entre a serenidade e a sedução: o percurso ou a sequência de espaços de forma a, por vezes, conduzir o usuário e, em outras, seduzi-lo e deixá-lo deambular, criando pólos de tensão, planejando inflexões no tempo; 7. a tensão entre interior e exterior: ao recortar e demarcar um local no mundo, delimita-se um interior e um exterior, criando gradações de privacidade; 8. degraus da intimidade: a relação entre a proporção corporal, as dimensões dos espaços e a apropriação emocional; 9. a luz sobre as coisas: o trabalho da luz natural e da sombra de forma intencional, como um elemento catalizador de emoções.

As abordagens sugeridas pelo autor são extremamente pessoais. Dessa maneira, a partir da síntese dos elementos geradores de atmosferas trazidos por Böhme e desse saber prático projetual de Zumthor, propomos a seguir quatro categorias de relações que podem ser observadas ao analisar atmosferas, as quais serão posteriormente pormenorizadas:

1. Conexão com o contexto físico e cultural: criação de fonte de vínculo e de pertencimento, espaço de memória e cultura, trabalho com gradações de privacidade, comunicação com a paisagem e abrigo da vida cotidiana.
2. Comunicação do objeto com o indivíduo: diálogo entre as características do objeto ou a obra, em relação a beleza, técnica, tamanho, dimensão, escala, massa ou peso, e o usuário.
3. Corpo e espaço: percepção da materialidade pelos sentidos – o tato, o som do espaço, a temperatura, a luz.
4. Tempo no espaço: movimento pelo espaço, o percurso na construção do sentido, utilizando contrastes como inflexões no tempo.

A arquitetura se conecta com seu contexto físico e cultural comunicando-se com a comunidade por padrões espaciais reconhecíveis. O contexto de inserção de uma obra, em tempos pré-industriais, dava condicionantes determinadas e irrefutáveis, que correspondiam aos materiais disponíveis, à técnica, à mão-de-obra e forma de trabalho, ao clima, à estrutura sociocultural. Em uma sociedade globalizada as fontes de vínculo com o contexto são mais escassas, mas é no reconhecimento de identidade e senso de lugar em uma obra que muitos dos arquitetos e teóricos, como Zumthor e também o finlandês Juhani Pallasmaa, nascido em 1936, se apoiam para materialização de atmosferas, já que esse tipo de releitura histórica do local permite que usuários experimentem uma obra, nutridos da sensação de segurança mental necessária à apropriação espacial.

Um edifício está sempre relacionado com o lugar, com a paisagem, com características culturais e tradicionais. Penso que é bom conhecer todas essas coisas. Ao pensar num espaço, eu faço-o sempre em relação ao seu ambiente imediato e à paisagem. Só há respostas específicas, nunca universais (ZUMTHOR, 2009).

A apreensão das atmosferas perpassa desde a percepção geral de um ambiente ou objeto até a atenção aos detalhes, dos materiais e do desenho arquitetônico expresso na obra; mas é pela percepção total e simultânea dos elementos que assimilamos as atmosferas. Por isso, por vezes, uma edificação que, apesar de bela em sua forma, ou que possua uma qualidade material, pode acabar por não nos tocar, enquanto outras de aparente simplicidade têm todos os elementos necessários à evocação da emoção. Pallasmaa define a visão periférica como a responsável por nossa percepção pré-consciente, e pela comunicação instantânea do objeto com o indivíduo por meio da percepção atmosférica.

A esfera perceptual pré-consciente, que é experimentada fora da esfera da visão focada, parece ser tão importante existencialmente quanto a imagem focada. De fato, existem evidências médicas que comprovam que a visão periférica tem maior prioridade em nosso sistema perceptual e mental. [...] A visão periférica nos integra com o espaço, enquanto a visão focada nos arranca para fora do espaço, nos tornando meros espectadores (PALLASMAA, 2007, p. 13).

Pode-se dizer que esta apreensão do macro para o micro, aqui referida, é dada pela visão periférica e é formada por elementos mais generalistas e ordenadores espaciais como o ritmo, o peso do ambiente, a tonalidade geral do espaço, a escala do edifício, a beleza da obra como objeto. Estas questões de equilíbrio entre elementos gerais, que embasam o entendimento do lugar, são ignoradas por grande parte das construções, arquiteturas apreendidas rapidamente pela visão, que até podem parecer belas em fotografia, mas quando inseridas na malha da cidade a experiência da obra não corresponde à imagética. A comunicação direta entre o corpo e o espaço, em uma escala mais próxima, é possível através da nossa percepção corporal dada pelos órgãos receptores, por meio dos quais julgamos a realidade. A primazia da visão sobre os outros sentidos, além de evolutiva, é um retrato de como a sociedade atual se comporta. Assim, tendemos a hiper estimular a visão e atrofiar outras formas de percepção, no entanto, só atribuímos realidade ao visualmente percebido quando corroborado em memória pelos outros sentidos: olfato, tato, audição e paladar. A experiência é a amarração de toda a percepção sensorial e, por

isso, visualmente a madeira é mais quente do que o aço, assim como a lembrança do fogo faz de uma madeira avermelhada mais calorosa que outra pálida: a qualidade do material, no caso, o calor, é visível pela refletância, caráter tátil, pelo som que emite, pelo cheiro que emana.

Zumthor consegue descrever de maneira muito gráfica a forma sinestésica como ele mesmo percebe as propriedades organolépticas dos materiais. Para fins de projeto, vale-se de testes dos materiais em maquetes, observando suas propriedades e efeitos, para materializar a atmosfera idealizada – “o material pode ser pensado em suas diversas possíveis apresentações: pode-se serrar uma pedra, limar, furar, cortar e polir esta pedra em quantidades pequenas ou enormes, expô-la à luz ou à sombra” (ZUMTHOR, 2009, p. 25).

Além das sensações corporais, o “tempo no espaço” é um fator de grande impacto nas sensações experimentadas. A arquitetura é a cristalização do espaço no tempo, e as diretrizes projetuais que visam a criação de um espaço atmosférico têm seu principal impacto no tempo vivenciado da experiência: um espaço monótono, de arquitetura desinteressante, dilata o tempo transcorrido dando sensação temporal de suspensão desconfortável ou tédio; um ambiente cheio de surpresas em seu percurso, com equilíbrio entre espaços e percepções, relativiza o tempo real de trajeto e estadia. Já arquiteturas com experiências demasiado intensas, de muitos elementos e excessos, podem levar da excitação (euforia) ao estresse, conforme a permanência da experiência.

É necessário passar pela ideia de percurso arquitetônico, que é a forma como transitamos pelo espaço, assimilando sensações e experiências. As estratégias para criação de inflexões – ou, conforme Zumthor, pólos de tensão no tempo – mesmo sem criar um percurso definido, conduzem os usuários pelo edifício. Em seu livro *“Atmosferas”*, Zumthor (2009) descreve as formas como planeja o percurso do usuário na obra, descobrindo o lugar, entre “condução” e “sedução”. Deambular pelo edifício, entre seus materiais, ritmos e surpresas, é a forma de criar essa imagem mental e apreender a atmosfera do lugar.

A arquitetura é certamente uma arte espacial, é o que se diz, mas arquitetura é também uma arte temporal. [...] Ou seja, imagino como nos movimentamos neste edifício, e aí vejo os pólos de tensão com os quais gosto de trabalhar. Vou dar-vos exemplo daquela piscina termal que fizemos. Acharmos muito importante criar um certo “vaguear livre”, não conduzir, mas seduzir. Por exemplo, um corredor de hospital: condução. Mas também existe a sedução, o deixar andar, vaguear, e isto nós arquitetos conseguimos fazer (ZUMTHOR, 2009, p. 45).

A indução do percurso pode se dar pelo estreitamento do caminho em largura ou verticalização em altura do espaço, pela curiosidade do encontro com alguma surpresa: janela, pátio, forma, luz, cor. O planejamento da dinâmica do percurso se dá pela manipulação do tempo vivenciado, do equilíbrio entre os pólos de tensão, dando aos espaços uma cadência de tempo de permanência, que, em conjunto, gera as sensações condizentes com o uso. Em espaços com qualidades atmosféricas, esta dinâmica é também elemento de construção de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vocabulário espacial para concretização de atmosferas é múltiplo, mas, na raiz das estratégias explicitadas, está o entendimento da arquitetura como linguagem espacial e temporal que comunica satisfatoriamente uma mensagem previamente planejada aos usuários, proporcionando adequabilidade ao uso, significado e emoção ao espaço vivenciado. Adequabilidade ao uso habitacional é quase oposta à adequabilidade a usos recreativos e de trabalho, enquanto na atmosfera “caseira” precisamos de espaços que nos predisponham ao estado emocional de descanso, tantos outros usos nos demandam estados emocionais de concentração ou de descontração e entretenimento. Em geral, distribuímos usos diferentes em espaços distintos, mesmo dentro das nossas próprias casas, isso porque cada tipo de atividade requer uma atmosfera, um estado mental. Hermann Schmitz, no livro “A cidade como espaço habitacional”⁴ vincula o sentir-se em casa a possibilidades específicas de movimento, de direções reversíveis, isto é, movimentar-se pelos cômodos, locais de execução de tarefas (da cozinha à sala). Na rua, a movimentação é dada por direções irreversíveis, ou seja, na cidade adotamos um percurso (de casa ao trabalho) para cumprir um objetivo, não uma tarefa. A rua existe como rua somente para quem a utiliza em uma direção irreversível, a quem ela leva não a um local de execução de tarefas, mas para algum objetivo, diante do qual, em si, a rua é indiferente; assim, não é possível sentirmos, em casa, estando na rua. Quando essas alterações espaciais e de dinâmica de movimentação não são possíveis, como no caso atual em que estamos obrigados a limitar nossos deslocamentos e contato social, tendemos a criar rotinas que substituam as transições mentais que ocorrem quando mudamos de espaços e comportamento espacial. Passar um café antes de começar a trabalhar, exercitar-nos no fim do dia marcando o início do período de descanso ou, até mesmo, abrir as cortinas e as janelas, mudando a sensação do ar antes de uma atividade.

Dentre os geradores de atmosferas explicitados, as estratégias de inflexão do tempo no espaço são as que menos correspondem aos espaços de habitação. Nas residências em geral, não há variação de tempo no espaço vivenciado, não há área suficiente para estratégias de condução e sedução e, mesmo se houvesse, a permanência prolongada apaga as surpresas. É provavelmente dessa necessidade de variação temporal o porquê nos encontramos ansiando por mobilidade. A crise espacial é também uma crise temporal que explicitou que a rotina virtual e o tempo acelerado que ela produz não são suficientes para apagar a relevância do tempo físico e espacial. É nos espaços e nas arquiteturas que acontecem a vida, e enquanto o ser humano habitar um corpo serão necessários espaços qualificados (CACCIARI, 2010).

4 Tradução livre do título original “Die Stadt als Wohnraum”.

REFERÊNCIAS

- BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Tradução Aloísio L. Schmid. Curitiba: EDUFPR, 2008.
- BÖHME, G. Atmosphere as the Fundamental Concept of a New Aesthetics. **Thesis Eleven**, n. 36, p. 113-126, 1993.
- BÖHME, G. **Atmospheric Architectures** – The Aesthetics of Felt Spaces. Edited and translated by A.-chr. London: Engels-Schwarzpaul, 2017.
- CACCIARI, M. **A cidade**. Tradução Jose Serra. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
- GRIFFERO, T. Architectural affordances: the atmospheric authority of spaces. In Philip Tidwell (a cura di), **Architecture and atmosphere**, p. 15-47, 2014.
- HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan fogel, marcia sá Cavalcante schuback – 8 ed. Petropolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.
- KREBS, A. Stimmung: From Mood to Atmosphere. **Philosophia**, v. 45, n. 4, pp 1419-1436, 2017.
- LEVINAS, E. **Totalidade e Infinito**. Tradução de José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.
- PALLASMAA, J. **The Eyes of the Skin: Architecture and the Senses**. London: Academy Editions, 2007.
- PALLASMAA, J. Empathic Imagination: Formal and Experiential Projection. Empathic Space: The Computation of Human. **Centric Architecture**, v. 84, n. 5. Editores Christian Derix e Åsmund Izaki, p. 80-85, 2014.
- SCHMITZ, H. **Die Stadt als Wohnraum**. Organização Jürgen Hassen. Freiburg: Karl Alber, 2014.
- ZUMTHOR, P. **Atmosferas**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

Construir, tecer e celebrar: a igreja do Espírito Santo do Cerrado, de Lina Bo Bardi

Build, weave and celebrate: the church of Espírito Santo do Cerrado, by Lina Bo Bardi

Construye, teje y celebra: la iglesia de Espírito Santo do Cerrado, de Lina Bo Bardi

*Laíde Inês Sonda, Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: sondalaide@gmail.com*

*Maria Isabel Villac, Doutora em Teoria e História da Arquitetura. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mackenzie).
E-mail: mariaisabel.villac@mackenzie.br*

Resumo

As igrejas modernas que foram construídas Pós-Concílio Ecumênico Vaticano II, (1962-1965) tiveram que se adequar à liturgia renovada. A maior mudança ocorrida não se situa no aspecto estético ou na forma arquitetônica, mas tem a ver com a maneira de dispor a comunidade cristã no espaço e a sua relação com os assim chamados polos de celebração. A disposição dos polos e da comunidade dá-se em vista da liturgia participada e não meramente assistida. A bipartição do espaço entre nave e presbitério é questionada no sentido de atribuir ao clero um espaço que não é exclusivo, mas diz respeito à comunidade que participa inclusive por meio dos ministérios que desenvolve na celebração. O projeto da igreja do Espírito Santo do Cerrado da arquiteta Lina Bo Bardi possui elementos importantes seja do ponto de vista comunitário como também do ponto de vista do resgate simbólico. A forma circular dos espaços quebra a hierarquia e estabelece um princípio salutar na

promoção da vida da comunidade que depois se reflete na maneira de expressar a própria fé e celebrá-la.

Palavras-chave: Concílio Ecumênico; Comunidade; Liturgia; Participação; Polos de celebração.

Abstract

The modern churches, those built after the Second Vatican Ecumenical Council (1962-1965) had to adapt to the renewed liturgy. The biggest change that has occurred is not in the aesthetic aspect or in the architectural form, but has to do with the way the Christian community is placed in space and its relationship with the so-called celebration poles. The poles and the community are disposed of in view of the participated and not merely assisted liturgy. The bipartition of the space between the nave and the presbytery is questioned in the sense of attributing to the clergy a space that is not exclusive but concerns the community that participates even through the ministries developed in the celebration. The project of the Espírito Santo do Cerrado Church, by Lina Bo Bardi, has important elements both from the community point of view as well as from the point of view of symbolic rescue. The circular shape of the spaces breaks the hierarchy and establishes a healthy principle in promoting the life of the community that is later reflected in the way of expressing one's own faith and celebrate it.

Keywords: Ecumenical council; Community; Liturgy; Participation; Celebration pole.

Resumen

Las iglesias modernas, construidas después del Concilio Ecuménico Vaticano II (1962-1965) tuvieron que adaptarse a la liturgia renovada. El mayor cambio que ha ocurrido no está en el aspecto estético o en la forma arquitectónica, sino que tiene que ver con la forma en que la comunidad cristiana se coloca en el espacio y su relación con los llamados polos de celebración. La disposición de los polos y la comunidad ocurre en vista de la liturgia participada y no solo asistida. La bipartición del espacio entre la nave y el presbiterio se cuestiona en el sentido de atribuir al clero un espacio que no es exclusivo sino que concierne a la comunidad que participa incluso a través de los ministerios que desarrolla en la celebración. Bo Bardi tiene elementos importantes tanto desde el punto de vista de la comunidad como desde el punto de vista del rescate simbólico. La forma circular de los espacios rompe la jerarquía y establece un principio saludable para promover la vida de la comunidad que luego se refleja en la forma de expresar la propia fe y celebrarlo.

Palabras clave: Consejo ecuménico; Comunidad; Liturgia; Participación; Polos de la celebración.

INTRODUÇÃO

O espaço da igreja que se propõe analisar, aqui, constitui uma categoria da arquitetura que comumente designamos de arquitetura sagrada, pela dimensão espiritual que ele possui, porém não é uma dimensão exclusiva das igrejas.

O sagrado do espaço cristão, desde os seus primórdios tem a ver com a comunidade, com a assembleia litúrgica. O sagrado do espaço cristão configura-se a partir de experiências subjetivas, porém vividas na comunidade. A comunhão, o estar juntos, constitui o dado primordial da assembleia cristã.

Nesse sentido, a pesquisa orienta-se para uma análise dos espaços-igreja como espaços que determinam não só a relação do indivíduo com o transcendente, mas da comunidade como lugar privilegiado da manifestação de Deus.

Paulo VI em 1965 dizia: “Se a Igreja é o lugar de uma divina presença, este lugar é a assembleia dos fiéis”. Transfere-se uma suposta sacralidade transcendente para uma sacralidade que advém da reunião, do fato das pessoas estarem juntas. O sagrado passa a ter sentido a partir não tanto do lugar, mas do encontro entre os irmãos nos templos onde habita Deus.

A assembleia é entendida como a verdadeira *ecclesiae* e não o templo. O edifício é construído pelas pedras vivas e a partir dessa perspectiva é que a leitura do espaço-igreja contempla, em primeiro lugar, a assembleia reunida convocada para celebrar juntos os mistérios da fé.

Assembleia e rito andam juntos. Não há como pensar o espaço de celebração, o edifício igreja, se não a partir da liturgia. Por sua vez, o espaço ou lugar da celebração só pode ser pensado, organizado, analisado a partir da assembleia concreta, expressão da Igreja. Não são atribuições arquitetônicas como sublime, esplendido, silencioso, meditativo ou contemplativo que garantem à igreja a adequação litúrgica e a verdadeira experiência de Deus, que se dá especialmente por meio da ação ritual. Não se eliminam as experiências individuais e subjetivas, mas elas estão subordinadas à experiência do coletivo, do celebrar com e na comunidade.

A reforma promovida pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) resgatou a dimensão comunitária de todas as celebrações sacramentais e a participação de toda a assembleia como um direito. A liturgia participada constitui a principal fonte na qual os cristãos alimentam e expressam a sua fé.

No processo histórico, as mudanças que ocorreram nas igrejas decorrem dos avanços técnicos, da cultura, mas também da concepção de Igreja, da teologia subjacente e da maneira como as assembleias celebravam. Independentemente das mudanças ocorridas, os edifícios sempre foram espaços para a comunidade cristã, – em relação às comunidades cristãs católicas, especificamente –, mas nem sempre a liturgia foi a celebração da comunidade. Durante alguns séculos, a liturgia tornou-se exclusividade do clero que oficiava ritos, em latim, incompreensíveis para a maioria dos que iam ‘assistir’. O comunitário cedeu lugar ao individual e o litúrgico ao devocional de cunho mais intimista e subjetivo.

Até por volta do início do século XX, a Igreja institucional e os seus templos enalteciam a figura de um Deus onipresente na figura dos santos que habitavam os céus, para onde a comunidade dos cristãos voltava-se, numa prece subjetiva e mediada pela figura clerical. O que havia de mais próximo à comunidade eram as festas dos padroeiros com ritos, celebrações extralitúrgicas: procissões, novenas, tríduos e momentos lúdicos e comunitários.

As igrejas povoadas por imagens ofuscavam ou relegavam, ao segundo plano, os polos celebrativos: altar, ambão, cadeira da presidência e fonte batismal. Esses polos são considerados pela reforma litúrgica lugares genéticos do espaço-igreja. O Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) buscou devolver a cada um desses polos a originalidade decorrente de sua função ritual e do simbolismo que o rito reformado lhe confere.

A análise da igreja do Espírito Santo do Cerrado, neste artigo, segue a perspectiva da comunidade participante e do espaço como lugar-ritual que demanda os polos nos quais se realizam as ações rituais e, a partir dos quais a comunidade faz a experiência de Deus.

O ENCANTO, A SIMPLICIDADE NA IGREJA DO CERRADO

Há um gosto de vitória e encanto na condição de ser simples. Lina Bo Bardi (1914-1992).

A Igreja do Espírito Santo do Cerrado situa-se na cidade de Uberlândia, no bairro Jaraguá. Na época do projeto (1976-1982), a cidade crescia rapidamente. O crescimento não foi acompanhado pelo poder público com ações e obras que contemplassem os bairros da periferia, como acontecia e acontece na maioria das cidades do nosso país. A Igreja imbuída pelo ideal da opção preferencial pelos mais pobres, opção assumida pelo episcopado Latino-Americano, empenhava-se em prover para as periferias espaços comunitários para as celebrações, para a formação, para desenvolver obras sociais e para o lazer, sobretudo dos jovens e das crianças.

A própria Lina relata:

Fui convidada pelo frei Egydio Parisi, franciscano do cerrado do Triângulo Mineiro, para fazer uma igreja na periferia de Uberlândia MG, entre um quartel militar e um bairro popular (FERRAZ, 2015, p. 4).

Trata-se de um conjunto de três volumes circulares, sendo que em cada um eles situa-se uma ou mais atividades.

A igreja está diretamente ligada ao centro Comunitário e consta de uma residência para três religiosas, um salão, um galpão para reuniões e festas e um campinho de futebol (FERRAZ, 2015, p. 4).

Os três volumes circulares, quatro se consideramos a torre, estão distribuídos em quatro platôs obtidos a partir do declive do terreno na direção sudeste (Figura 1). Na cota mais alta está a igreja com a torre, na intermediária a casa das religiosas – hoje casa paroquial e museu – na cota mais baixa, o salão e na inferior, o

campinho de futebol. Atualmente, o campinho foi ocupado por nova edificação que atende às demandas pastorais da comunidade e à ampliação das ações sociais por ela desenvolvidas.

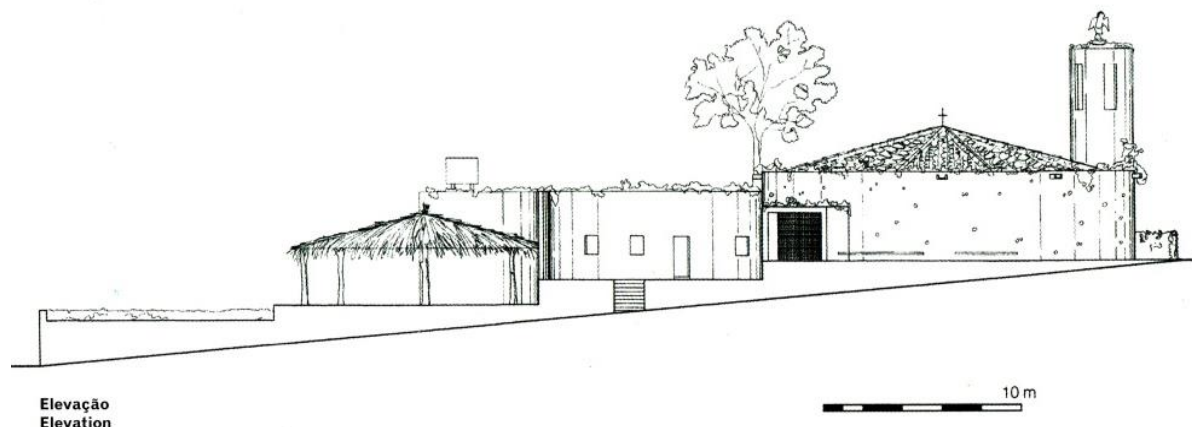


Figura 1: Elevação da igreja. Fonte: FERRAZ, 2015, p. 6.

O local apresentado à arquiteta, onde deveria ser construída a igreja, era uma periferia. Considerando o *genius loci*, a arquiteta apresentou para a comunidade um projeto singelo, inteiramente adaptado ao local, aos fiéis, à sensibilidade pastoral da Igreja pós-conciliar, que como dissemos, havia feito a opção pelos mais pobres e pelas periferias. Diz o documento de Medellín (CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO, 1977, p. 82-83): “a celebração litúrgica comporta e coroa um compromisso com a realidade humana, com o desenvolvimento e com a promoção”. Lina compartilhava esse ideal, embora não tivesse vínculos com a Igreja católica e fosse pouco afeita às práticas religiosas. Nutria um vínculo profundo com o social, o comunitário, o lugar e o manifesto nos seus inúmeros projetos.

Luz (2010, *online*) salienta:

Seus projetos tinham a capacidade de dinamizar com clareza e intensidade a potência máxima de seu sítio e torná-la manifesta, locus que para ela abrangia a geografia, a cultura material e as gentes – ativação completa do *genius loci* novamente tendo sentido e substância.

A posição e a condição social da arquiteta lhe permitiram elaborar o projeto gratuitamente. Dedicou-se a ele com generosidade sempre que solicitada, sobretudo soube contextualizá-lo de modo magistral, tornando-o um projeto que dialoga e se insere no contexto urbano sem provocar interrupções ou repetição de esquemas e modelos que colocam as igrejas como construções soberanas, altivas, de imediata identificação e, por vezes, como vitrines para promoção pessoal. Diz Oliveira (2014, p. 90), que Lina faz

uma experiência realizada em conjunto com a população, tendo em vista enfatizar a “possibilidade de uma produção habitacional ao alcance econômico do povo e realizada com a colaboração

ativa desse mesmo povo. [...] construir uma igreja como se constrói uma casa. Construir com o que se tem às mãos.

Envolver a comunidade é o que pode haver de mais autenticamente cristão, no sentido de valorização do outro, dar-lhe voz para que possa se sentir incluído na comunidade e efetivamente participante. Esse é o primeiro anúncio da fé, a união das pessoas na realização de algo que lhe diz respeito e que pode ser eloquente na medida em que esse ideal também é traduzido em práticas participativas.

A atitude de escuta é salientada por Edmar (*apud* FERRAZ, 2015, p. 16):

[...] A comunidade tinha voz e opinava a respeito da construção, desde o piso ao telhado. Essas reuniões eram muito ativas e animadas, pois grande parte do conselho era constituída por pedreiros, marceneiros e carapinas.

¹ Também as crianças eram ouvidas e faziam desenhos de como gostariam de ter a sua igreja.

Ouvindo as várias categorias de pessoas, até as crianças, a arquiteta recebe contribuições, promove o sentido de cidadania e responsabilidade. Esse processo pedagógico promove a vida cidadã e para a comunidade católica significa e constrói a comunhão.

Interessava a Lina, ao usuário e àqueles que iriam ocupar aqueles espaços. Lima (2009, *online*) observa a peculiaridade desse olhar da arquiteta:

Ela olhava o espaço não como os arquitetos geralmente definem, que é um espaço vazio cartesiano geométrico, mas como os antropólogos definem, que é o espaço vivido”, e diz ainda: “Iniciava um projeto com o que ela tinha, seus princípios, mas recebia do mundo e das situações, e esse diálogo criava-se na própria obra.

A escuta da população, as reuniões que a arquiteta teve com os freis e a comunidade definiram em última instância o programa, o partido, a técnica e os materiais. A arquiteta trilhou o caminho inverso do que normalmente acontece com espaços públicos onde se estabelece o programa, definem-se as exigências e o profissional apresenta sua proposta fechada, com detalhes e desenhos, às vezes, impecáveis. No projeto, o arquiteto pode, pela sua sensibilidade, captar a alma e a vivência da comunidade, mas quando ela é convocada a participar nas decisões, sugerir, opinar, aí ela prova também maior pertencimento e engajamento.

O ouvir a população local não empobreceu o projeto, mas devolveu à comunidade algo da sua experiência, do seu mundo, da simplicidade vivida e possível de ser celebrado. O programa, segundo as anotações da arquiteta, devia atender às várias atividades desenvolvidas na comunidade e contemplava: “aulas, festas, reuniões além do culto tradicional”. Esse não foi um programa recebido, mas gestado, captado a partir do diálogo e das necessidades reais da comunidade.

1 Carapina significa marceneiro, o que se ocupa na fabricação de peças de madeira, sobretudo, mobiliário. Foi um termo muito usado na época do Brasil colônia, mas atualmente está caindo em desuso.

Lina desenha diferentes opções e convoca a comunidade para opinar e escolher o projeto que devia ser realizado. Essa conduta revela respeito e, como afirma Baratto (2014, online):

Esse conjunto arquitetônico religioso [...] se tornaria para a comunidade do Bairro Jaraguá e para a Igreja, símbolo de trabalho comunitário e, para a arquiteta, a possibilidade de propor uma arquitetura condizente com a realidade social, econômica e cultural do povo que formava a periferia da progressista cidade.

O projeto não apela à monumentalidade ou ostenta uma arquitetura elitista, mas também não é pobre como observa Santos:

[...] por um lado, ele é simples, pobre mesmo em relação aos materiais e tecnologias utilizados: paredes de tijolos sem reboco assentados com barro, estrutura basicamente em madeira, piso de cimento com pequenos seixos rolados e mosaico português. Por outro, é rico na complexidade da composição espacial nos detalhes do projeto, na originalidade da estrutura remetendo a um conhecimento técnico uma sensibilidade em relação ao contexto e um grande domínio da história da arquitetura em geral, brasileira e mineira em particular (SANTOS, 1989, p. 56).

Lina mescla concreto e alvenaria vernacular sem nenhum constrangimento. “Não importa se a arquitetura é “moderna” ou não; o importante é que seja válida”. (BARDI, 1974 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 215). Importa-lhe a realidade social e as condições financeiras daquela gente, sua possível contribuição com saberes e técnicas que podem ser revisitadas, reaproveitadas, com as adequações que o tempo exige. Ela mesma afirma:

Para ser realizada, uma nova – aliás novíssima – arquitetura precisará do velho, tijolo-madeira-ferro-cimento-plástico. Ela acrescenta que é “em sentido figurado”, mas que “nada nasce do nada. O verdadeiro ajuste cultural certamente não será realizado – é impossível – por meio da *tábula rasa* das estruturas tradicionais de um momento para outro [...] (BARDI, 1974 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 216).

Até na tipologia de planta centrada (Figura 2) Lina encontra um lastro cultural na tradição das construções basilicais romanas dos primeiros séculos, por exemplo: Santa Constância, Santo Stefano Rotondo e muitas outras.

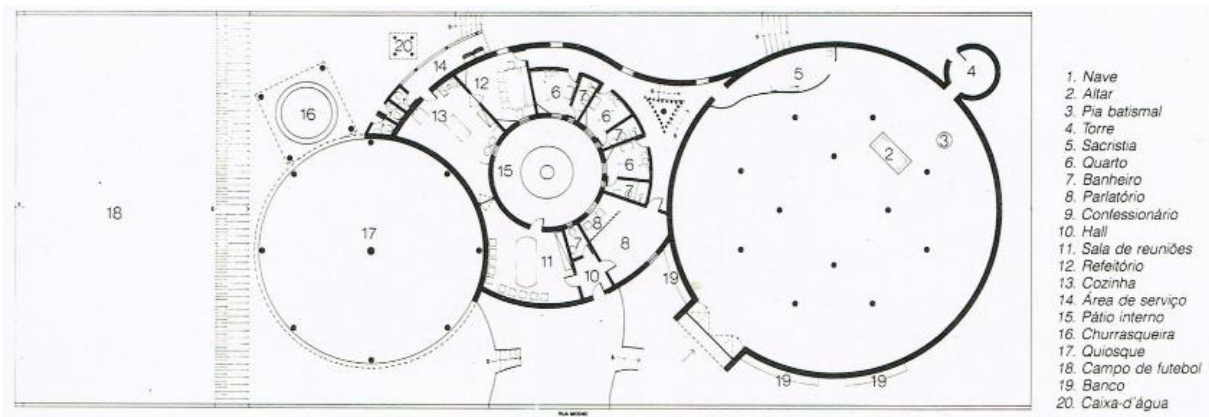


Figura 2: Planta baixa do conjunto arquitetônico. Fonte: Revista Projeto, p. 59.

Nas culturas indígena e afro, a forma redonda é usada também na implantação da aldeia, nos terreiros, nas danças de roda e podem tê-las influenciado na concepção espacial.

As tribos indígenas dos Bororos constroem as casas da aldeia numa circunferência e colocam-nas equidistantes umas das outras (Figura 3).



Figura 3: Distribuição das casas na aldeia dos índios Bororos. Fonte: Novaes, 1971 apud Oliveira, 1983.²

A espacialidade centrada favorece a interlocução, as relações, e ver-se e ser visto; um simples olhar abarca a totalidade. Simbolicamente, ele quebra a concepção hierárquica dos espaços longitudinais e transmite a noção de relações igualitárias, de comunhão, tão presentes nas comunidades dos primeiros séculos do cristianismo quando celebravam nas casas e os espaços atendiam à demanda do rito mais que a hierarquização das funções. O espaço acolhe, abraça e, aos poucos, pode contribuir para mudar as relações: "a concretização do espaço onde se desenvolve o comportamento humano, este espaço é também definidor deste

² Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 5 dez. 2019.

ou daquele comportamento [...]”. (FERRAZ, 2011, p. 52). Uma mudança não no sentido de imposição, mas de contribuição para solidificar valores preexistentes, sobretudo nas comunidades simples e periféricas.

O espaço de comunhão, gestado com a participação dos membros da comunidade tem posteriores reflexos na gestão e na manutenção; torna-se compromisso de todos, não somente das instituições, gera envolvimento e pertença àquele lugar como à própria casa.

Para o Concílio Ecumênico era muito claro que o edifício igreja e a comunidade eram resultados de processos nos quais deveriam-se atender sobretudo às pessoas, como diz Gabetti (2000, p. 45):

Già al primo apparire dei documenti conciliari si era fatto strada il convincimento che occorre, prima di tutto, costruire una comunità vivente e che il tema della costruzione di una nuova chiesa dovesse essere rinviato “a dopo”, a momenti protratti nel tempo.³

O projeto

A arquiteta propôs vários desenhos e a comunidade escolheu o projeto de planta circular. Há nele uma aparente simplicidade que a execução desmente. As paredes circulares demandam sempre um cuidado maior na execução, maior precisão e habilidade do que podem demandar paredes ortogonais lineares. Não estaria, então, essa proposta em contradição com a real situação da comunidade, sem recursos financeiros e tecnológicos? A arquiteta atenta e presente no canteiro de obra orienta obter o máximo do que cada uma pode oferecer. Busca aptidões e saberes ancestrais e hodiernos para imprimir poéticas presentes na cultura, presentes na tradição arquitetônica, como salienta Ferraz (*apud* SILVA; TEIXEIRA, 2014, *online*):

[...] a gente lê nesse projeto dela, uma forte ligação com a arquitetura que ela admirava muito, que é a arquitetura medieval, uma arquitetura romana, românica, mas de configuração mais até medieval [...] é uma época da história das artes e da arquitetura que ela curti muito, ela achava até que era mais interessante do que o Renascimento, porque ainda era uma coisa muito livre das questões formais, da estética construída, a estética ocidental. E ela dizia que ainda na Idade Média, o que guiava a arquitetura, era, até muito mais, a técnica, as formas eram geradas muito mais pelas soluções técnicas e tudo mais, do que por essa formalização ou conceituação estética que veio com o Renascimento. Então aquela igreja, ela tem claramente essa raiz profunda da Lina, da Lina romana, associada com essa questão popular, com essa questão de ser ‘pra’ gente, ‘pra’ uso, ‘pra’ todo tipo de gente, ‘pra’ (sic) religioso, para não religioso.

O fato de referir-se ao Românico como um período importante do ponto de vista da técnica não exclui pensar que Lina também o tivesse como referência por ser um período no qual as comunidades participavam ativamente da construção. E,

3 Desde o primeiro aparecimento dos documentos conciliares tinha-se a convicção de que era necessário, antes de tudo, construir uma comunidade viva e que o tema da construção de uma nova igreja deveria ser adiado “para mais tarde”, para momentos posteriores. (GABETTI, 2000, p. 45, tradução nossa).

os membros que possuíam alguma habilidade colocavam-na a serviço, como enfatiza Argan (2002, p. 136):

Un edificio romanico è l'opera di una maestranza organizzata, in cui ciascuno, dal maestro che dirige al più modesto operaio, ha compiti adeguati alla propria specialità tecnica; anche gli scultori fanno parte del cantiere e talvolta lo dirigono.

E a arquiteta observa que “[...] *a estrutura individualista do Capitalismo era antagônica à estrutura coletivista das Corporações*” (BARDI, 1994, p. 10) e no processo construtivo coletivo tem-se não o domínio da técnica, mas a supremacia do homem.

Nada deveria ser imposto e muito menos deveriam ser utilizadas técnicas do passado sem o necessário e atento aprimoramento. Ela mesma declara estar a favor da técnica,

“[...] na qual o homem racionalmente responsável pelas grandes conquistas tecnológicas, cujos processos já vemos em ato seja “dono” e não súcubo de acontecimentos julgados inelutáveis fatalistamente suportados e registrados” (BARDI, 1967 *apud* XAVIER, 1987, p. 271).

Lina vislumbrava um sentido social transformador para a arquitetura. Ideal este que ela viveu, não em virtude de sua crença religiosa, mas da crença na humanidade, no sentido do avanço tecnológico-industrial, como proposta de “recuperação do sentido social”.

A recuperação do sentido de responsabilidade social é o primeiro passo para se chegar a uma visão clara que permita conservar os princípios da arquitetura moderna, [...]. Claro que o arquiteto tem que atuar, mas a partir da base e não da cúpula (BARDI, 1967, *apud* XAVIER, 1987, p. 259).

No mesmo sentido Vainer observa que:

[...] Lina representa um tipo de arquitetura que tem um respaldo com a realidade muito grande, o que é raro hoje. Ela sempre trabalhava a partir de ideias que não eram de arquitetura, mas de relacionamento humano, de sociedade, de justiça entre os homens e de comportamento (VAINER *apud* FERRAZ, 2014, *online*).

Lina amava estar no canteiro e lá tudo podia ser verificado, discutido e, se necessário, até mudado ou revisado. Reuniões, croquis, detalhes, maquetes, fizeram-na mestra, interlocutora, capaz de sistematizar saberes e oferecer por meio de quantos desenhos fossem necessários o correto entendimento para a execução, como enfatiza Bardi:

Non fu proprio un progetto preparato in studio e poi spedito in cantiere per la realizzazione [...] la nostra non è una esperienza di “folclore d'élite” ma un test di fattibilità, che há come horizonte la possibilità di costruire alloggi nell'ambito delle

possibilità finanziarie delle persone e con la loro partecipazione attiva ⁴ (BARDI, 1994 *apud* POCOSSO, 2017, p. 90).

Segundo Ferraz (2011, p. 51), Lina é avessa a dogmas fechados da arquitetura moderna e prefere conectar-se à poética presente na arquitetura de Lúcio Costa. O vernacular possui poesia e extrapola modismos. Essa sua postura foi reconhecida e levada a público pelo próprio IEPHA que ao propor o tombamento da Igreja do Espírito Santo enfatiza:

A simplicidade presente nesta construção não foi fruto apenas dos poucos recursos financeiros empregados na obra. Acima de tudo, estavam presentes traços de seu engajamento político ideológico e arquitetônico, e que envolvia o trabalho com a comunidade local, o resgate de aspectos da genuína cultura popular, da compreensão e valorização de nosso enorme “caldeirão” cultural. Todos esses fatores fizeram com que a Igreja do Espírito Santo do Cerrado resultasse em uma obra singular (IEPHA/MG, 1997, p. 11).

Esse mesmo ideal movia uma geração de arquitetos e, sobretudo Artigas, que os representa ao afirmar que: “queria afastar o bom do inútil para interpretar os anseios populares” (XAVIER, 1987, p. 143).

A poesia do barro

Na análise do espaço da igreja, pode-se defini-la como um volume forte, de linhas puras, valorizado pela presença da torre.

O volume maciço, de tijolos aparentes traz à memória a matéria, o humano, a sua fatura e origem: *és pó!* Há no material a ancestralidade e a precariedade, a beleza e a simplicidade. A matéria aparentemente pobre manifesta a participação e o labor do homem ao dar forma aos tijolos, cozê-los e assentá-los. Os tijolos são a condensação de todos os elementos da natureza: terra, água, fogo e ar.

A opção pelo material natural faz lembrar inúmeros projetos de igrejas como as de Ravena, as basílicas mais antigas de Roma e outras igrejas modernas, cujos resultados obtidos são da mais pura poesia ⁵.

Mantendo os tijolos à vista, há o resgate da maneira cabocla de construir e ao mesmo tempo faz-se referência a um período da história da arte que ela apreciava, como já observamos anteriormente, e considerava como um fazer coletivo e artesanal, suplantado.

4 Não era realmente um projeto preparado em escritório e enviado ao canteiro de obras para a realização [...] a nossa não é uma experiência de “folclore de elite”, mas um teste de viabilidade, que tem como horizonte a possibilidade de construção de moradias de acordo com as possibilidades financeiras das pessoas e sua participação ativa (BARDI, 1994 *apud* POCOSSO, 2017, p. 90, tradução nossa).

5 Referimo-nos, sobretudo, às Igrejas de Dieste: Cristo Trabalhador em Atlántida, Igreja São Pedro em Durazno. De Louis Khan a Unitarian Church. De Justus Dahiden, A igreja São José em Monza, Itália, e a Igreja da Sagrada Face, em Varese, Itália. De Botta vale lembrar a Catedral de Evri, que também utiliza a planta circular e a Igreja de Pordenone, a da Sagrada Face, em Turim, Igreja de Maria Imaculada de Mogno. De Afonso Risi não só a capela, mas o conjunto dos Claretianos de Batatais. De Nicolás Campodonico, a capela de São Bernardo em Córdoba na Argentina.

A estrutura do telhado é de troncos de madeira não lavrados. Para vencer o vão com estrutura de menos seção, Lina trabalha a estrutura com apoios intermediários. O custo e execução são facilitados.

Lina designa os pilares de apoio e as vigas que formam o hexágono da cobertura como estrutura primária. As dimensões são especificadas e contém a observação de “verificar com o calculista”. Desenhando a estrutura, ela usa cores diferenciadas para facilitar a compreensão e a execução (Figura 4).

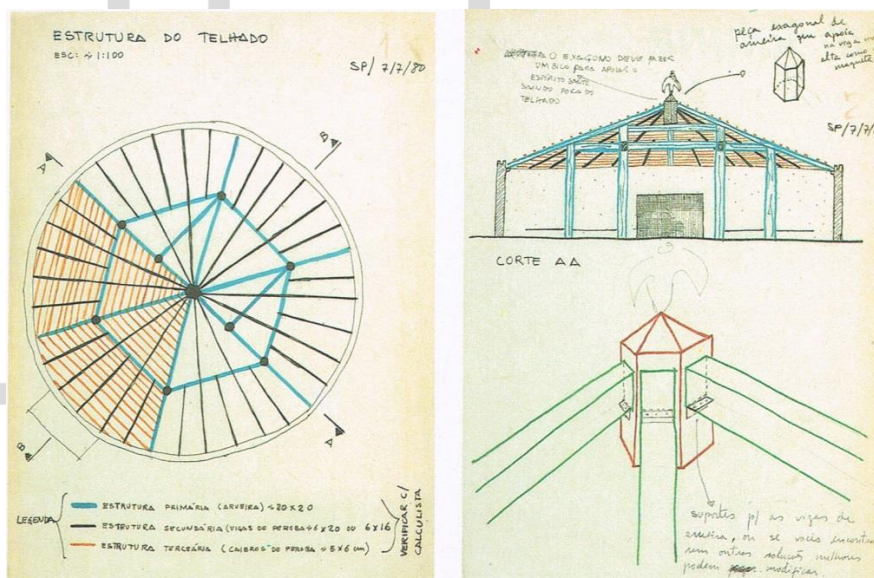


Figura 4: Desenho explicativo de Lina Bo Bardi para a estrutura do telhado. Fonte: Revista Projeto, p. 59.

A peça que enfeixa as vigas da cumeeira também possui a forma hexagonal e nela apoiam-se também as vigas auxiliares que unem os pilares da secção transversal. A peculiaridade da peça está no seu alongamento, fazendo-a sobressair ao telhado para colocar no cimo o símbolo do Espírito Santo. É um acabamento que remete aos mastros das celebrações populares, nos quais se reverenciam as figuras dos/as padroeiros/as.

A estrutura de cobertura apoia-se na viga calha que percorre o perímetro da igreja. As águas pluviais, recolhidas pela viga calha, são escoadas através de gárgulas, elementos simples e eficientes que evitam entupimentos. A água arremessada é recolhida no nível do solo em valas protegidas por grelhas metálicas.

As telhas da cobertura também são de barro e completam a imagem singela dos tijolos. O desempenho térmico das telhas evita que o excesso de calor penetre na edificação. A ventilação permanente do ambiente e a exaustão do ar quente são

obtidas através da porta treliçada, tipo muxarabi e pelo vão existente entre a viga calha e a estrutura de cobertura.⁶

A ausência de outras aberturas nas paredes, previstas em projeto, mas não executadas, contribui para o destaque do único anel luminoso obtido entre a cobertura e as paredes. Essa luz que percorre o perímetro descola visualmente a cobertura da alvenaria, imprimindo-lhe maior leveza e simbolicamente torna-se a calota que cobre o microcosmo, o espaço da vida.



Figura 5: Vista interna da igreja. Vão de luz sobre o altar. Fonte: Vitruvius⁷.

A maior concentração de luz se dá na área onde se situa o altar (Figura 5) obtida pela abertura na cobertura. Essa abertura é uma releitura dos cibórios (baldaquinos) presentes sobre os altares das basílicas. Somado à questão iconográfica mais específica o cibório é tido como o elemento do espaço que qualifica e marca o lugar santo onde se encontra o principal símbolo de Cristo, o altar. O Espírito como luz que se derrama do alto é um tema recorrente na arquitetura das igrejas católicas; recentemente foi usado na Igreja Cristo Esperança do Mundo (2002), na Áustria⁸.

⁶ Tais aberturas parecem não ser suficientes; foram instalados ventiladores nas paredes. Esse recurso sempre acaba poluindo visualmente. Quando há pilares sobressalientes a tendência é colocar tudo no pilar ou perto dele descaracterizando-o da sua função primordial e tornando-o suporte de ventiladores, caixas de som, via-sacra, ou outros ícones.

⁷ Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/media/images/magazines/grid_9/2e0c4f5e1e4e_edmar02.jpg. Acesso em: 9 dez. 2019.

⁸ A igreja Cristo Esperança do Mundo foi projetada em 2001 pelo arquiteto Heinz Tesar.

O espaço da igreja atende à liturgia e oferece por meio da forma circular a imagem da comunidade reunida, *"ecclesiae de comunhão"*. É um espaço que não possui acréscimos, nem mesmo a sacristia encontra-se acoplada à igreja. Há uma setorização na qual é possível individualizar a triplíce função da Igreja, como salienta Borobio (1990, p. 259):

[...] su triple misión diacónica (= diakonia) que abarca el "Ministerio de la Palabra" (= Kerigma= anuncio de la Buena Nueva por la predicación, la evangelización, la catequesis y la enseñanza); a través del "Ministerio del Culto" (leiturgia= celebración de la eucaristia, de los sacramentos, del oficio de alabanza y oración); y a través del "Ministerio de la Caridad" (=Koinonia= amor y servicio al prójimo, por la caridade y la justicia, la atención a los necesitados, y especialmente a los mas pobres)⁹

Para cada um dos ministérios, palavra, liturgia e caridade, Lina determina uma área do projeto. O ministério de Culto (leiturgia) tem o seu lugar na igreja, da palavra como anúncio e formação (kerigma) há o salão ou espaço coberto e para a caridade (koinonia), o espaço da residência e as salas projetadas posteriormente. Na interpenetração dos volumes, sublinha-se a estreita relação que há entre as diferentes modalidades de diakonia que se completam e sem as quais a prática cristã fica limitada e deficitária.

No espaço de celebração há uma clareza das prioridades ou dos polos a partir dos quais se desenvolve o rito da celebração eucarística: altar, ambão, cadeira da presidência e falta a fonte batismal. Permite-se pensar que a falta da fonte se deve à situação jurídica da comunidade, na época da construção¹⁰.

A disposição da assembleia no espaço está direcionada para o altar que, por sua vez, não ocupa o centro geométrico da circunferência, mas está deslocado e posto em evidência pela abertura triangular presente na cobertura, que intensifica a luz na sua direção (Figura 5). Nesse sentido, o símbolo da luz, evocando o Espírito sobre o lugar santo, conjuga-se ao gesto da epiclese que na liturgia é o centro da celebração. Pela ação do Espírito acontece a transformação do pão e do vinho e invoca-se que esse mesmo Espírito transforme a comunidade e ela se torne "um só corpo". A comunhão que acontece na recepção do pão e do vinho estabelece com os irmãos que comungam do mesmo pão uma unidade.

Além da dimensão simbólica Cricônia (2017) vislumbra uma aproximação de Lina ao teatral pela maneira como ela trata a luz, como insere a referência ao cibório e, sobretudo, no uso do drapeado que pende da estrutura, marcando ainda mais a centralidade do lugar da ação litúrgica (Figura 5). Porém, essa constatação

9 [...] sua tríplice missão diaconal (= diaconia) abrangendo o "Ministério da Palavra" (= Kerigma = proclamação da Boa Nova pela pregação, evangelização, catequese e ensino); através do "Ministério da Adoração" (leiturgia = celebração da Eucaristia, dos sacramentos, do ofício de louvor e oração); e através do "Ministério da Caridade" (= Koinonia = amor e serviço aos outros, por caridade e justiça, cuidar dos necessitados e, especialmente, dos mais pobres) (BOROBIO, 1990, p. 259, tradução nossa).

10 A Igreja do Espírito Santo do Cerrado não nasceu como paróquia, mas como comunidade, sufragânea à uma paróquia. Os batizados nem sempre são autorizados e celebrados nas comunidades que não constituem uma comunidade paroquial. Somente as paróquias, as catedrais, possuíam fonte batismal. Hoje é consensual que se tenha fonte batismal também nas comunidades para que eventualmente se possa celebrar o batismo. A fonte é um símbolo forte da pertença dos cristãos à comunidade dos que seguem Jesus. No espaço sempre deveria haver uma fonte ou a menção à água batismal mesmo que não ocorram batizados.

desautoriza-nos a pensar a celebração como teatro. O Concílio justamente veio corrigir e abolir tudo o que podia de algum modo remeter ao teatral no contexto litúrgico. A celebração é memorial, evento que ao ser celebrado repete e atualiza o mistério da Páscoa de Cristo na vida de cada um dos participantes.

O recurso das tapeçarias pendentes do pórtico da cobertura além de reforçar e marcar o lugar celebrativo, filtra a luz e cria atmosferas específicas para cada tempo litúrgico com suas cores: branca, amarela ou dourada, verde, roxa, rósea e vermelha. Esse recurso também foi utilizado na capela da Abadia de Tepeyac (1968), projetada pelo monge arquiteto Gabriel Chavez de la Mora.

Para a confecção dos tecidos, Lina envolveu as tecelãs do lugar que confeccionam as peças nas cores litúrgicas.

A arte da tecelagem exige uma habilidade específica de preparo da trama para a urdidura. O trabalho é lento e cuidadoso e se completa quando a trama é preenchida pelas passadas da lança. Pontos e passadas compõem o resultado final, o tecido. A mesma habilidade do tecer é requerida na composição da comunidade que se faz e se completa à medida que cada um colabora e se dispõe a formar o “corpo eclesial”.



Figura 6: Vista do altar. Fonte: Ferraz, 2015, p. 35.

Percebe-se, seja através da luz seja através dos tecidos, que houve a intenção clara de colocar em evidência a centralidade dos polos de celebração. Essa centralidade constituiu no Pós-Concílio uma das dificuldades maiores, pois se resgataram os elementos essenciais, mas nem sempre os mesmos foram colocados em relação à assembleia. Manteve-se um suposto espaço privilegiado, deslocado e com a

mesma denominação anterior ao Concílio; presbitério. No caso específico da igreja do Espírito Santo, a luz e a meia parede construída atrás do altar possuem a mesma finalidade: centralizar o altar e os demais elementos (Figura 6). A meia parede, ainda que de forma muito velada, insinua a velha prática do retábulo onde imagens e sacrário ofuscavam o sentido da mesa. Estudiosos do espaço de celebração da Igreja Católica como Bouyer, Debuyst e Gabetti são unânimes em afirmar que ainda não foi resolvido de fato o arranjo espacial interno das igrejas dado que:

Dopo aver deciso di volgere l'altare verso il popolo, rimane aperto il problema della sua collocazione rispetto ai fedeli, della sua disposizioni rispetto all'ambone e anche rispetto agli altri arredi liturgici, della sua forma, della sua dimensione. E non si deve soltanto consolidare il concetto del termine "di fronte al popolo", e cioè che altare e fedeli debbano essere disposti l'uno di fronte a fronte rispetto agli altri. Il termine deve significare un atteggiamento coinvolgente e colloquiale fra tutti i partecipanti. Se si dovessero applicare mezzi informatici per definire la disposizioni dell'altare, si verrebbe a definire uno spazio -circolare o ovale- attorno all'altare, e poi ancora uno spazio -circolare o ovale - che comprende al suo interno fedeli disposti attorno all'ambone. Il rapporto reciproco tra le due forme è già difficile da precisare: " La Parola, come l'Eucaristia dovrebbero celebrarsi ormai "parmi nous": tra di noi piuttosto che in faccia a noi ¹¹ (GABETTI, 2000, p. 74).

No discurso de Gabetti já está posta a questão que nem Lina, nem outros tantos arquitetos conseguiram realizar no sentido de tornar a celebração como ele diz; *"parmi nous" e não diante de nós.*

Lina preocupou-se também com o espaço da palavra e desenhou uma estante que modificou ou foi executada de outra forma. Embora, tenha havido o esforço de recuperar esse lugar privilegiado, ele está submisso ao altar e não possui lugar eminente e próprio como os ambões das basílicas. Não é clara a dinâmica interna da ritualidade que se manifesta na articulação entre as duas mesas da palavra e da eucaristia. Esses lugares objetivamente não estavam juntos sobre uma única plataforma, mas respeitavam o rito no seu processo de proclamação e escuta da palavra para depois oferecer e partilhar os dons do pão e do vinho eucaristizados (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 2004, p. 363).

11 Depois de ter decidido virar o altar para o povo, permanece em aberto o problema de sua colocação em relação aos fiéis, de sua disposição em relação ao ambão e também em relação aos outros móveis litúrgicos, da sua forma e da sua dimensão. E não devemos apenas consolidar o conceito do termo "diante do povo", isto é, que altar e fiéis devem ser colocados um de frente para o outro. O termo deve significar uma atitude envolvente e conversacional entre todos os participantes. Se aplicássemos meios computadorizados para definir as provisões do altar, definiríamos um espaço - circular ou oval - ao redor do altar e, novamente, um espaço - circular ou oval - que inclui fiéis dispostos em torno do ambão. A relação recíproca entre as duas formas já é difícil de especificar: "A Palavra, como a Eucaristia, deve ser celebrada" antes de tudo: entre nós e não à nossa frente (GABETTI, 2000, p. 74, tradução nossa).



Figura 7: Ambão? Fonte: Ferraz, 2015, p. 35.

O ambão não é uma estante, mas um lugar e como lugar ele supõe um tratamento específico. Na maioria das igrejas, o ambão é ainda um elemento fraco, pouco consistente (Figura 7). Quando situado muito próximo ao altar inviabiliza a procissão com o Evangelário que estando sobre a mesa é conduzido até o ambão ao som do canto pascal do Aleluia.

Simbolicamente, o espaço da proclamação é o jardim do encontro com o Ressuscitado, o oposto ao jardim do Gênesis onde a proposta de vida foi suplantada pelo pecado e pela morte.

Gabetti (2000, p. 140) diz:

[...] L'ambone è un elemento rituale di primaria importanza nella celebrazione del culto cristiano. È un luogo elevato dal quale la Parola di Dio, a partire del libro delle sante Scritture, viene annunciata al popolo reunito. Il Concilio Vaticano II, riaffermando il ruolo essenziale della Parola di Dio nella liturgia, há ridato valore alla Scrittura. Però, raramente sono stati realizzati nei nostri luoghi di culto, veri amboni: in genere ci si è accontentati di legggi più o meno elaborati.¹²

12 O ambão é um elemento ritual de importância primordial na celebração do culto cristão. É um lugar elevado a partir do qual a Palavra de Deus, a partir do livro das Sagradas Escrituras, é anunciada ao povo reunido. O Concílio Vaticano II, reafirmando o papel essencial da Palavra de Deus na liturgia, restituiu o valor às Escrituras. No entanto, raramente foram realizados nos nossos lugares de culto verdadeiros ambões; em geral se fica satisfeito com estantes mais ou menos elaboradas (GABETTI, 2000, p. 14).

Na Igreja de São Bonifácio de Hans Broos, como nas demais igrejas projetadas por ele, o ambão tem presença, é lugar mais estruturado. É uma pena que na igreja de S. Bonifácio tenha sido demolido para colocar em seu lugar uma simples estante!

Como já mencionado, dentre os polos eminentes na igreja do Espírito Santo falta a fonte batismal. A necessidade de haver ao menos a memória do espaço batismal é de suma importância. É na fonte batismal que os membros recebem o dom do Espírito e tornam-se membros da comunidade cristã, na qual são inseridos e da qual farão parte como corpo.

Além dos batismos ocorre a utilização da água da fonte – possivelmente água corrente – nas celebrações penitenciais, nas bênçãos e na persignação cristã que os fiéis fazem ao entrar na igreja.

Nada impediria que o lugar do batismo estivesse no pátio interno da casa onde já há uma fonte. A liturgia não é um rito engessado que deve se dar no mesmo lugar. As procissões previstas em cada parte da liturgia conduziam os fiéis para perto dos diferentes polos celebrativos; do átrio para o ambão, situado mais no centro das basílicas e do ambão para o altar na hora da apresentação dos dons e da comunhão.

Além dos polos no espaço há elementos simbólicos, ícones que são colocados subordinados à liturgia. A correta colocação da iconografia na igreja ajuda os fiéis a manter a necessária atenção ao primordial sem que durante as celebrações as pessoas sejam atraídas pelas múltiplas e díspares imagens.

Na igreja do Espírito Santo a iconografia proposta é sempre centrada na figura do Espírito Santo, como padroeiro. Não é um santo, mas uma figura que se refere ao Deus-Trindade e, portanto, pode ocupar uma centralidade que não se justifica quando se trata de qualquer outra figura que não se refira ao Cristo.

Os dois ícones foram encomendados ao artista Edmar. Trata-se de duas tapeçarias:

[...] uma será instalada no altar da capela e tem como tema o Batismo de Cristo; a segunda será instalada internamente sobre o acesso principal da capela e tem como tema a Anunciação da Virgem Maria (LAZZARIN, 2015, *online*).

As tapeçarias revelam a única realidade, a presença do Espírito. Ele faz acontecer a unidade, expressa na circularidade do espaço. O Espírito está presente na simbologia da luz. Sobre o altar, ele, segundo a fé, fez irromper o Verbo Encarnado na história da humanidade quando Maria acolheu o anúncio do Anjo e tornou-se a Mãe do Salvador. O mesmo espírito habilitou o Filho de Deus para a missão ao ser batizado no Jordão por João Batista (Figura 8).

A iconografia dessa igreja possui uma unidade decorrente da permanente referência ao Espírito Santo e não desvia o fiel para outros temas como acontece quando há inúmeras imagens sem uma ordem ou dinâmica que as conecte.



Figura 8: Projeto artístico do artista Edmar de Almeida. Fonte: Vitruvius¹³.

A arquitetura tornou-se suporte para as tapeçarias, como convinha à sobriedade do ambiente e sua instalação encontrou a melhor localização. A Anunciação sobre a porta de entrada e o batismo na parede atrás do altar reforça a centralidade marcada pelo eixo que conduz da porta ao altar como o centro da ação litúrgica.

A torre identifica o local onde se situa uma comunidade cristã católica e junto com o símbolo da cruz traz à memória a centralidade do mistério da fé. A torre também remete ao simbolismo da vigilância cristã; vigiar sobre si mesmos para rechaçar tudo o que impede que se realize em cada um a plenitude da vida.

A forma da torre lembra também as chaminés das fábricas. Não há uma separação entre a vida cristã e a atuação do cristão no mundo. O trabalho enaltece e dignifica as pessoas quando ele não se torna escravidão ou subjugação.

Assim como a arquitetura, a liturgia é uma ação da comunidade. Bonaccorso (2004 *apud* SANSON, 2004, p. 37) falando do rito, do espaço e das pessoas diz:

Il rito postula e fonda il centro disponendo, anzitutto, le cose e le persone, ossia in modo prossemico; lo stare presso il sacro (il centro) implica lo stare reciproco degli individui e delle cose, (la comunità). Nel cristianesimo, questa prospettiva sembra farsi insistente a causa della rilevanza che in esso há la dimensione comunitaria. Qui l'orientazione spaziale prende più che mai la forma del rapporto

¹³ Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.223/7432>. Acesso em: 9 dez. 2019.

intersoggettivo, dove l'orientarsi al centro incrocia l'orientarsi all'altro¹⁴.

A partir do que constata Bonaccorso, ousamos imaginar que na igreja do Espírito Santo poderiam ter sido dispostos os polos celebrativos mais ao centro sem confiná-los todos numa plataforma que embora reproduz timidamente os "presbitérios" locais que induzem pensar a liturgia nos moldes antigos, como algo oficiado pelo clero em favor do povo que assiste.

O altar colocado sob a abertura zenital, que com o drapeado simboliza o cibório, traria de volta a centralidade da mesa que o Senhor prepara para os seus. A assembleia, por sua vez, ficaria, não diante do altar, mas como salientou Gabetti (2000), ao redor. É um exercício sem pretensões que pode suscitar o debate de como organizar as igrejas para que não se repitam velhos esquemas na organização espacial que remetem a uma liturgia não participativa; assembleia expectadora posicionada na nave e no presbitério o clero celebrando em nome dos demais.

Conclusão

No estudo de caso, percebeu-se que o projeto nascido com a participação da comunidade tornou-se mais condizente às verdadeiras necessidades da população local e a sua configuração espacial engendra a perspectiva de celebrar e viver a vida cristã de forma mais engajada, solidária e menos intimista. Fica mais evidente que a Igreja é a assembleia ou a *ecclesiae*, construída na comunhão e vivendo a partilha. O sublime é alcançado por meio do que há de mais simples; os materiais que narram a história de ontem e de hoje e aponta para um devir sempre em construção.

Ficaram evidentes algumas lacunas decorrentes da falta de aprofundamento da liturgia e do processo de renovação desencadeado no Concílio Ecumênico Vaticano II. A assembleia, contemplada no projeto como sujeito, não recebeu a mesma atenção do ponto de vista da organização interna do espaço com seus polos celebrativos. Aquela unidade alcançada em todo o projeto não encontra a mesma força e coesão quando da disposição da assembleia e ainda que de forma atenuada, há a bipartição do espaço. Os polos celebrativos estão concentrados como nas antigas igrejas numa área específica e não induzem a pensar que a assembleia participa inclusive com ações e ministérios próprios. Altar, ambão, cadeira de quem preside, fonte batismal e sacrário precisam ser vistos como elementos simbólicos fundamentais, pois a partir deles é que se desenvolvem as ações litúrgicas e eles não são decorrência, mas as gênesis do espaço.

As lacunas apontadas não diminuem e não alteram o papel da arquiteta. A igreja é um projeto exemplar no sentido de que não é fruto de caprichos pessoais ou dos mais avançados recursos tecnológicos, mas é o que deve ser na sua essência e que o ritual de dedicação da Igreja frisa inúmeras vezes: "casa da comunidade".

14 O rito postula e funda um centro, dispondo, antes de tudo, coisas e pessoas de modo proxêmico; o estar junto ao sagrado (o centro) implica reciprocidade entre indivíduos e coisas (a comunidade). Esta perspectiva é insistente no cristianismo seja pela relevância que nele tem a dimensão comunitária. Aqui, a orientação espacial adquire mais do que nunca a forma da relação intersubjetiva, onde o estar orientado para o centro cruza-se com o estar orientado para o outro.

A igreja do Espírito Santo é uma casa entre as casas como o foram as *domus* das comunidades cristãs dos primeiros séculos.

A sacralidade inerente ao ser humano é a que mais importa numa verdadeira liturgia cristã e, por isso, todo espaço coloca-se a serviço, sem ostentação, na simplicidade, como preconizou o Concílio Ecumênico Vaticano II (DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 2004 p.77). A exagerada ênfase à sacralidade espacial impede em alguns casos que se tenha em conta a realidade humana, espiritual, social e econômica das comunidades eclesiais.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. **Storia dell'Arte Italiana**. Disponível em:
<https://giovannipediconeart.altervista.org/wp-content/uploads/2018/10/Argan-Storia-dellarte-italiana.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- A IGREJA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CERRADO. **Programa Uberlândia de Ontem e Sempre**. Edição 475. 11 nov. 2014. Produção: Taisa Machado e Ariane Bocamino. Edição: Renato Peixoto. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=6cQsTH39iXM>. Acesso em: 1 nov. 2019
- BARATTO, R. **Exposição "Lina Bo Bardi e o Triângulo Mineiro"** em Uberlândia. 26 nov 2014. ArchDaily Brasil. Disponível em:
<https://www.archdaily.com.br/br/758040/exposicao-lina-bo-bardi-e-o-triangulo-mineiro-em-uberlandia>. Acesso em: 1 nov. 2019
- BARDI, L. B. **Tempos de grossura: o design no impasse**. Ed. Instituto Lina Bo e P. M. Bardi: São Paulo, 1994.
- BARDI, L. B. **Na América do Sul: após le Corbusier, o que está acontecendo?** *In*: Mirante das artes, São Paulo (1), jan/fev.1967.
- BOROBIO, D. (org.). **A dimensão estética da liturgia: arte sagrada e espaços para celebração**. São Paulo: Paulus, 2010.
- BOROBIO, D. (org.). **A celebração na Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. V.1
- BOUYER, L. **Architettura e liturgia**. Magnano: Edizione Qiqajon, 1994.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968**. Texto oficial. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 1977.
- COSTA, L. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora Empresa das Artes, 1995.
- CRICONIA, A. (org). **Lina Bo Bardi, Un'architettura tra Italia e Brasile**. FrancoAngeli: Milano, 2017.
- DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965)**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2004.

- FERRAZ, M. C. (org.). **Lina Bo Bardi Igreja do Espírito Santo do Cerrado**. 2.ed. São Paulo: Edições SESC São Paulo, IPHAN, 2015.
- FERRAZ, M. C. **Arquitetura conversável**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.
- FERRAZ, M. C. Minha experiência com Lina Bo Bardi. **Revista AU**, n. 40, 1992.
- FERRAZ, M. C. **Entrevista III**. [out. 2013]. Entrevistador: Natália Achcar Monteiro Silva. São Paulo, 2013.
- GABETTI, R. **Chiese per il nostro tempo: come costruirle, come rinnovarle**. Torino: Editrice Elledici, 2000.
- LAPA, H. **Simbolismo do círculo**. jul./2009. Disponível em: <https://hugolapa.wordpress.com/2009/07/17/simbolismo-do-circulo/>. Acesso: em: 24 out. 2019.
- LAZZARIN, A. **Tapeçarias para a Igreja Espírito Santo do Cerrado**. IEPHA/MG aprova projeto artístico de Edmar de Almeida para obra de Lina Bo Bardi. *Projetos*, São Paulo, ano 19, n. 223.04, Vitruvius, jul. 2019. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/19.223/7432>. Acesso em: 24 out 2019.
- LUZ, V. Ler o que se escreve. **Resenhas online**, São Paulo, ano 9, n. 098.01, fev. 2010. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/09.098/3387>. Acesso em: 25 out. 2019.
- NOVAES, S. C. **Habitações indígenas**. São Paulo: Nobel: Editora Universidade de São Paulo, 1983.
- OLIVEIRA, O. de. **Lina Bo Bardi**: obra construída. 3. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.
- OLIVEIRA, O. de. **Lina Bo Bardi**: obra construída. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. p. 90.
- SANSON, V. (org.). **L'edificio Cristiano**: architettura e liturgia. Padova: Edizioni Messaggero di S. Antonio, 2004.
- XAVIER, A. (org.). **Depoimento de uma geração**. São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.

A Casa de Jajja

Jajja´s House

La Casa de Jajja

*Mariana Montag, Arquiteta pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (FAU-Mackenzie).
E-mail: marianafmontag@gmail.com*

*Lucas Fehr, Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor da Universidade Presbiteriana
Mackenzie (FAU-Mackenzie).
E-mail: lucasfehr@mackenzie.br*

Resumo

O projeto é um estudo e prática sobre moradias autoconstruídas para mulheres rurais. É um projeto de graduação final cujas demandas e clientes são reais, exigindo responsabilidade pela sua viabilidade. As mulheres das zonas rurais fazem parte da sustentabilidade do nosso sistema, mas são vozes pouco ouvidas. O desenho da casa foi feito após uma imersão na comunidade de Kikajjo em Uganda, África Leste, e envolveu a participação direta de Jajja – líder comunitária e usuária. A construção da casa envolve oficinas de formação sobre construção para mulheres, uma prática emancipatória que questiona os papéis de gênero e fortalece a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Autoconstrução; Gênero; Cadeia produtiva; Comunidade.

Abstract

The project is a study and practice on self-constructed housing for rural women. It is a final graduation project whose demands and clients are real, demanding responsibility for its viability. Rural women are part of the sustainability of our system, but they are little heard voices. The design of the house was done after an immersion in the Kikajjo community in Uganda, East Africa, and involved the direct participation of Jajja - community leader and user. The construction of the house involves training workshops on building for women, an emancipatory practice that questions gender roles and strengthens women's autonomy.

Keywords: Self-construction; Gender; Production Chain; Community.

Resumen

El proyecto es un estudio y una práctica sobre la vivienda autoconstruida para las mujeres rurales. Es un proyecto de graduación final cuyas demandas y clientes son reales, exigiendo la responsabilidad de su viabilidad. Las mujeres rurales son parte de la sostenibilidad de nuestro sistema, pero son voces poco escuchadas. El diseño de la casa se hizo después de una inmersión en la comunidad Kikajjo de Uganda, África oriental, y contó con la participación directa de Jajja, líder de la comunidad y usuaria. La construcción de la casa implica talleres de capacitación sobre construcción para mujeres, una práctica emancipadora que cuestiona los roles de género y refuerza la autonomía de las mujeres.

Palabras clave: Autoconstrucción; Género; Cadena de producción; Comunidad.

INTRODUÇÃO

O trabalho ora relatado origina-se a partir de um Trabalho Final de Graduação realizado na FAU-Mackenzie, de autoria da então graduanda Mariana Montag, orientada pelos professores Ricardo Ramos, Lucas Fehr e Sasquia Obata.

O trabalho desenvolvido se debruça sobre relações de afeto e arquitetura, como prática emancipadora feminina. Trata-se de uma pesquisa prática sobre moradias autoconstruídas *para* e *por* mulheres de uma comunidade rural em Kikajo, Uganda, na África Oriental, continente onde a ação humana colonizadora foi socialmente desastrosa. Desde os primeiros desenhos até a construção final, o projeto entende o processo construtivo como um lugar de troca de conhecimento, abordando o *design* como uma ação holística capaz de questionar a cadeia produtiva convencional.



Figura 1: Jajja segurando a maquete do projeto de sua casa, dentro da casa construída. Uganda, em fevereiro de 2020. Fonte: arquivo pessoal de Thais Viyuela.

As mulheres compõem 75% dos pobres do mundo e são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. Embora em seu cotidiano nesse meio rural as mulheres incorporem atividades que mitigam os efeitos do aquecimento global, elas se encontram entre as mais afetadas pelos os desastres naturais causados pelas mudanças climáticas. Além disso, as atividades domésticas sempre foram delegadas às mulheres, mas seu ambiente é planejado e

construído por homens. O trabalho desenvolvido leva em consideração essas rotinas de atividades de produção e o seu protagonismo feminino na elaboração de suas próprias casas, palco de muitas dessas ações cotidianas.

O projeto foi concebido por meio de várias imersões em Kikajjo, num processo que envolveu a participação direta de Jajja, uma senhora de 76 anos, usuária final da habitação e líder comunitária, o que de imediato transformaria essa casa em um ponto de encontros, reuniões e debates emancipatórios femininos, em uma sociedade de tradição extremamente machista (Figura 2).

Os métodos construtivos adotados foram baseados em trabalhos de campo, levantamentos etnográficos e técnicos e prototipagem por meio da prática da construção, parte desenvolvida no Laboratório de Prototipagem e Canteiro na Universidade e posteriormente experimentados no local (Figuras 4 e 5). Durante esse processo, Jajja pôde, por meio de modelo físico diretamente a ela apresentado, opinar e certificar-se da pertinência das decisões tomadas.

A dedicação à viabilidade vem de um compromisso baseado no cuidado. A Casa de Jajja tem dois grandes princípios norteadores: o primeiro, partindo-se de um entendimento sistêmico, aborda o trabalho humano e os materiais locais não apenas como recursos, mas como agentes ativos em um desenvolvimento cíclico na comunidade; o segundo, incita a ponte entre a academia, as demandas da comunidade e o mundo prático. Usando capital privado e de longo prazo para desenvolver um processo de desenho educacional com um ritmo mais lento, a academia tem o papel de treinar profissionais aspirantes a se conectar com o conhecimento local, a fim de tomar decisões coletivas para o desenvolvimento sustentável e, em conjunto, gerar soluções coerentes para o futuro. Dentro destes princípios, o módulo da casa e seus elementos foram todos dimensionados tendo a mulher como o principal agente construtivo. O processo construtivo incorpora a tecnologia do lugar, e foi realizado por meio de oficinas de construção para as mulheres locais, promovendo a capacitação técnica como ferramenta de empoderamento para sua autonomia.

O programa da casa e a concepção dos ambientes basearam-se no modo de vida cotidiano local, organizadas conforme seus costumes e hierarquias. Todos os ambientes são organizados sob um teto independente, permitindo a adaptação para diferentes formações familiares. Os módulos residenciais são duplicáveis, favorecendo a ampliação (Figura 6).

O projeto coloca questões básicas de sustentabilidade ambiental, como captação de água, boa aeração, iluminação natural e técnicas vernaculares, envolvendo mão de obra, materiais e tecnologias da cultura artesanal local, algumas não usuais nas construções daquela região, como trançados de palhas em vedações ventiladas. Complementarmente, compartilhou-se técnicas inovadoras para a comunidade, como o sistema de cobertura com águas invertidas, apoiadas em treliças com caimento central com a função de captar a água da chuva.

Esse processo, iniciado com o TFG, teve sua continuidade com a arrecadação para o financiamento de terreno e obra, finalmente executada e concluída conforme sua concepção participativa (Figura 7).

A Casa de Jajja começa com o protótipo em Kikajjo, como reflexo de uma cultura, ou melhor, como produto de uma interação cultural entre povos distantes, mas continua com a possibilidade de expansão tanto por meio da replicação do módulo como do processo metodológico de atendimento de demandas similares.

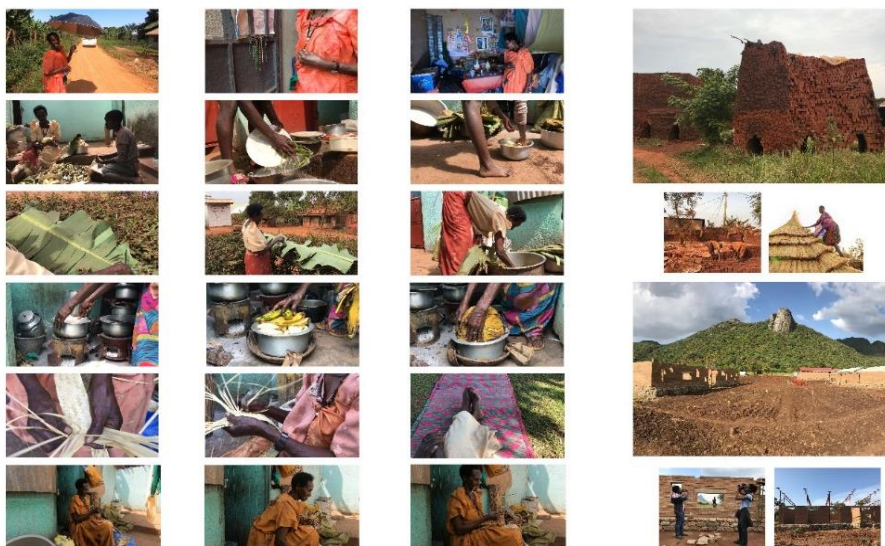


Figura 2: Do lado esquerdo – Aprendendo com as dinâmicas de vida de Jajja, suas necessidades e seus desejos, sua rotina, seus roteiros e seus rituais. Do lado direito – Investigação sobre recursos e técnicas locais e exemplos de inovação técnica. Fonte: arquivo pessoal de Thaís Viyuela.



Figura 3: Concepção preliminar do projeto, comunicado e discutido com a Jajja por meio de um modelo físico. Fonte: arquivo pessoal de Mariana Montag.

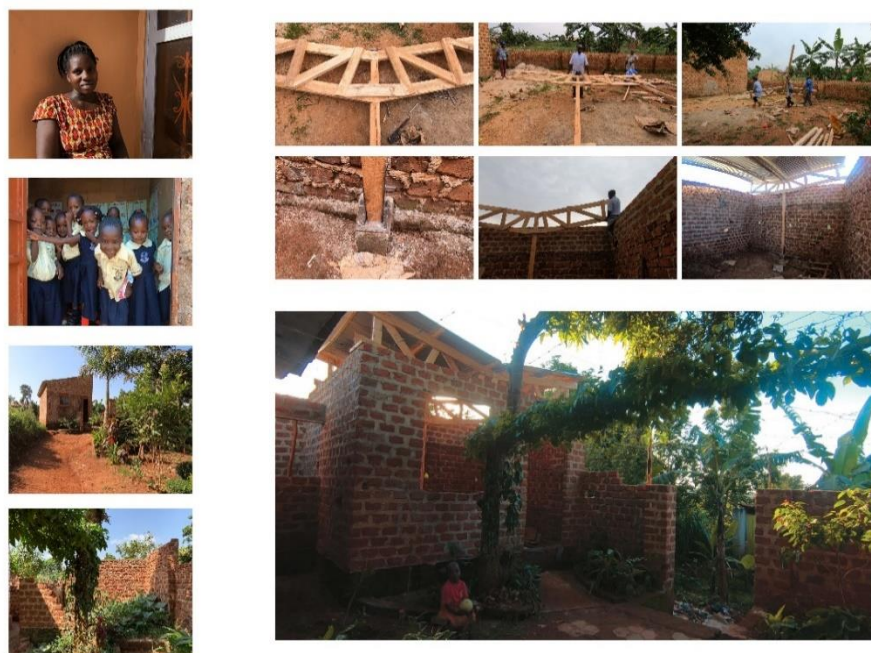


Figura 4: A estrutura da cobertura projetada para a casa foi testada em um protótipo construído para uma escola berçário de Frida, Honey Ports Nursery School. Fonte: arquivo pessoal de Mariana Montag.

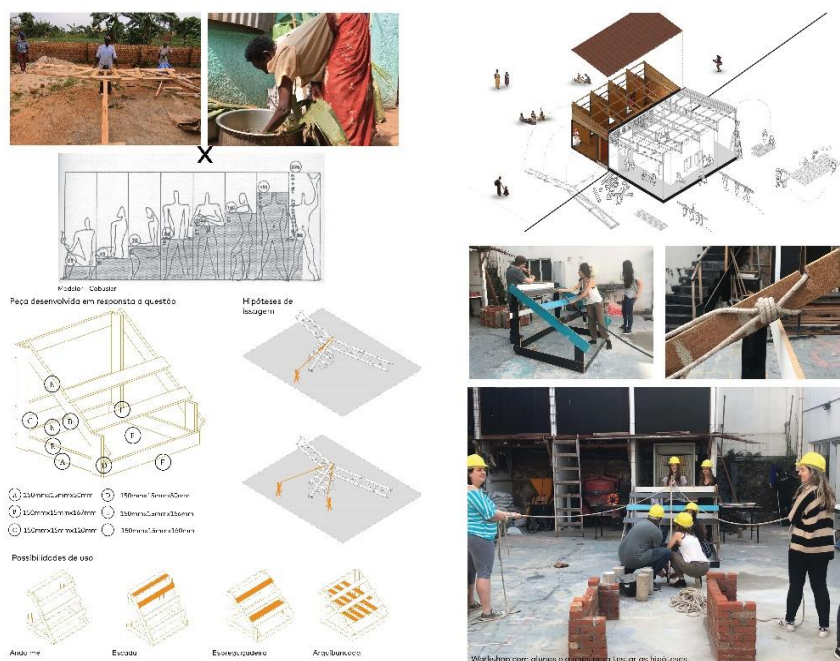


Figura 5: Uma estrutura considerando a ergonomia feminina foi concebida em uma oficina para estudantes, a fim de tornar o processo construtivo coerente. Fonte: arquivo pessoal de Mariana Montag.

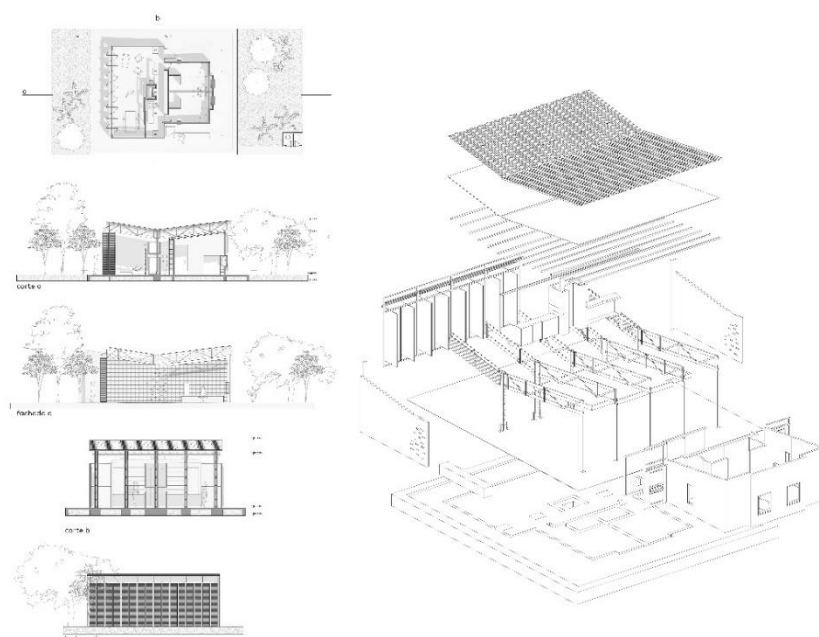


Figura 6: Desenhos finais da casa de Jajja, planta baixa, cortes, elevações e diagrama de perspectiva. Fonte: arquivo pessoal.

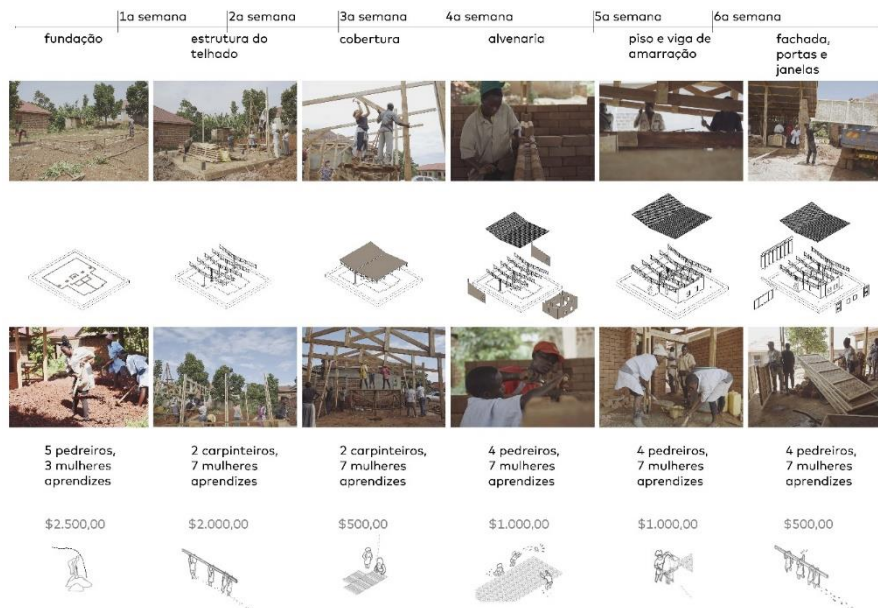


Figura 7: A fase de construção durou 6 semanas e serviu como oficina de formação para as mulheres locais. Os fundos foram angariados por meio de uma campanha de financiamento coletivo. O processo de construção incluiu 6 colaboradoras estrangeiras, 2 carpinteiros, 4 profissionais da construção civil e 7 mulheres aprendizes. Fonte: arquivo pessoal de Thais Viyuela. al de Mariana Montag.

Estratégias de concepção da Estação Antártica Brasileira Comandante Ferraz

Design strategies for the Brazilian Antarctic Station Comandante Ferraz

Estrategias de diseño para la estación Antártica Brasileña Comandante Ferraz

Estúdio 41 Arquitetura

*Emerson José Vidigal, Doutorado em Arquitetura pela Universidade de São Paulo (FAU-USP).
E-mail: estudio@estudio41.com.br*

Co-autoria: Fabio Faria, Dario Durce, Eron Costin, João Gabriel Rosa, Martin Goic e Moacir Zancopé Jr.

Resumo

Projetar e construir para o Brasil na Antártica. Em certos lugares do planeta a natureza por vezes cria condições adversas para o corpo humano. Nesses locais, pensar um edifício é quase como construir uma vestimenta, um artefato que protege e conforta. Trata-se de um problema de desempenho tecnológico, mas que deve estar aliado à estética. Promover a sensação de proteção ao ser humano é mais que trabalhar as noções de conforto e segurança, é também trabalhar os espaços nas suas dimensões simbólicas e perceptivas. Um abrigo, um lugar seguro. A nova casa

do Brasil na Antártica. Um lugar de proteção e reunião das pessoas para a produção do conhecimento científico. Assim é encarada a tarefa de projetar a nova Estação Antártica Comandante Ferraz.

Palavras-chave: Estação científica; Antártica; Arquitetura das regiões polares.

Abstract

Design and build for Brazil in Antarctica. In certain places on the planet, nature sometimes creates adverse conditions for the human body. In these places, thinking about a building is almost like building a garment, an artifact that protects and comforts. This is a technological performance problem, but it must be combined with aesthetics. Promoting the feeling of protection for human beings is more than working on the notions of comfort and safety, it is also working on spaces in their symbolic and perceptual dimensions. A shelter, a safe place. Brazil's new home in Antarctica. A place of protection and gathering of people for the production of scientific knowledge. Thus, the task of designing the new Comandante Ferraz Antarctic Station is envisaged.

Keywords: Scientific station; Antarctica; Architecture of the polar regions.

Resumen

Diseño y construcción para Brasil en la Antártida. En ciertos lugares del planeta, la naturaleza a veces crea condiciones adversas para el cuerpo humano. En estos lugares, pensar en un edificio es casi como construir una prenda, un artefacto que protege y conforta. Este es un problema de rendimiento tecnológico, pero debe combinarse con la estética. Promover el sentimiento de protección para los seres humanos es más que trabajar en las nociones de comodidad y seguridad, también es trabajar en espacios en sus dimensiones simbólicas y perceptivas. Un refugio, un lugar seguro. El nuevo hogar de Brasil en la Antártida. Un lugar de protección y reunión de personas para la producción de conocimiento científico. Por lo tanto, se prevé la tarea de diseñar la nueva Estación Antártica Comandante Ferraz.

Palabras-clave: Estación científica; Antártida; Arquitectura de las regiones polares.

GEOGRAFIA

A Estação Antártica Brasileira Comandante Ferraz (Ferraz) localiza-se no arquipélago das Ilhas Shetland do Sul, na Ilha do Rei George, aproximadamente a 130 km da Península Antártica. Essa região, localizada entre o estreito de Bransfield e a passagem de Drake, concentra uma série de instalações de pesquisa científica de países como Chile, Rússia, China, Polônia, Peru, entre outros.

Dentro da Ilha do Rei George, na Baía do Almirantado, protegida das fortes correntes oceânicas dessa região, fica a Península Keller, formação geográfica que se estende por aproximadamente quatro quilômetros na direção norte sul. Nesse território, a Península Keller é conformada por dois elementos marcantes: a cadeia montanhosa linear do Morro da Cruz e a linha do mar da Enseada Martell. Esses sistemas naturais que constituem a paisagem dessa região onde se encontra a Estação Ferraz são condicionantes importantes para entender as estratégias de implantação do edifício.

INCÊNDIO

Em 25 de fevereiro de 2012, um incêndio destruiu 90% do edifício da antiga base. Esse evento desencadeou uma série de ações governamentais no sentido de reconstruir uma nova estação brasileira.

A Marinha do Brasil, braço logístico da operação antártica brasileira (PROANTAR), agiu rapidamente no sentido de remover os escombros da antiga edificação e simultaneamente lançar um Concurso Internacional de Arquitetura para contratar o projeto e planejar a reconstrução de Ferraz. Nas bases do concurso, uma das principais restrições à ocupação desse território era indicada num documento chamado “Gerenciamento Ambiental da Baía do Almirantado” e estavam aí contidos os cuidados necessários na inserção do um novo edifício em um contexto sensível do ponto de vista ambiental, atendendo aos direcionamentos do Tratado Antártico/Protocolo de Madri.

ARTEFATO NA PAISAGEM NATURAL

Durante o desenvolvimento dos estudos de situação do novo edifício, ficaram claros alguns condicionantes geográficos essenciais para manter a segurança e articulação do novo edifício com os demais elementos contextuais da paisagem da Península Keller:

- Posição da antiga Estação Ferraz. A porção ocupada pelo edifício destruído no incêndio de 2012 revela algumas questões importantes. Esse é um trecho já caracterizado pela menor diversidade de vida animal e vegetal, no qual havia a interferência humana de forma mais intensa. Além disso, ocupa posição estratégica entre os lagos de degelo de onde se extraía a água para consumo.

Nessa posição, respeitam-se também elementos construídos, como o parque de tanques de combustível e o heliponto, que permaneciam intactos.

- Declividades do terreno paralelas à linha da Cordilheira do Morro da Cruz.

Aqui cabe ressaltar uma premissa de projeto: o entendimento da edificação como arquitetura de exceção subalterna à geografia e à paisagem. Naquele lugar, a constituição do relevo da Península Keller favorece a orientação norte-sul próxima à linha da praia. No local, a partir de aproximadamente 100 metros da linha d'água, a topografia acentua as declividades naturais, dificultando as manobras de montagem e construção.

- Zoneamento e restrição ambiental da Península Keller. Os estudos de levantamento ambiental produzidos a respeito da Ilha do Rei George e da Baía do Almirantado fazem parte de um documento produzido em 2006, pelos Professores Rolf Roland Weber e Rosalinda Montone com suporte da Profa. Cristina Alvarez, no caso específico do entorno da Antiga Ferraz. Nesse documento, estão classificadas e desenhadas em mapa as três zonas: Restrição, Transição e Uso, assim ambientalmente classificadas. O projeto da Nova Ferraz implanta-se então majoritariamente nas ditas Zonas de Uso 1 e 2, evitando ocupar a Zona de Transição. A Zona Restrita permanece livre de edificações.

- Distanciamento de segurança paralelo à linha da praia. O edifício está assentado na cota +3,00 metros acima do nível do mar, recuado aproximadamente 45,00 metros da linha d'água. Os pisos principais dos blocos Leste e Oeste estão assentados nas cotas +8 e +11, respectivamente. Uma linha paralela à água, combinada com a orientação norte-sul, sugere a linearidade da edificação em sua posição leste na implantação.

Elementos e estratégias contextuais, como aqueles descritos anteriormente, estão representados na Figura 1.

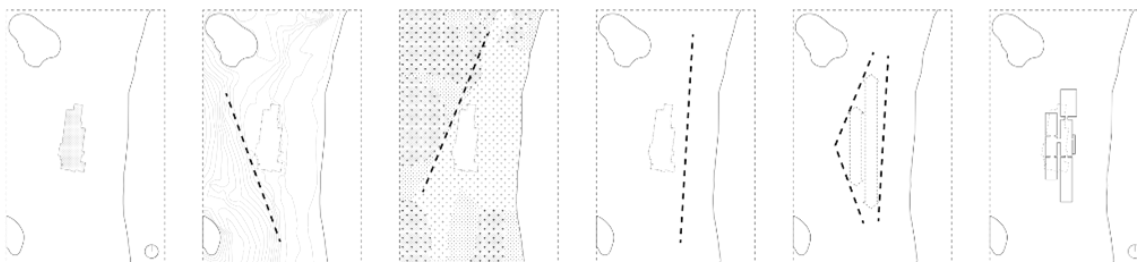


Figura 1: 1- Posição da antiga Estação Ferraz, 2- Declividades do terreno, 3- Restrição ambiental, 4- Distanciamento da linha da água, 5- Porção linear de terreno, 6- Posição resultante alinhada norte-sul.

Além disso, outras questões relevantes têm impacto na configuração linear e na forma do novo edifício da Estação Ferraz.

A preferência pela linearidade da edificação está ligada a dois aspectos: a logística de transporte naval e a lógica da linha de produção industrial. O transporte de navio dos materiais do local da pré-montagem dos sistemas pré-fabricados funciona melhor em modulações de contêineres navais de 20 pés. Uma vez no canteiro de obras antártico, os blocos de formato linear têm vantagem na organização das equipes de operários, responsáveis pela montagem final do edifício. A Figura 2 ilustra essa estratégia de montagem.

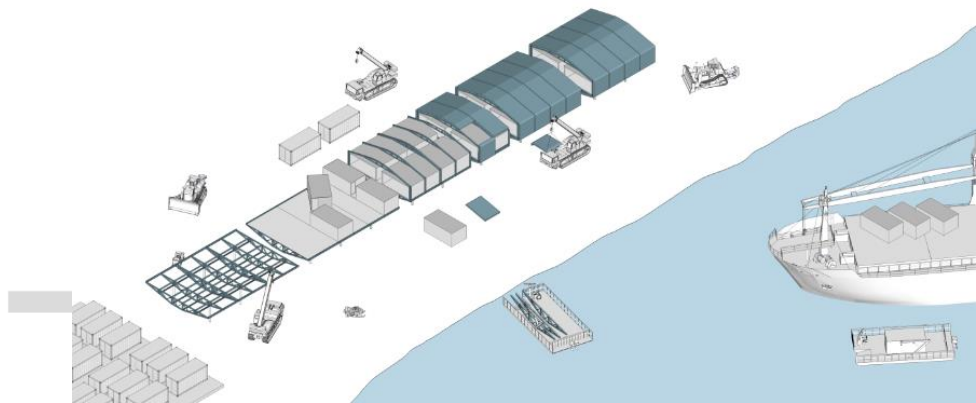


Figura 2: 1- heliponto existente – módulos antárticos emergenciais (MAEs), 2- navio de carga, 3- balça de transporte de contêineres para o sítio, 4- construção de mesa treliçada 5- montagem e conexão dos contêineres que formam os ambientes internos, 6- execução dos painéis de isolamento interno, 7- fixação e vedação dos painéis de envoltória.

Essas escolhas que resultam em velocidade de construção se justificam pelo fato da edificação só poder ser executada nos verões, entre o fim de novembro e início de abril, quando o clima favorece as operações, e o mar não está congelado, fator que dificultaria e aumentaria significativamente o custo da obra.

Em termos morfológicos o edifício se configura como extrusão de sua seção transversal. O formato dessa seção é também baseado em três premissas de *design*: na termodinâmica, na aerodinâmica e nas visuais da paisagem.

É necessária uma área de envoltória que considere a edificação em grande parte elevada do solo por questões termodinâmicas e para facilitar a varredura natural da neve pelo vento. O formato aerodinâmico tem relação com essa questão, mas também com a intenção de reduzir esforços horizontais nas fundações e na estrutura em aço. Já a elevação do Bloco Oeste em relação ao Bloco Leste é possibilitada pelo aclave topográfico, de forma a melhor acomodar o edifício ao terreno, mas, principalmente, por uma questão ligada ao bem estar psicológico:

todos os espaços de permanência da Estação Ferraz possuem aberturas e visuais para a paisagem Antártica. A Figura 3 sintetiza esses aspectos.

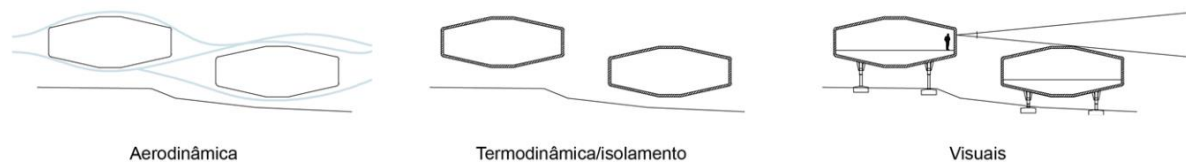


Figura 3: Seção transversal dos blocos: 1- aerodinâmica; 2- termodinâmica e isolamento; 3- visuais sobre a paisagem.

Em síntese, algumas das estratégias de implantação são consequências do tempo de montagem; aspectos logísticos e de industrialização estão dentro desse grupo. Outras decisões são baseadas em requisitos técnicos: termodinâmica e aerodinâmica, por exemplo. E inúmeros aspectos estão ligados ao bem estar das pessoas: os usuários que passarão muito tempo isolados em um local inóspito. Os visuais para a paisagem e a generosidade dos espaços de encontro e longa permanência são elementos centrais do desenho do edifício. Assim, é possível afirmar que a estética e a forma seriam o resultado dessas intenções.



Figura 4: Vista a partir do Sul. Fonte: Eron Costin / Estúdio41.



Figura 5: Vista a partir da Baía do Almirantado. Fonte: Eron Costin / Estúdio41.

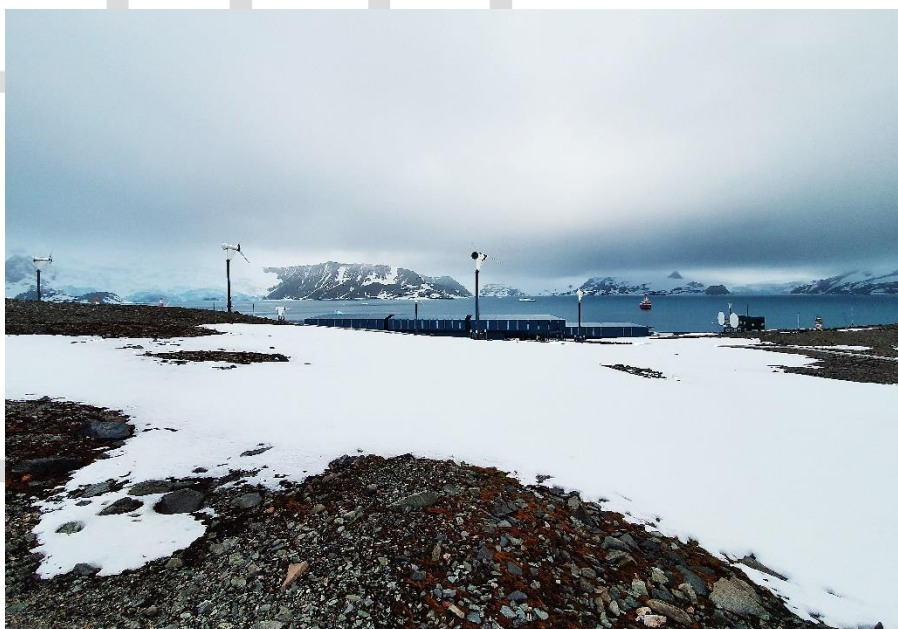


Figura 6: Vista a partir de oeste. Fonte: Eron Costin / Estúdio41.



Figura 7: Vista a partir de noroeste. Fonte: Eron Costin / Estúdio41.

EQUIPE TÉCNICA

Autores:

Estudio 41 Arquitetura.

Emerson Vidigal, Eron Costin, Fabio Henrique Faria, João Gabriel Rosa, Dario Corrêa Durce e Moacir Zancopé Jr.

Equipe: Martin Goic, Fernando Moleta, Felipe Santos, Alexandre Kenji e Rafael Fischer.

Projetos complementares: AFA CONSULT.

Estruturas: Rui Furtado e Filipe Arteiro.

Geotecnia: Rui Furtado, Filipe Arteiro e Filipe Afonso.

Instalações hidrossanitárias: Paulo Silva, Alexandra Vicente.

Sistemas mecânicos: Marco Carvalho, Isabel Sarmento e Tiago Teixeira.

Instalações elétricas: Raul Serafim e Luis Oliveira.

Telecomunicações: Raul Serafim e Luis Oliveira.

Segurança contra incêndio: Maria da Luz Santiago.

Resíduos Sólidos: João Oliveira.

Acústica: Octávio Inácio.

Instalações elétricas: Raul Serafim e Luis Oliveira.

Consultores

Envoltória: Stephan Heinlein.

Geotecnia: Pedro Huergo, Arq. Guido Petinelli.

Conforto e Energia (PETINELLI): Eng. Mecânico Eduardo Brofman.

Conforto e Energia: Eng. Eduardo Ribeiro.

Instalações: Arq. Carlos Garmatter.

Segurança e Prevenção Contra Incêndio: Eng. Ricardo Dias.

Estruturas: Eng. Bruno Martinez.

Conforto e Energia (PETINELLI): Eng. Andre Belloni, Eng. Josiele Patias.

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

